



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 89

QUINTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1993

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1993

Aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, que concede status autônomo ao escritório de representação do Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina no Rio de Janeiro, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, em Brasília, em 12 de março de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo, por troca de Notas, que concede status autônomo ao escritório de representação do Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina no Rio de Janeiro, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, em Brasília, em 12 de março de 1993.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do presente Acordo, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Brasília, 12 de março de 1993

DAOC—II/DPI/DAI/39/PAIN—DIMU-LOO-NII

A Sua Excelência o Senhor

Yasushi Murazumi,

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão.

Excelência,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota, datada de hoje, de Vossa Excelência, cujo texto transcrevo a seguir:

"Excelência,

Tenho a hora de referir-me às recentes conversações entre representantes do Governo do Japão e do Governo da República Federativa do Brasil a respeito do estabelecimento de um Escritório de Representação do Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina (doravante denominado "OEFF") e da designação de seu representante residente e de seus colaboradores (doravante denominados "Funcionários Residen-

tes") no Rio de Janeiro, com o objetivo de acompanhar a tramitação de empréstimos da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) do Japão concedidos pelo OECF.

As funções pertinentes ao Escritório do OECF são as seguintes:

1) Participar, em caráter preliminar, de negociações que conduzam a acordos de empréstimos entre o OECF, de um lado, e o governo ou empresas estatais ou outros tomadores brasileiros (doravante denominados conjuntamente "Tomadores Brasileiros") de outros;

2) Negociar acordos de empréstimo e acompanhar a tramitação dos projetos em implementação, bem como o desembolso dos empréstimos;

3) Atuar como ligação entre o OECF e os Tomadores Brasileiros no que diz respeito ao rápido processamento para a implementação dos acordos de empréstimos;

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MALA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tragem 1.200 exemplares

4) Recolher informações a respeito da implementação dos acordos de empréstimo.

Tenho ainda a honra de confirmar o entendimento alcançado nas referidas conversações, de que o Governo da República Federativa do Brasil concederá os seguintes privilégios ou facilidades:

1) Com respeito ao escritório do OECF no Rio de Janeiro, isenções dos direitos alfandegários e impostos sobre importação ou compra de equipamento de escritório e automóveis, necessários ao funcionamento do escritório, assim como sua exportação, dentro de limites aceitáveis de acordo com a legislação brasileira em vigor.

2) Com respeito aos funcionários residentes do OECF e suas famílias, que não sejam nacionais ou residentes permanentes na República Federativa do Brasil:

a) concessão, a pedido, de vista de entrada para os funcionários residentes, isentos de taxas consulares;

b) isenção de direitos alfandegários e impostos de importação, num prazo de seis meses a partir da chegada, ou subsequente exportação de:

i) bagagem pessoal;

ii) bens pessoais, domésticos e outros introduzidos no Brasil para seu uso, de acordo com a legislação brasileira em vigor; e

iii) um automóvel por cada funcionário residente de acordo com a legislação brasileira vigente (ou alternativamente, a compra de um automóvel de fabricação brasileira isenta de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é opcional.

c) isenção de Imposto de Renda sobre salários e vantagens percebidas em remuneração de suas atividades para o OECF na República Federativa do Brasil.

3) Os bens e os automóveis mencionados acima poderão ser vendidos ou transferidos de acordo com a legislação brasileira vigente.

Tenho ainda a honra de propor que esta Nota e a de Vossa Excelência em resposta confirmando, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, o entendimento acima constituam um Acordo entre os dois Governos, que vigorará a partir do recebimento, pelo Governo do Japão, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se completaram os trâmites internos necessários à entrada em vigor do Acordo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração. — Yasu-

shi Murazumi Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão junto ao Governo da República Federativa do Brasil.

Tenho ainda a honra de confirmar, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, o entendimento constante da Nota transcrita e concordar com que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota em resposta constituam um acordo entre os dois Governos, que vigorará a partir do recebimento, pelo Governo do Japão, de notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil de que se completaram os trâmites internos necessários à entrada em vigor do Acordo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. — Fernando Henrique Cardoso, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

a) os recursos do empréstimo serão usados de forma adequada e exclusivamente nos projetos relacionados na Lista, e

b) as instalações construídas no âmbito do Empréstimo serão mantidas e usadas convenientemente, para os fins estabelecidos nesses entendimentos.

10. O Governo da República Federativa do Brasil deverá, quando assim for solicitado, fornecer ou providenciar que os Mutuários Brasileiros forneçam ao Governo do Japão as informações e os dados relativos à evolução da implementação dos projetos mencionados no parágrafo 1.

11. Os dois Governos manterão consultas bilaterais quando surgir qualquer questão ligada aos entendimentos já citados.

Tenho igualmente a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, confirmando o acima exposto em nome do Governo da República Federativa do Brasil, passem a constituir Acordo entre os dois Governos, o qual entrará em vigor na data do recebimento, pelo Governo do Japão, da notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil informando terem-se completado as providências internas necessárias para a entrada em vigor do referido Acordo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos da mais elevada consideração. — Yasu-shi Murazumi, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão junto ao Governo da República Federativa do Brasil.

Lista

(em milhões de ienes)

31.475

49.427

18.143"

1. Projeto de Construção do Sistema de Esgoto da Baía da Baía de Guanabara.

2. Projeto de Dêspoluição da Baía do Rio Tietê.

3. Projeto de Construção de Usina de Tratamento de Lixo Sólido na área Metropolitana de São Paulo.
DAI/DAOC-II/DPF/DEMA/40/PAIN-DIMU-L00-N11/1993/6

Tenho a honra de confirmar, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, que o acima exposto é também o entendimento do Governo brasileiro, e de concordar com que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota de resposta constituam um Acordo entre os dois Governos, o qual entrará em vigor à data do recebimento, pelo Governo do Japão, da notificação escrita, por parte do Governo da República Federativa do Brasil, de que se cumpriram as formalidades internas necessárias à sua vigência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. — **Fernando Henrique Cardoso**, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1993

Aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, relativo à concessão de empréstimos, pelo Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina para o financiamento de três projetos ambientais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, em Brasília, 12 de março de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo, por troca de Notas, relativo a concessão de empréstimos, pelo Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina para o financiamento de três projetos ambientais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, em Brasília, 12 de março de 1993.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Brasília, 12 de maio de 1993

DAI/DAOC-II/DPF/DEMA/ /PAIN-DIMU-L00-N11

A Sua Excelência o Senhor

Yasushi Marazumi,

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota de Vossa Excelência, datada de hoje, cujo teor é o seguinte:

Excelência,

Tenho a honra de confirmar o seguinte entendimento recentemente alcançado entre os representantes do Governo do Japão e do Governo da República Federativa do Brasil, com relação a um empréstimo japonês a ser concedido nos termos do Plano de Reciclagem Financeira, com vistas a fortalecer as relações amistosas e a cooperação econômica entre os dois países:

1. Um empréstimo em ienes japoneses, até o montante de noventa e nove bilhões e quarenta e cinco milhões de ienes (Y99.045.000.000) (doravante denominado "o Empréstimo") será concedido ao Estado do Rio de Janeiro, ao Depar-

tamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo e à Companhia de Gás de São Paulo (doravante denominados "os Mutuários Brasileiros") pelo Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina (doravante denominado "o Fundo"), de acordo com as leis e os regulamentos japoneses pertinentes, para a implementação dos projetos enumerados na lista em anexo (doravante denominada "a Lista"), de acordo com a alocação específica na Lista para cada projeto.

2. (1) O Empréstimo será tornado disponível mediante acordos de empréstimo a serem firmados entre os Mutuários Brasileiros e o Fundo. Os termos e as condições do Empréstimo, assim como os procedimentos para sua utilização, serão regidos pelos respectivos acordos de empréstimo, que conterão, *inter alia*, os seguintes princípios:

a) o prazo de amortização será de 18 (dezoito) anos, após um prazo de carência de 7 (sete) anos;

b) a taxa de juros será de 5 (cinco) por cento ao ano. Entretanto, quando parte do empréstimo for destacada para cobrir pagamento a consultores, então a taxa de juros aplicável a essa parcela será de três e um quarto (3,25) por cento ao ano;

c) o período de desembolso será de 9 (nove) anos para o projeto nº 1 da Lista, seis (6) anos para o projeto nº 2 da Lista, e de 8 (oito) anos para o projeto nº 3 da Lista, a partir da data de entrada em vigor do acordo de empréstimo correspondente.

(2) Cada um dos acordos de empréstimo mencionados no subparágrafo (1) acima será firmado após o Fundo se considerar satisfeito com relação à viabilidade do projeto, inclusive quanto às considerações ambientais, a que se refere o acordo de empréstimo.

(3) o período de desembolso mencionado no subparágrafo (1) (c) acima poderá ser estendido mediante a concordância das autoridades interessadas dos dois Governos.

3. A República Federativa do Brasil garantirá a amortização do principal dos Empréstimos concedidos para os projetos mencionados na Lista, assim como o pagamento dos juros a eles relativos.

4. (1) O Empréstimo estará disponível para cobrir pagamentos a serem efetuados pelas agências executoras brasileiras aos fornecedores, empreiteiros e/ou a consultores de países-fonte elegíveis, em conformidade com os contratos que tenham sido ou venham a ser firmados entre eles para a compra de produtos e/ou serviços necessários à implementação dos projetos mencionados no parágrafo 1, desde que tais compras sejam efetuadas nos países-fonte elegíveis e se refiram a produtos fabricados por esses países ou a serviços por eles fornecidos.

(2) A determinação de países-fonte elegíveis, mencionados no subparágrafo (1) acima, será objeto de acordo entre as autoridades interessadas dos dois Governos.

(3) Parte do empréstimo poderá ser usada para cobrir despesas elegíveis, em moeda local, que sejam necessárias à implementação dos projetos mencionados no parágrafo 1.

5. O Governo da República Federativa do Brasil assegurará que a aquisição dos produtos e/ou serviços mencionados no subparágrafo (1) do parágrafo 4 obedecerá às normas de aquisição do Fundo, que estabelecem, *inter alia*, os procedimentos de licitação internacional a serem seguidos, exceto quando tais normas forem julgadas inaplicáveis ou inadequadas.

6. O Governo da República Federativa do Brasil isentará o Fundo de todos os impostos ou tributos cobrados na República Federativa do Brasil com relação ao Empréstimo e aos juros dele decorrentes.

7. Com relação ao transporte e ao seguro marítimo de produtos adquiridos nos termos do Empréstimo, o Governo da República Federativa do Brasil respeitará os princípios da competição livre e justa entre as empresas de navegação e de seguro marítimo dos dois Países, em consonância com os procedimentos específicos da República Federativa do Brasil.

8. Os cidadãos japoneses cujos serviços possam vir a ser necessários na República Federativa do Brasil, no contexto do fornecimento de produtos e/ou serviços mencionados no subparágrafo (1) do parágrafo 4, terão todas as facilidades

necessárias à sua entrada e permanência na República Federativa do Brasil, para o desempenho de suas atividades.

9. O Governo da República Federativa do Brasil buscará tomar as providências necessárias para assegurar que:

a) os recursos do empréstimo serão usados de forma adequada e exclusivamente nos projetos relacionados na Lista, e

b) as instalações construídas no âmbito do Empréstimo serão mantidas e usadas convenientemente, para os fins estabelecidos nesses entendimentos. 10. O Governo da República Federativa do Brasil deverá, quando assim for solicitado, fornecer ou providenciar que os Mutuários Brasileiros forneçam ao Governo do Japão as informações e os dados relativos à evolução da implementação dos projetos mencionados no parágrafo 1.

11. Os dois Governos manterão consultas bilaterais quando surgir qualquer questão ligada aos entendimentos já citados.

Tenho igualmente a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, confirmando o acima exposto em nome do Governo da República Federativa do Brasil, passem a constituir Acordo entre os dois Governos, o qual entrará em vigor na data do recebimento, pelo Governo do Japão, da notificação escrita do Governo da República Federativa do Brasil informando terem-se completado as providências internas necessárias para a entrada em vigor do referido Acordo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos da mais elevada consideração. — **Yasushi Murazumi**, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão junto ao Governo da República Federativa do Brasil.

Lista

(em milhões de ienes)

31.475

49.427

18.143"

1. Projeto de Construção do Sistema de Esgoto da Baía da Baía de Guanabara.

2. Projeto de Despoluição da Baía do Rio Tietê.

3. Projeto de Construção de Usina de Tratamento de Lixo Sólido na área Metropolitana de São Paulo.
DAI/DAOC-II/DPF/DEMA/40/PAIN-DIMU-L00-N11/1993/6

Tenho a honra de confirmar, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, que o acima exposto é também o entendimento do Governo brasileiro, e de concordar com que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota de resposta constituam um Acordo entre os dois Governos, o qual entrará em vigor à data do recebimento, pelo Governo do Japão, da notificação escrita, por parte do Governo da República Federativa do Brasil, de que se cumpriram as formalidades internas necessárias à sua vigência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. — **Fernando Henrique Cardoso**, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 1993

Cria a Comissão de Fiscalização e Controle e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É criada, no Senado Federal, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), de caráter permanente.

Art. 2º A Comissão de Fiscalização e Controle será integrada por dezessete membros titulares e nove suplentes, cabendo-lhe, sem prejuízo das atribuições das demais comissões, inclusive a competência de que trata o inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo, para esse fim:

- a) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- b) convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;
- c) receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa relativas a atos sujeitos à competência fiscalizadora da comissão;
- d) solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- e) avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos projetos e programas de governo no plano nacional, no regional e no setorial de desenvolvimento, emitindo parecer conclusivo;
- f) apreciar a compatibilidade da execução orçamentária com os planos e programas governamentais e destes com os objetivos aprovados em lei;
- g) solicitar, por escrito, informações à administração direta e indireta, bem como requisitar documentos públicos necessários à elucidação do ato objeto de fiscalização;
- h) avaliar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, notadamente quando houver indício de perda, extravio ou irregularidade de qualquer natureza de que resulte prejuízo ao erário;
- i) providenciar a efetivação de perícias bem como solicitar ao Tribunal de Contas da União que realize inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas da União e demais entidades referidas na alínea h;
- j) apreciar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe de forma direta ou indireta, bem assim a aplicação de quaisquer recursos repassados mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;
- l) promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Executivo que, pela natureza de suas atividades, possam dispor ou gerar dados de que necessita para o exercício de fiscalização e controle;
- m) promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público que, pela natureza de suas atividades, possam propiciar ou gerar dados de que necessita para o exercício de fiscalização e controle;
- n) propor ao Plenário do Senado as providências cabíveis em relação aos resultados da avaliação, inclusive quanto ao resultado das diligências realizadas pelo Tribunal de Contas da União.

§ 1º Verificada a existência de irregularidade, será remetida cópia da documentação pertinente ao Ministério Público, a fim de que este promova a ação cabível, de natureza cível ou penal.

§ 2º As comissões permanentes e temporárias, incluídas as comissões parlamentares de inquérito, poderão solicitar à Comissão de Fiscalização e Controle a cooperação adequada ao exercício de suas atividades.

Art. 3º A fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, pela Comissão de Fiscalização e Controle, obedecerão às seguintes regras:

I — a proposta de fiscalização e controle poderá ser apresentada por qualquer membro ou Senador, à Comissão, com específica indicação do ato e fundamentação da providência objetivada;

II — a proposta será relatada previamente, quanto a oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, definindo-se o plano de execução e a metodologia de avaliação;

III — aprovado o relatório prévio pela Comissão, o relator poderá solicitar os recursos e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à Administração da Casa o atendimento preferencial das providências requeridas. Rejeitado, a matéria será encaminhada ao Arquivo;

IV — o relatório final da fiscalização e controle, em termos de comprovação da legalidade do ato, avaliação política, administrativa, social e econômica de sua edição, e quanto à eficácia dos resultados sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, obedecerá, no que concerne à tramitação, às normas do art. 4º desta resolução.

Parágrafo único. A Comissão, para a execução das atividades de que trata este artigo, poderá solicitar ao Tribunal de Contas da União as providências ou informações previstas no art. 71, IV e VII, da Constituição Federal.

Art. 4º Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, que será publicado no **Diário do Congresso Nacional** e encaminhado:

I — à Mesa, para as providências de alçada desta, ou ao Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou indicação;

II — ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, com cópia da documentação, para que promovam a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adotem outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III — ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes do art. 37, §§ 2º a 6º, da Constituição Federal, e demais dispositivos constitucionais e legais aplicáveis;

IV — à comissão permanente que tenha maior pertinência com a matéria, a qual incumbirá o atendimento do prescrito no inciso anterior;

V — à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de ao Tribunal de Contas da União, para as providências previstas no art. 71 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Nos casos dos incisos II, III e V deste artigo, a remessa será feita pelo Presidente do Senado.

Art. 5º Aplicam-se à Comissão de Fiscalização de Controle as normas constantes do Regimento Interno do Senado Federal pertinentes às demais comissões permanentes, no que não conflitem com os termos desta Resolução, com exceção do § 2º do art. 77 e dos arts. 91 e 92 do referido Regimento.

Art. 6º Ocorrendo a hipótese de exercício concorrente de competência fiscalizadora por duas ou mais comissões sobre os mesmos fatos, os trabalhos se desdobrarão em reuniões conjuntas, por iniciativa do Presidente de um dos órgãos ou de um ou mais de seus membros.

Art. 7º A Comissão de Fiscalização e Controle poderá, se houver motivo suficiente, comunicar fatos investigados à comissão correspondente da Câmara dos Deputados, para que esta adote providência que lhe afigurar cabível.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 26 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 1993

Rerratifica a Resolução nº 54, de 1992, do Senado Federal, que "Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito no valor equivalente a até US\$80,000,000.00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, destinada ao financiamento do Programa de Modernização Tecnológica da Agropecuária na Região Centro-Sul".

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A alínea a do inciso I do art. 2º da Resolução nº 54, de 1992, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º

I —

a) valor: US\$67,500,000.00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos)."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

SUMÁRIO**1 — ATA DA 99ª SESSÃO, EM 26 DE MAIO DE 1993****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Mensagens do Presidente da República**

Nº 197/93 (nº 280/93, na origem), de agradecimento de comunicação.

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência.

— Nº 195/93 (nº 278/93, na origem), referente à indicação do Senhor Affonso Celso de Ouro-Preto, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia.

— Nº 196/93 (nº 279/93, na origem), referente à indicação do Senhor Aderbal Costa, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuwait, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Bareine

1.2.2 — Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

— Projeto de Lei da Câmara nº 100/93 (nº 3.832/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede antecipação de reajuste de vencimento e soldos aos servidores civis e militares do Poder Executivo.

1.2.3 — Requerimento

— Nº 500/93, do Senador Esperidião Amin, e justificado por S. Exª da tribuna, solicitando seja remetida, pelo Ministério das Comunicações a esta Casa, cópia do inteiro teor da entrevista da Srª Luiza Erundina prestada à apresentadora de televisão Hebe Camargo, dia 25-5-93, transmitida pelo Sistema Brasileiro de Televisão.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional, a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADORA MARLUCE PINTO — A urgente necessidade de redemarcação de nossas fronteiras, definição de uma política de mineração, de revisão das áreas indígenas contínuas na região amazônica, efetivo combate à pobreza regional e oportuna implementação do Projeto Calha Norte, a propósito de recentes incidentes ocorridos na Venezuela.

SENADOR AUREO MELLO — O quadro que motivou a criação do "Programa Populações Carentes e Desenvolvidos Sustentável na Amazônia", desenvolvido pela Associação das Universidades Amazônicas — UNAMAZ, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF e pela Universidade Federal do Pará.

1.3 — ORDEM DO DIA

Requerimento nº 458/93, do Senador Valmir Campelo, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nº 13/91; e 4/93, por tratarem de matérias que versam sobre o mesmo assunto. **Aprovado.**

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 180/89 (nº 3.592/89, naquela Casa), de autoria do Senador Mauro Borges, que dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Aprovado**, nos termos do Requerimento nº 501/93. À Comissão Diretora para a redação final.

Projeto de Lei da Câmara nº 14/93 (nº 7.128/86, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cancela débitos para com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE, e dá outras providências. **Aprovado.** À sanção.

Projeto de Lei do Senado nº 28/92, de autoria do Senador João França, que estabelece as hipóteses e condições

em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso. **Aprovado.** À Comissão Diretora para a redação final.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ODACIR SOARES — Crise brasileira.

SENADOR EDUARDO SUPPLY — Reunião de ex-integrantes da CPI do caso PC Farias, comemorativa do 1º aniversário de sua criação, a realizar-se no dia 1º de junho de 1993 nas dependências do Senado, visando uma avaliação dos efeitos decorrentes das conclusões daquela comissão. O problema da fome e da miséria no Brasil. Saudação à indicação do Senador Fernando Henrique Cardoso para a pasta da Fazenda.

SENADOR PEDRO SIMON, como Líder — Observações sobre manchete do jornal *O Globo* de hoje, intitulada "Cia prevê caos no Brasil em seis meses".

SENADOR RUY BACELAR — Necessidade de radical reformulação do sistema de crédito rural, como forma de retomada do desenvolvimento agrícola em nosso País.

SENADOR NEY MARANHÃO, como Líder — sonnegação fiscal no meio empresarial, reconhecida pelo próprio Governo. Hipocrisia do financiamento das campanhas eleitorais. Fiscalização do fisco em empresas na quais S. Exª tem participação acionária.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Consideração sobre substitutivo do Senador José Fogaça a projeto de lei que trata da organização e funcionamento dos partidos políticos, em tramitação no Senado.

SENADOR JÚLIO CAMPOS — Importância e atualidade de constituir-se a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Transcrição, nos Anais da Casa, da Nota Oficial divulgada pelo Deputado Ney Lopes, Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, sobre o recente golpe de Estado na Guatemala.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Defesa da adoção do sistema de equivalência-produto, ou seja, o pagamento dos financiamentos com o próprio produto da colheita, que entende como solução para a difícil situação da agricultura.

SENADOR JOÃO CLAMON — Lançamento do "Projeto Consciência Tributária", patrocinado pela Secretaria da Fazenda em colaboração com as Secretarias de Educação e Cultura e da Justiça e Cidadania, do Estado do Espírito Santo.

SENADOR BENI VERAS — Balança preliminar de audiência pública do Sudoeste, realizada pela Comissão Mista do Congresso Nacional que estuda os desequilíbrios interregionais brasileiros.

1.3.3 — Comunicações da Presidência

— Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 42/93, sendo que ao mesmo

não foram oferecidas emendas.

— Término do prazo sem que tenha sido interposto recurso, no sentido de inclusão em Ordem do Dia, das seguintes matérias, apreciadas conclusivamente pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

— Projeto de Lei do Senado nº 159/91, que isenta do imposto de renda os rendimentos auferidos a qualquer título por pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, exceto os de capital. Ao arquivo.

— Projeto de Lei do Senado nº 176/91, que altera a Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução e dá outras providências. À Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei do Senado nº 240/91, que fixa normas para a aquisição da merenda e do material escolar e dá outras providências. Ao Arquivo.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 100ª SESSÃO, EM 26 DE MAIO DE 1993

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Requerimento

Nº 502/93, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 100/93, que concede antecipação de reajuste de vencimento e de soldos aos servidores civis e militares do Poder Executivo.

2.3 — ORDEM DO DIA

Requerimento nº 447/93, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "Imagens de uma vida", de autoria do escritor Antônio Carlos Vilaça, publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 3 de maio de 1993. **Aprovado.**

2.3.1 — Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Projeto de Lei Câmara nº 100/93, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 502/93, lido no expediente da presente sessão. **Aprovado**, após parecer de plenário favorável. À sanção.

2.3.2 — Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/53/93 (nº 486/93, na origem), do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando autorização para emitir e colocar no mercado Letras Financeiras do Tesouro do Estado — LFT-RS, vencíveis no 2º semestre de 1993.

2.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — RETIFICAÇÃO

Ata da 12ª Reunião Ordinária da Comissão Diretora, realizada em 28-4-93, publicada no DCN (Seção II) de 5-5-93.

4 — ATAS DE COMISSÃO

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 99ª Sessão, em 26 de maio de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Humberto Lucena, Chagas Rodrigues, Nabor Júnior e Beni Veras

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Affonso Camargo _ Amir Lando _ Bello Parga _ Beni Veras _
Carlos De'Carli _ Carlos Patrocínio _ Chagas Rodrigues _ Cid
Saboia de Carvalho _ Dario Pereira _ Elcio Álvares _ Epitácio
Cafeteira _ Esperidião Amin _ Flaviano Melo _ Garibaldi Alves
Filho _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira
_ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Iram Saraiva _ Irapuan
Costa Júnior _ João Calmon _ João França _ João Rocha _ José
Fogaça _ José Paulo Bisol _ José Richa _ Júlio Campos _ Juvêncio
Dias _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _ Lourival Baptista _ Lucídio
Portella _ Luiz Alberto Oliveira _ Magno Bacelar _ Marluce Pinto
_ Mauro Benevides _ Moisés Abrão _ Nabor Júnior _ Nelson
Carneiro _ Nelson Wedekin _ Ney Maranhão _ Odacir Soares _
Onofre Quinan _ Pedro Simon _ Pedro Teixeira _ Rachid Saldanha
Derzi _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito _ Ruy Bacelar _ Teotônio
Vilela Filho _ Valmir Campelo _ Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de
presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Ha-
vendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação:

Nº 197, de 1993 (nº 280/93, na origem), de 25 do corrente,
referente à aprovação da matéria constante da Mensagem
SM nº 90/93.

*Submetendo à deliberação do Senado Federal a
escolha de nomes indicados para cargo cujo movimento
depende de sua prévia aquiescência:*

MENSAGEM Nº 195, DE 1993

(Nº 278/93, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal.

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição
Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências a esco-
lha, que desejo fazer, do Senhor AFFONSO CELSO DE
OURO-PRETO, Ministro de Primeira Classe, da Carreira
de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embai-
xador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer o cargo
de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia.

Os méritos do Embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto,
que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa eleva-
da função, constam da anexa informação do Ministério das
Relações Exteriores.

Brasília, 25 de maio de 1993. — **Inocência Oliveira.**

INFORMAÇÃO

Curriculum-Vitae:

Embaixador AFONSO CELSO DE OURO-PRETO

Rio de Janeiro/RJ, 29 de julho de 1938.

Filho de Carlos Celso de Ouro-Preto e

Maria de Ouro-Preto.

Instituto de Estudos Políticos de Paris, 1956/59.

CPCD, IRBr.

CAE (CAE), IRBr, 1980.

II Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes
de Setores de Promoção Comercial.

Escola Superior de Guerra, ESG.

Terceiro Secretário, 7 de novembro de 1963.

Segundo Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1967.

Primeiro Secretário, merecimento, 30 de março de 1973.

Conselheiro, merecimento, 1º de maio de 1976.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 23 de janeiro
de 1980.

Ministro de Primeira Classe, 15 de dezembro de 1988.

Assistente do Chefe da Divisão da Europa Oriental, 1963.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da
Europa Oriental e Ásia, 1963.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1964/65.

Assistente do Chefe da Divisão da Ásia e Oceânia, 1973.

Assistente do Chefe da Divisão da África, 1974/76.

Chefe da Divisão da África II, 1979/83.

Chefe, substituto, do Departamento da África, 1983.

Secretário de Relações com o Congresso, 1988/90.

Washington, Terceiro Secretário, 1966/67.

Washington, Segundo Secretário, 1967/70.

Chicago, Encarregado, 1969.

Viena, Segundo Secretário, 1973.

Luanda, Encarregado de Negócios, 1976.

Genebra, Conselheiro, 1977/79.

Genebra, Encarregado de Negócios, 1979.

Cabo Verde, Encarregado de Negócios, 1981.

Bissau, Embaixador, 1983/86.

Estocolmo, Embaixador, 1990/93.

II Reunião do Parlamento Latino-Americano, Lima, 1965
(observador).

“National Foreign Trade Council”, Nova Iorque, 1968
(observador).

Conferência Internacional Especial da ONDI, Viena,
1971 (assessor).

VI Sessão da Junta do Desenvolvimento da ONDI, Vie-
na, 1972 (delegado).

Conferência Diplomática sobre Propriedade Industrial,
Viena, 1973 (delegado).

VIII Sessão da Junta de Desenvolvimento da ONDI, Vie-
na, 1973 (delegado). Missão Especial para representar o Go-
verno brasileiro nas exéquias solenes do Presidente do Movi-
mento Popular de Libertação de Angola, Doutor Antônio
Agostinho Neto, 1979 (membro).

Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau, 1979 (membro).

Comissão Mista Brasil-Cabo Verde, 1979 (membro).
Integrou a Comitativa do Ministro Guerreiro à África Austral, 1980.

II Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, Maputo, 1980 (delegado).

I Reunião da Comissão Mista Permanente Brasil-Moçambique para a Cooperação Econômica, Técnica e Científica, Maputo, 1982 (delegado).

Conferência Técnica sobre a Institucionalização do Parlamento Latino-Americano, Cartagena de Índias, 1987 (chefe da delegação).

Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Brasil.

O Embaixador AFFONSO CELSO de Ouro-Preto, se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 25 de maio de 1993. — **Gilda Maria Ramos Guimarães**, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(*A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*)

MENSAGEM Nº 196, DE 1993

(Nº 279/93, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, submeto à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ADERBAL COSTA, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuwait, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Baréine.

Os méritos do Embaixador Aderbal Costa, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de maio de 1993. — **Inocêncio Oliveira**.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

Embaixador ADERBAL COSTA

Rio de Janeiro/RJ, 20 de agosto de 1933.

Filho de Orlando Costa e Luiza Celestina de Carvalho Costa.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, PUC/RJ.

CPCD, IRBr.

CAD, IRBr.

Curso de Análise Econômica, Conselho Nacional de Economia.

Professor do I Ensino Supletivo da Prefeitura do DF, 1956/57.

Subsecretário da SUBIN, 1971/73.

Secretário da SUBIN, 1974/77.

À disposição da SEPLAN, 1982/83.

À disposição da Siderurgia Brasileira S.A. — Siderbrás, 1983.

Terceiro Secretário, 1º de janeiro de 1959.

Cônsul de Terceira Classe, 1º de janeiro de 1959.

Segundo Secretário, merecimento, 24 de outubro de 1964.

Primeiro Secretário, merecimento, 25 de janeiro de 1968.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 1º de maio de 1976.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 16 de dezembro de 1988.

Assistente do Chefe da Divisão de Organismos Econômicos Internacionais e Assuntos Específicos, 1959/61.

Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1962/63.

Chefe, substituto, da Divisão de Transportes e Comunicações, 1962.

Agregado, 1982/83.

Washington, Segundo Secretário, 1963/66.

México, Segundo Secretário, 1966/68.

México, Encarregado de Negócios, 1968 e 1969.

La Paz, Primeiro Secretário, 1969/71.

La Paz, Encarregado de Negócios, 1969 e 1970.

Genebra, Ministro-Conselheiro, 1977/79.

Genebra, Delegação, Encarregado de Negócios, 1978 e 1979.

Los Angeles, Cônsul-Geral, 1979/82.

Georgetown, Embaixador, 1986/88.

Kwaite, Embaixador, 1991/93.

I Reunião da Conferência Intergovernamental para Estabelecimento de uma Zona Livre de Comércio entre Países da América Latina, Montevideu, 1961 (assessor).

XXXVI e XXXVII Sessões do Conselho da ONU/FAO, Roma, 1961 (assessor).

CERNAT, 1962 e 1963 (representante do MRE).

Negociações com a França sobre problemas relativos ao Intercâmbio Aeronáutico entre os dois países, Rio, 1962 e 1963 (membro).

Conversações Aeronáuticas Brasil-Escandinávia, Rio, 1965 (membro).

Reunião para Reestruturação do Bureau Panamericano do Café, Nova Iorque, 1964 (assessor do IBC).

X Congresso Interamericano de Municípios, Louisville, 1964 (assessor).

Grupo de Trabalho de Elaboração do Diário do III CIE, Rio, 1965 (membro).

Comitativa do Ministro de Estado das Relações Exteriores, lançamento do "Programa de Parceria" da Aliança para o Progresso entre os Estados do Colorado e de Minas Gerais, Denver, 1966 (membro).

Comissão Preparatória para desnuclearização da América Latina, Nova Iorque, 1966 (assessor).

IV Período de Sessões da Copredal, México, 1967 (assessor).

Feira Regional de Ciudad Victoria, 1967 (representante).

Feira de Reynosa, 1967 (representante).

II Reuniões da CECON e do CIES, Punta del Este, 1971 (assessor).

Reuniões da CIAP, "Country Review do Brasil", Washington, 1971 (assessor).

VII Reunião Extraordinária Anual do CIES, Panamá, 1971 (assessor).

Conferência Internacional Especial da ONU para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) Viena, 1971 (assessor).

Conferência Interamericana Especializada sobre Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina, (CACTAL), Brasileira, 1972 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Cooperação Econômica e Técnica, São Paulo, 1972 (delegado).

I Reunião da Subcomissão Mista Brasil-Uruguai de Desenvolvimento Agropecuário, Brasília, 1972 (assessor).

Integrante da Missão do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral nas Conversações sobre Cooperação Econômica e Técnica entre o Brasil e o Japão, Tóquio, 1972.

Assessor do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral nas Reuniões com órgãos diretores e normativos do Conselho das Américas; Sessão Solene sobre as Metas do Governo Brasileiro para o ano de 1972 e entendimento com o BIRD e o BID sobre projetos de interesse do Brasil, Washington, 1972.

Membro da Comitativa do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral para contatos com o "Bank of America" em São Francisco; para participação no "Country-Review" do Brasil no Ciap, Washington; na exposição, em Los Angeles, sobre as realizações do Brasil no campo econômico e perspectivas que oferece aos investidores estrangeiros; e no pronunciamento do Ministro do Planejamento na Câmara de Comércio Brasileiro-Americana, Nova Iorque, 1972.

Membro da Comitativa do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral que manteve contatos com altas autoridades do Governo Francês, Paris, 1972.

Assessor do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral na Inauguração Oficial da Exposição Industrial do Brasil, Caracas, 1972.

Assessor do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral na Instalação Oficial da Associação Comercial Brasil-Califórnia, Los Angeles, 1972.

Assessor do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral na Participação do Painele de Alto Nível, sobre aplicação da Tecnologia de Computadores ao Desenvolvimento, Nova Iorque, 1972.

IV Reunião Ordinária dos Ministérios de Transportes e Obras Públicas, Rio de Janeiro, 1973 (assessor).

XV Período de Sessões da Cepal, Quito, 1973 (assessor).

VI Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Buenos Aires, 1973 (assessor).

VIII Reunião Anual do CIES/OEA, Bogotá, 1973 (assessor).

V Reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia, Brasília, 1974 (delegado).

Membro da Comitativa do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral na Reunião de Ministros de Planejamento Ibero-Americanos, Madri, 1973.

Membro da Missão Empresarial de Exportadores Brasileiros a Los Angeles e Chicago, chefiada pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, 1973.

Membro da Delegação chefiada pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral na Reunião da ONU Comemorativa do "Dia da Informação sobre o Desenvolvimento Mundial", Nova Iorque, 1973.

Membro da Delegação chefiada pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral do "Country-Review" no CIAP, Washington, 1973.

Membro da Comitativa do Ministro do Planejamento no encerramento do "Brazil Export-73", Bruxelas, 1973.

Membro da Comitativa do Ministro do Planejamento e Cooperação Geral na inauguração das Exposições Comerciais do Brasil em Beirute e Moscou, 1973.

IX Reunião Ordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da OEA, Quito, 1974.

Membro da Comitativa do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e do Ministro de Minas Energia em Missão Oficial à Arábia Saudita e Kuaite, 1974.

Reunião Mista Brasil-Polônia, Brasília, 1975 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasil-Bulgária, Brasília, 1975 (delegado).

IV Reunião da Comissão Mista Brasil-URSS, Brasília, 1975 (delegado).

III Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia, Brasília, 1975 (delegado).

IX Reunião do CIES, Washington, 1975 (delegado).

III Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica, Caracas, 1975 (delegado).

Membro da Comitativa do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento no "Country-Review" do Brasil no CEP-CIES, Washington, 1975.

Membro da Missão de Empresários Brasileiros chefiada pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento a Atlanta, Dallas, São Francisco e Nova Iorque, 1975.

I Seminário Internacional sobre Investimentos no Brasil, Salburgo, 1975.

Membro da Comitativa do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento na assinatura do Acordo do Comitê Empresarial Brasil/EUA, Washington, janeiro de 1976.

Membro da Comitativa do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento na cerimônia de assinatura de dois Contratos de Financiamento para os Programas de Rodovias Rurais e de Apoio à Pequena e Média Empresa, Nova Iorque, março de 1976.

Membro da Comitativa do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento para o Seminário Econômico sobre o Brasil na "Canning House", Londres, junho de 1976.

Membro da Comitativa do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento na cerimônia de assinatura dos Contratos de Financiamento ao Programa Nuclear com a Alemanha e assinatura de um novo financiamento para o BNDE, Frankfurt e Hanover, julho de 1976.

Delegado das Sessões das Comissões Mistas com a Iugoslávia, Hungria, Tchecoslováquia, República Democrática Alemã e Polônia, setembro/outubro de 1976 (Belgrado, Budapeste, Praga, Berlim e Varsóvia).

Representante da Secretaria de Planejamento na Delegação do Brasil à VIII Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata (CIC), Brasília, novembro de 1976.

Membro da Delegação do Brasil, na qualidade de Delegado, à II Reunião da Comissão Mista Brasil-Comunidade Econômica Européia, Bruxelas, dezembro de 1976.

Membro da Comitativa do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento na assinatura de contratos com o BIRD e o BID, Washington e Nova Iorque, fevereiro de 1977.

Representante da Secretaria de Planejamento, na qualidade de Delegado, na Reunião da Comissão Mista Brasil-Polônia, Varsóvia, abril de 1977.

Consultas para Negociações da Lista de Concessões Brasileiras (Lista III) no GATT, Genebra, 1977 (chefe).

I Sessão do Grupo de Trabalho do TCP/OMPI, Genebra, 1978 (chefe).

Conferência Negociadora do Novo Acordo Internacional de Trigo, convocada pelo CIT, Genebra, 1978 (chefe).

II Reunião Preparatória sobre Algodão do Programa Integrado de Produtos de Base na UNCTAD, Genebra, 1978 (chefe).

I Sessão da Assembleia da União do TCP/OMPI, Genebra, 1978 (chefe).

IV Sessão do Comitê Intergovernamental Preparatório sobre a Revisão da Convenção de Paris e Reunião do Grupo de Trabalho encarregado de questões de interesse especial para os países em desenvolvimento, OMPI, Genebra, 1978 (chefe).

VI Sessão do Grupo Intergovernamental de Peritos encarregado da elaboração de um Código de Conduta para Transferência de Tecnologia/UNCTAD, Genebra, 1978 (chefe).

II Sessão do Grupo de Trabalho sobre Planejamento do Comitê Permanente sobre Informação em Matéria de Patentes e do Comitê da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Genebra, 1978 (chefe).

IX Reunião dos Órgãos Diretores da OMPI, Genebra, 1978 (chefe).

II Reunião Preparatória sobre Algodão do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, Genebra, 1978 (chefe).

Conferência das Nações Unidas para negociar um Acordo Internacional que substitua o Convênio Internacional do Trigo de 1971, Genebra, 1978 (chefe).

Conferência nas Nações Unidas sobre borracha natural, Genebra, 1978.

I Sessão do Grupo de Trabalho sobre o Conflito entre uma Denominação de Origem e uma Marca, V Sessão do Comitê Preparatório Intergovernamental sobre a Revisão da Convenção de Paris relativa à Propriedade Industrial, Genebra, OMPI, 1978 (chefe).

Missão do Ministro Saraiva Guerreiro à Índia e ao Paquistão, fevereiro e março de 1984 (membro).

Missão da Siderbrás à URSS, Moscou e Donietzki, julho de 1984 (membro).

Membro da Comitiva do Ministro dos Transportes em visita a Puerto Iguazu 1985.

Ordem do Rio Branco, Comendador, Brasil.

Ordem de Rio Branco, Grão-Cruz, Brasil.

O Embaixador ADERBAL COSTA se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuwait. — **Gilda Maria Ramos Guimarães**, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(*À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*)

OFÍCIO

DO SR. 1º SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 1993

(Nº 3.832/93, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Concede antecipação de reajuste de vencimento e de soldos aos servidores civis e militares do Poder Executivo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica concedido aos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, da Administração direta, autárquica e fundacional, bem como dos extintos Territórios, a partir de 1º de maio de 1993, antecipação de reajuste de 85% (oitenta e cinco por cento) incidentes sobre os vencimentos e demais retribuições, a ser compensada por ocasião da implantação da política de remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 2º O disposto nesta lei aplica-se aos proventos da inatividade e às pensões decorrentes do falecimento de servidor público federal civil e militar.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 277, DE 1993

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda, do Trabalho, Chefe das Secretarias da Administração Federal e de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República e do Estado-Maior das Forças Armadas, o texto do projeto de lei que "Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos aos servidores civis e militares do Poder Executivo".

Brasília, 24 de maio de 1993. — **Itamar Franco**.

E.M. Interministerial nº 9 — MF/SAF/MT/SEPLAN/EMFA

Em 24 de maio de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo.

2. O reajuste, no percentual de 85%, dá continuidade à execução das providências propostas a Vossa Excelência com a Exposição de Motivos Interministerial nº 1, de 7 de janeiro de 1993, que apresentou o projeto transformado na Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

3. O percentual ora proposto observou as disponibilidades do Tesouro Nacional e, a fim de evitar que a sua concessão implique geração de déficit público, deverão ser observados, a partir de junho próximo, tetos trimestrais de gastos de custeio e de investimento para a Administração Federal direta e indireta, sem prejuízo da adoção de outras providências de natureza orçamentária a serem, conforme sua natureza, submetidas à apreciação do Congresso Nacional.

4. De acordo com as diretrizes de Vossa Excelência, estão sendo ultimados os estudos para a formulação da política de remuneração dos servidores públicos civis e militares, contemplando antecipações bimestrais e reajustes quadrimestrais de soldos e de vencimentos.

5. A proposta correspondente será apresentada a Vossa Excelência possivelmente até o fim do próximo mês de junho, quando esperamos já dispor das necessárias informações quanto às perspectivas de disponibilidade do Tesouro Nacional, tendo em vista as matérias ora em exame no Congresso Nacional.

6. Serão igualmente consideradas as distorções a serem corrigidas, dentro do processo de isonomia salarial, observadas as disponibilidades de caixa do Tesouro.

Respeitosamente, — **Fernando Henrique Cardoso**, Ministro de Estado da Fazenda — **Romildo Canhim**, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Administração Federal da Presidência da República — **Walter Barelly**, Ministro de Estado do Trabalho — **Alexis Stepanenko**, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República — **Almirante-de-Esquadra Arnaldo Leite Pereira**, Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 500, DE 1993

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja remetida pelo Ministério das Comunicações a esta Casa, cópia do inteiro teor de entrevista concedida pela Senhora Luiza Erundina à apresentadora de Televisão Hebe Camargo, ontem, dia 25-5-93, transmitida pelo Sistema Brasileiro de Televisão.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1993. — Senador **Esperidião Amin**.

(À Comissão Diretora.)

O Sr. Esperidião Amin — Sr. Presidente, peço a palavra para justificar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nós estamos nesta fase do Expediente. O requerimento será ainda despachado, mas V. Exª tem a palavra para justificar a sua posição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPR — SC. Para justificar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu não apresentei nenhuma justificativa, o teor é enxuto e objetivo.

O que desejo trazer ao conhecimento do Plenário é que não assisti ao programa, e por isso desejo conhecer o seu inteiro teor, porque os comentários que ouvi a respeito do assunto são da maior gravidade.

Trata-se de uma ex-Ministra, portanto, uma pessoa que gozava de absoluto bom conceito junto ao Governo e que teria, pelos inúmeros relatos que recebi na manhã de hoje — diria mais, no raiar do dia de hoje — feito acusações de natureza moral da maior gravidade contra dois Ministros de Estado, seus colegas até semana passada: os Ministros Henrique Hargreaves e Mauro Durante, repito, acusações de natureza moral que, se confirmadas pelo teor, acolhido este requerimento, ensinariam até que se os convocasse a uma comissão competente, no mínimo para confirmar ou desmentir tais acusações.

É esta a justificativa que eu gostaria de apresentar à Mesa e à Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Constará dos Anais a justificativa de V. Exª

O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência comunica aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje, às 19h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das Medidas Provisórias nºs 317, 318 e 319 de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

A Srª Marluce Pinto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra pela ordem à nobre Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO (PTB — RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy cedeu-me a vez e inscreveu-se para ser o quarto orador. Creio que é por isso que S. Exª não está presente. Fiz este acerto com S. Exª no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A declaração de V. Exª é suficiente.

Em face da permuta, concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO (PTB — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores:

Rendo, neste instante, uma homenagem àqueles que com coragem, tenacidade, trabalho, união e patriotismo, nos legaram o imenso território do Brasil de hoje.

No mundo de violência e de individualismo em que vivemos, lamentavelmente, a coragem, a solidariedade e o patriotismo de nossos antepassados estão se tornando valores cada vez mais raros, como fruto, talvez, da própria decadência de nosso sistema educacional que muito tem perdido em qualidade e que pouca formação oferece sobre os nossos valores históricos.

No entanto, dizer-se que acabou no Brasil o espírito intrépido dos que rasgaram as entranhas de nosso território e formaram as primeiras povoações do Centro-Oeste e do Norte é desconhecer a saga extraordinária dos brasileiros que, nestas últimas décadas, oriundos dos mais diversos Estados, aliam-se aos seus concidadãos do Norte e estão, heroicamente, desbravando a Amazônia e firmando, ali, a soberania nacional, como tem feito o valoroso povo de Roraima.

Todavia, as dimensões continentais da área amazônica e o isolamento em que vivem milhares de brasileiros que a povoam dificultam, para o restante do Brasil, um conhecimento maior de sua realidade, dos feitos de sua gente e de seus problemas e necessidades.

Felizmente, Sr. Presidente, graças às manobras do Exército Norte-Americano na Guiana, próximo à fronteira com o Brasil, objetivando aparentemente, como divulgaram os jornais da semana passada, operações de rotina para adestramento de tropas especiais, eis que emergem vozes sensatas na imprensa nacional, alertando o Governo e a Nação para o perigo que representa o abandono da região Norte e a manutenção dos atuais desníveis regionais em termos de desenvolvimento econômico, social, tecnológico e cultural.

Uma dessas vozes, a do ilustre jornalista Rubem Azevedo Lima, analisando "A Estranha Missão de Tropas dos EUA na Guiana", publicada no número 39 do excelente semanário "Momento Político", assim concluiu sua análise:

"É ingênuo pensar que os inimigos do Brasil são os políticos e a política. Já se pensou nisso, e a solução foi péssima. A política e os políticos são apenas bons pretextos para que os verdadeiros inimigos do País possam agir até com apoio interno, seja na Amazônia ou em qualquer parte do território nacional, encontrando sempre colaboradores dispostos a ajudá-los. Quem erra na escolha do inimigo a combater está condenado a perder a guerra antes mesmo de iniciá-la."

Dando continuidade a esse correto raciocínio, Sr. Presidente, é bom lembrar que o inimigo número um do Brasil continua sendo o pérfido restolho de nosso subdesenvolvimento, o qual se manifesta de forma mais enraizada nas regiões Norte e Nordeste.

Permitam-me, Sr. Presidente e Nobres Pares, aprofundar-me um pouco neste raciocínio, com base na realidade do Estado que tenho a honra e a satisfação de representar neste agosto plenário.

Os desagradáveis acontecimentos na fronteira do Brasil com a Venezuela, ocorridos há pouco mais de um mês, envolvendo a prisão de inúmeros brasileiros pela polícia venezuelana, mais uma vez chamaram a atenção de nosso povo e do Governo para os problemas de Roraima.

Diante das notícias divulgadas a respeito do fato pelas redes de televisão e pelos jornais, a primeira impressão que ficou, e que coincide como o enfoque dado pela imprensa em geral, naquela ocasião, foi a de que se tratou, exclusivamente, de um problema de fronteira e, portanto, de um assunto que seria facilmente resolvido pelo nosso Ministério das Relações Exteriores.

Algumas pessoas imaginaram que brasileiros invadiram o território da Venezuela. Outras pensaram que foram policiais daquele país vizinho que ultrapassaram a fronteira e prenderam nossos concidadãos em terras do Brasil.

A atuação imediata do Governo brasileiro, sob o comando seguro do então Chanceler Fernando Henrique Cardoso, exigindo a interferência de nossos diplomatas, junto às autoridades da Venezuela, foi oportuna e importante, mas podemos enquadrá-las dentro do mesmo limitado e imediatista ângulo de visão com que grande parte da imprensa abordou a questão.

No entanto, o problema é bem mais complexo. Com efeito, não é de hoje que fatos semelhantes têm ocorrido. Eu mesma, desta tribuna, no dia 06 de março de 1991, alertei a Nação sobre fatos semelhantes. De lá para cá muitos incidentes já foram constatados e, indubitavelmente, outros surgirão enquanto o Governo não encarar o assunto de maneira sistêmica e não atender a alguns requisitos básicos para um adequado equacionamento e uma eficaz solução da situação.

Em primeiro lugar, à União e ao Governo venezuelano compete estabelecer marcos de fronteira bem definidos, sinalizando onde é o Brasil e onde é a Venezuela, pois, tanto brasileiros como venezuelanos, andando em plena selva, guiados mais pela intuição do que por informações, dificilmente são capazes de identificar a linha demarcatória entre um país e outro, cujos marcos distam um do outro cerca de 50 quilômetros. Providências urgentes para uma nova demarcação da área fronteiriça são, pois, tarefas imediatas para o Ministério das Relações Exteriores.

Em segundo lugar, a questão da mineração, especialmente a garimpagem desordenada dos garimpeiros, precisa ser analisada com maior profundidade. O Governo Federal não pode continuar omissos diante de tanta riqueza, em potencial, e da situação de abandono, sofrimento e pobreza de grande parte da população de Roraima, a qual vivia do extrativismo mineral, gerando riquezas que, em parte substancial, são levadas para o exterior por gananciosos intermediários, em um processo contrabando altamente lesivo aos interesses nacionais. O Governo de um novo Estado como Roraima não tem recursos suficientes para implantar um novo Projeto Carajás com o estanho, nióbio, cassiterita, diamante, ouro, e outros minerais nobres, e nem mesmo para implementar um programa de orientação e de financiamento às Cooperativas de garimpeiros. Deixo o meu apelo aos Ex^{ms} Ministros da área Econômica e de Desenvolvimento Regional para que, com urgência, destinem recursos ao governo estadual para o lançamento desse programa que já sugerimos e que já foi aceito pelo Governador Ottomar Pinto.

Em terceiro lugar, existe ainda sem solução um outro problema, aparente de caráter só nacional, mas que tem também seriíssimas implicações no campo internacional: a questão indígena.

O Governo brasileiro anterior, acuado por pressões internacionais de grupos que se dizem defensores das culturas e das populações indígenas, definiu como reservas, de forma apressada, sem critérios apropriados e sem base em levantamentos da realidade, vastas áreas contínuas do território nacional, de tal forma que, em Roraima, para uma população de cerca de apenas 5.000 índios Yanomamis foram reservados cerca de 90 mil km² de florestas com extraordinárias riquezas em seu subsolo. Para outras tribos, foram reservados 36 mil km².

A região do Estado denominada Raposa/Serra do Sol, que é o problema do momento, que abrange uma área de aproximadamente 24.100 km² de savanas, apropriadas para a pecuária e a agricultura, está sendo ameaçada de ser também transformada em reserva indígena contínua, só porque nela habitam cerca de 10.000 índios aculturados que vivem da agricultura e da ajuda do Governo Estadual em algumas aldeias que são verdadeiras vilas, com postos telefônico e policial, escritórios da Companhia de Água e Esgoto de Roraima, energia elétrica, rádios e até com televisão e estradas ligando-as às cidades mais próximas. Nessa área, residem milhares de pessoas em 8 vilas e 75 propriedades rurais, algumas sendo exploradas há mais de 200 anos por não índios. Caso o Governo Federal confirme como reserva indígena as terras de Raposa/Serra do Sol, os índios, que correspondem a 6% da população de Roraima, deterão, aproximadamente, 65% da superfície do Estado. Aos não índios, Sr. Presidente, ou seja, aos 94% da população restarão os 35% que se constituem de terras mais pobres e de florestas. Em outras palavras, do total de 230.000 km² do Estado, se for aprovada a reserva de Raposa/Serra do Sol, ao povo de Roraima, com seu rebanho de quase 250.000 bovinos, restará pouco mais de 11.000 km² de savanas para suas atividades agropecuárias e 68.000 km² de florestas, onde existe a proibição do Ibama para o desmatamento.

O Sr. Aureo Mello — V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO — Pois não, Senador Aureo Mello, com muito prazer.

O Sr. Aureo Mello — Ouço, com atenção, o brilhante pronunciamento de V. Exª, mediante o qual retrata um tema que afeta e sensibiliza a todos nós, representantes de Estados amazônicos. Levo ao conhecimento de V. Exª que o Deputado Jair Bolsonaro e o Senador César Dias já apresentaram proposições que regulamentam essas concessões exageradas, produto — como diz V. Exª — de pressões terríveis. Se for consumada essa liberalidade em relação aos territórios indígenas e aos próprios indígenas, o cidadão comum ficará impossibilitado até de cumprir o desiderato do seu Estado, da sua região. Tenho opinião pessoal a respeito da questão do índio: eles devem ser miscigenados, misturados às populações ditas brancas, para gerar aquela beleza de pessoa que V. Exª conhece, o caboclo amazônico. São pessoas inteligentíssimas, pessoas bonitas, pessoas extraordinárias. Parabenizo V. Exª pelas suas boas e belas palavras, hipotecando a mesma solidariedade a todos os que desejam impedir o exagero que vem ocorrendo na concessão de terras amazônicas para áreas indígenas. Muito obrigado.

A SRA. MARLUCE PINTO — Agradeço a V. Exª pelo aparte, que enriquece as colocações que faço nesta tarde.

Associo-me a V. Exª: os índios são tão inteligentes quanto os não índios. Quero deixar bem claro a esta Casa e à Nação que não somos contra os índios; reagimos apenas contra demarcações indiscriminadas e contínuas. Se formos esperar a aprovação dos projetos que V. Exª mencionou — autoria do Deputado Jair Bolsonaro e do Senador César Dias — a área Raposa/Serra do Sol será demarcada, ocasionando grande prejuízo ao rebanho bovino e ao povo de um modo geral. O ex-Presidente Fernando Collor aprovou o relatório de um antropólogo para a demarcação da área Raposa/Serra do Sol. A reserva ora em debate possui representantes no município ao qual está inserida. O Prefeito é descendente de índio da quinta geração e o Vice-Prefeito é um índio macuxi que vive na Maloca da Raposa. A Câmara Municipal conta com dois vereadores provenientes dessa reserva.

Não podemos permitir que áreas tão grandes sejam demarcadas em prejuízo dos não índios, principalmente porque a grande maioria dos índios makuxi/wapixana é composta de índios aculturados.

Muito obrigada, Senador Aureo Mello.

O Sr. Odacir Soares — Nobre Senadora, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO — Com muito prazer, Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — As reservas indígenas, cuja definição, segundo a Constituição Federal, compete à União, bem como as reservas biológicas e florestais têm — digamos — impossibilitado que nossos Estados gerem recursos destinados à população, uma vez que não se pode usufruir das riquezas naturais que lá estão contidas. Já está em fase final de elaboração proposta de emenda constitucional, de minha autoria, que, embora não pretenda retirar da União a competência de proceder a essas demarcações, obriga que a mesma, antes de fixar as reservas, indenize os Estados pela perda de áreas físicas do seu território, áreas que geralmente contêm riquezas incalculáveis, como acontece nos Estados amazônicos. No caso de Roraima, as demarcações extrapolaram o bom senso, uma vez que, incluindo as áreas indígenas, essas reservas perfazem — parece-me — dois terços do território do Estado de Roraima. Em Rondônia, 50% do território está comprometi-

tido com o mesmo fim. O que isso significa? Que o Estado perde a capacidade de usar suas riquezas naturais. A União, violando o princípio federativo e a autonomia dos Estados, intervém, fixa áreas, demarca terras, das quais o Estado não pode extrair mais nada. Essas delimitações são feitas ao "bel prazer" do Ministro de "plantão" — normalmente do Ministério da Justiça, que sempre leva ao Presidente da República essas propostas. São incalculáveis os prejuízos causados ao nosso Estado, ao nosso povo. Acredito que a União Federal ainda trabalha com a população amazônica em torno de 4 a 5 milhões de pessoas, sem ter o conhecimento de que, hoje, somos cerca de 30 milhões de brasileiros. Vale ressaltar que nós, amazônidas, não abriremos mão da utilização plena de nossas riquezas naturais, o que não significa que vamos agredir o meio ambiente. Podemos compatibilizar nossos anseios com a preservação do ambiente, inclusive com o desenvolvimento auto-sustentado. Há poucos dias, assisti, em Belém, a uma palestra da Professora Clara Pandolfo. Ela dizia que, para se viabilizar a pecuária na Amazônia, não seria necessário derrubar nenhum hectare de floresta, uma vez que temos campos naturais próprios para esse fim. Solidarizo-me com V. Exª, assim como o fez o nobre Senador Aureo Mello. Não vamos — repito — abrir mão da utilização de nossas potencialidades naturais. Nossas riquezas minerais — cassiterita, por exemplo —, impossibilitadas de serem exploradas, têm tido seu valor diminuído no mercado internacional, porque já há produtos plásticos que substituem sua utilização. Na medida em que esses minerais vão perdendo importância no contexto internacional, teremos um território pobre, mas arcaremos com o ônus de produzir desenvolvimento nessas regiões, quando elas não têm mais importância econômica. Eu gostaria de cumprimentar V. Exª pelo seu discurso e pela coragem em fazê-lo. Precisamos desmistificar essa questão do índio. Quanto à definição das terras necessárias à utilização das nações indígenas, devemos criar um módulo indígena. Vejam o contra-senso: hoje, na Amazônia, existe um módulo para o homem branco, agricultor, que deseja fixar-se lá. O Incra estipulou, para uma família de quatro ou cinco pessoas, na Amazônia, um módulo de 25 hectares, enquanto que para as famílias indígenas existem módulos de mil a 30 mil hectares. Vejam o absurdo: enquanto para uma família branca, de quatro a seis pessoas, se fixa um módulo de 25 hectares, para os índios se fixam módulos imensuráveis, sem nenhuma pertinência com a realidade econômica e social da nossa região. Perdoe-me por ter-me alongado, mas queria cumprimentar V. Exª pelo discurso corajoso que faz, chamando a atenção do Governo Federal para que acabe com essa orgia que lá se estabeleceu de se fixar reserva indígena na base do olhar do antropólogo de plantão. Existe, agora, na Funai, um outro antropólogo de plantão. A cada dois ou três meses, ele é mudado e suas idéias antropológicas divergem, às vezes, das do seu antecessor e, também, das do seu superior hierárquico, que é o Ministro da Justiça. Portanto, tenha V. Exª os meus de.

A SRA. MARLUCE PINTO — Muito obrigada pelo aparte de V. Exª, que só veio complementar o meu pronunciamento.

Eu gostaria de esclarecer, já que o atual Ministro da Justiça é um colega nosso, que S. Exª tem sido até ponderado nessa questão, pois o temos procurado e S. Exª tem adiado o decreto que, tantas e tantas vezes, o ex-Presidente da Funai já divulgou através dos meios de comunicação; inclusive, foi até o nosso Estado, há menos de dois meses, e lá falou nas

televisões e nas rádios que o decreto já estava datilografado, só faltando ser assinado, o que deixou todo o povo intranquilo.

O que eu quero dizer para V. Ex^s é que se isso fosse questionado entre os índios que são aculturados — os índios e os tuxauás da região Raposa/Serra do Sol — e lhes fosse explicado como ficaria a situação, tenho certeza de que eles não concordariam com essa demarcação em área contínua, porque nessa mesma região, que é o Município de Normandia, o Colégio da Maloca da Raposa tem até 2º Grau, há postos de saúde, as estradas são conservadas anualmente, após o inverno, e há toda uma assistência na área da agricultura e pecuária, tudo isso financiado e acompanhado pelo Governo do Estado de Roraima.

Nobres Colegas, até mesmo na região dos Surucucus — local em que se encontram os índios Yanomamis — onde estive, há menos de três meses, em companhia dos Ministros do Exército e da Justiça, pudemos constatar que aqueles índios que a Funai leva à divulgação, não só nacional como internacional, que estão morrendo porque têm contato com os não índios, em verdade isso está ocorrendo por falta de alimentação, porque, como aquela área já foi demarcada como área contínua, o Governo do Estado de Roraima não pode interferir; se ele assim agisse, alimentando aqueles índios, como alimenta os das outras malocas, poderia até responder por crime de responsabilidade. Torna-se necessário que nós, políticos — inclusive todos os Senadores, e não só os da região Amazônica, — nos preocupemos com este problema. Amazônia é Brasil, e todos temos por obrigação salvar aquele território, que é tão ambicionado, até pelos estrangeiros dos países do primeiro mundo. E se eles ambicionam, se até o exército americano, na semana passada, esteve fazendo manobras na Guiana, que fica na fronteira com o Brasil — especificamente, com o Estado de Roraima — é porque outros interesses existem. E se nós, políticos brasileiros, deixarmos aquela Amazônia despovoada, como até hoje, com tanto espaço e sem a presença do homem, aqueles espaços, dentro de pouquíssimo tempo, irão servir para os povos estrangeiros.

É bom deixar bem claro que não somos contra — como já disse — a demarcação de áreas indígenas isoladas, mas nos manifestamos frontalmente contra a demarcação de áreas contínuas e o desrespeito a direitos adquiridos por fazendeiros tradicionais, cujas famílias habitam aquelas terras há mais de cem anos, proporcionando, num clima de paz e harmonia, uma miscigenação saudável e uma integração pacífica de índios aculturados em nossa sociedade.

Também não podemos concordar com a expressão “nação” — nação Yanomami, nação indígena, como eles dizem — para designar algumas tribos indígenas, já que as terras por elas ocupadas integram o território da Nação brasileira, dentro do qual a soberania do Brasil é indiscutível e inalienável.

Bem o disse o Exm^o ex-Presidente da República, hoje Senador José Sarney, quando ocupou o mais alto cargo da República, que a “Amazônia brasileira é patrimônio soberano do Brasil”.

Ainda em relação às reservas indígenas, para serem elas demarcadas, haverá necessidade de se obedecer ao mandamento constitucional que estabeleceu a área de até 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, como faixa de fronteira, e, por isso, considerada como fundamental para defesa do território nacional. Impedir a mobilização de nossas Forças Armadas nessas faixas de fronteira seria, além de insen-

sato, um erro de estratégia capaz de gerar conflitos futuros e enormes prejuízos.

A cobiça internacional sobre a Amazônia já tem história, e quaisquer tentativas de concretizar aspirações alienígenas sobre nosso território deverão ser eliminadas pela raiz, antes que o mal se alastre e exija maiores sacrifícios para resguardar a ordem e a soberania do Brasil.

O quarto aspecto, que nos parece de fundamental importância para uma visão global dos problemas, é o da pobreza regional, bem demonstrada pela baixa renda per capita de Roraima, uma das menores do País.

Somos obrigados a reconhecer que Roraima ainda é uma região subdesenvolvida de nosso País, que precisa do apoio da União para ter o impulso necessário a sua arrancada desenvolvimentista. Sem esse apoio, não haverá como incentivar os setores produtivos, gerar novos empregos e proporcionar o desenvolvimento social.

No entanto, apesar dessa realidade que deixa o Estado em situação desfavorável e distante dos níveis de crescimento econômico e dos poderes de bem-estar social dos estados do Sul e do Sudeste, não perdemos nossa esperança nem nosso patriotismo e repudiamos quaisquer espécies de separatismo ou tentativas de se internacionalizar qualquer pedaço do território nacional.

Um quinto problema, Sr. Presidente, que tem assolado a região Norte, subdivide-se em dois aspectos: o do tráfico de drogas e o do contrabando de nossas riquezas minerais. O tráfico de drogas prejudica profundamente os alicerces de qualquer sociedade e o contrabando é lesivo aos interesses nacionais. Ambos precisam ser combatidos com energia e com a participação efetiva das Forças Armadas, antes que assumam dimensões de difícil controle pelas autoridades.

Todos esses problemas, Sr. Presidente, nos servem de alerta para a urgência de se criar uma consciência nacional de que resguardar nossas fronteiras e a soberania nacional não é tarefa apenas dos militares, mas de cada um dos brasileiros e, especialmente, da classe política que deve ser a defensora maior dos interesses nacionais.

Não podemos, como diz a sabedoria do homem do interior, “dormir no ponto” e só “fechar a porta depois de sermos roubados”.

O Sr. Odacir Soares — Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora?

A SRA. MARLUCE PINTO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Odacir Soares — V. Ex^a falou em contrabando de riquezas minerais. Quando o Ministro Eliseu Resende ainda estava na Pasta da Fazenda, fomos informados — veja o absurdo — de que o Governo brasileiro estava autorizando a importação de minério de cassiterita da Bolívia. O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de cassiterita, produzindo-a em excesso; mesmo assim, está o Governo Federal autorizando a importação de cassiterita da Bolívia, quando todos sabemos que aquele país não produz mais cassiterita, toda ela é contrabandeada de Rondônia. Então, contrabandeia-se cassiterita de Rondônia para a Bolívia e, em seguida, o Governo Federal autoriza a Bolívia, os “exportadores” da Bolívia a exportarem cassiterita para o Brasil — cassiterita que eles não produzem. O mesmo acontece com o café que o Paraguai exporta em volumes gigantescos. O Paraguai não produz café. São esses absurdos que terminam atingindo a nossa região.

A SRA. MARLUCE PINTO — Nobre Senador Odacir Soares, tenho, por convicção, que na hora em que o Presidente da República tomar conhecimento desses detalhes, tomará providências porquanto temos observado que isso tem ocorrido quando a imprensa faz denúncias que possam não só prejudicar, mas até deixar exposta a Nação, sem credibilidade. Precisamos sempre estar em contato com os Ministros dessas áreas, para que os problemas possam ser resolvidos.

Nobre Senador Odacir Soares, como a representação de cada estado da região Norte na Câmara Federal, excetuando-se o Estado do Pará, tem apenas oito deputados, precisamos mobilizar os nossos colegas para vermos aprovadas as nossas proposições. Há um ano e meio, quando apresentei projeto para a criação de áreas de livre comércio na nossa região, contei com o apoio total desta Casa. Todos votaram favoráveis. Mas, para isso, conversei individualmente com cada um dos Srs. Senadores. Compete-nos mostrar aos nossos colegas de outras regiões a real situação do Norte, porque a maioria, não a totalidade, dos representantes dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina nesta Casa, tenho certeza, não conhecem o Norte do nosso País. Muitas vezes, por falta de informações, eles deixam de se manifestar favoravelmente às nossas reivindicações. Depois que os Senadores Pedro Simon e Ronan Tito estiveram em nosso Estado, os dois foram firmes, nas comissões, ao defenderem a criação das áreas de livre comércio em Roraima. Puderam S. Ex^s conferir que Pacaraima não era uma área indígena, como queriam fazer crer, mas era quase uma cidade. Atualmente, tramita na Assembléia Legislativa um projeto para transformar aquela vila em município.

Sr. Presidente, precisamos nos preocupar com a Amazônia. Se os outros valorizam aquela região, nós, políticos brasileiros, devemos valorizá-la muito mais, já que tantos sofreram e derramaram o seu sangue para poder chegar à Amazônia, defendê-la e torná-la parte do território nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, urge uma tomada de decisão por parte do Governo, e existe um instrumento de ação que pode e deve ser imediatamente acionado: o chamado Projeto Calha Norte.

Lamentavelmente, o desconhecimento sobre esse projeto é muito grande. Muitos julgam, Sr. Presidente, que é um projeto só dos militares.

Em 1985, com base em um arrazoado irrefutável, preparado por uma comissão interministerial, formada por representantes dos Ministérios do Planejamento, Relações Exteriores, Interior — existente na época — o então Presidente José Sarney, demonstrando conhecer bem a região Norte, preocupado com os problemas da Amazônia e possuindo uma visão de estadista, aprovou um conjunto de medidas e ações governamentais para a nossa faixa setentrional de fronteira, denominado Projeto Calha Norte.

Este projeto, Sr. Presidente, é, na realidade, um planejamento integrado de ação governamental para a região norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, atingindo 6.771 quilômetros da linha de fronteira e 1.221.000 quilômetros quadrados, com o objetivo de somar recursos financeiros, materiais e humanos para, com a interseção de diversos ministérios e órgãos públicos, concretizar o desenvolvimento sócio-econômico regional e integrar aquela vasta área ao processo de evolução das demais regiões do País.

Sobre esse objetivo, o autor de "Os Sertões", escreveu no início desse século:

"Sem esse objetivo firme e permanente, aquela Amazônia, onde se opera agora uma seleção natural de energia, e diante da qual o espírito de Humboldt foi empolgado pela visão de um deslumbrante palco, onde, mais cedo ou mais tarde, se há de concentrar a civilização do globo, a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil, naturalmente e irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa, pela expansão centrífuga do seu próprio movimento."

Não é exagero dizer, ainda hoje, que se o Brasil não traçar e executar objetivos claros e adequados para o desenvolvimento e incorporação da região Norte, a Amazônia, inexoravelmente, será, em parte, desligada do território nacional.

O Projeto Calha Norte, em suas etapas iniciais de execução, foi um sucesso digno de servir de exemplo para outros programas governamentais. No entanto, o corte de recursos no Orçamento da União, ocorrido nos últimos anos, praticamente paralisou aquela feliz e bem sucedida iniciativa.

O Sr. Odacir Soares — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Eu pediria à nobre Senadora que não admitisse mais apartes, porque o tempo de V. Ex^a já se esgotou. Eu apelaria, também, aos Srs. Senadores para não apartarem.

O Sr. Odacir Soares — É um pequeno aparte, Sr. Presidente. Senadora Marluce Pinto, V. Ex^a tocou no Projeto Calha Norte. Acredito que este é o momento ideal para que ele seja implementado, porque as esquerdas já perderam a má vontade para com aquele projeto, aquele constrangimento em manter contato com os militares, e já admitem que o projeto Calha Norte é importante para o Brasil porque é importante para a Amazônia. Qualquer projeto da importância do Projeto Calha Norte, por exemplo, que seja implantado na Amazônia é importante para o Brasil, porque a Amazônia representa metade do Brasil. Acredito que com a boa vontade que o Presidente tem demonstrado, com a boa vontade de todos nós Parlamentares, e com esse diagnóstico feito aqui no Congresso, pela sociedade como um todo, relativamente à necessidade urgente de o Governo alocar recursos para as Forças Armadas, para a sua profissionalização, remunerando condignamente os militares, acho que é o momento adequado para a consolidação do Projeto Calha Norte.

A SRA. MARLUCE PINTO — Meu nobre colega, Ex^a comenta que a esquerda era contra; não era só a esquerda. Eu mesma, sinceramente, como não nasci na região Norte, nasci no Nordeste, no Estado do Ceará, desconhecia o teor, a finalidade do Projeto Calha Norte. Nós, brasileiros, temos o péssimo costume de discordar do que não conhecemos. Por isso, Sr. Presidente, encaminho a V. Ex^a, para que fique registrado nos Anais desta Casa, estudos a respeito do Projeto Calha Norte, pois o parlamentar que tiver interessado em conhecer detalhes poderá lê-lo, porque foi através da leitura deste relatório que eu me empolguei e senti a necessidade de fazer um discurso falando do Projeto Calha Norte. Como eu disse antes, não se trata de um projeto dos militares; é um projeto que foi elaborado pelo Ministério do Planejamento, com a participação de vários ministérios.

Deixaram, assim, de ter continuidade vários projetos especiais, dentre os quais relembro aqui os seguintes:

a) incremento das Relações Bilaterais;

- b) aumento da Presença Militar na área;
- c) incremento das Ações da FUNAI na Faixa de Fronteira;
- d) intensificação das campanhas de Recuperação dos Marcos Limitrofes;
- e) ampliação da Infra-Estrutura Viária;
- f) ampliação da Oferta de Recursos Sociais Básicos, envolvendo a criação e construção de escolas, recuperação de salas de aula, construção de postos de saúde, reforma e reequipamento de hospitais, instalação de creches e de centros de treinamento profissional, interiorização da assistência médica, odontológica, farmacêutica, veterinária e de técnicos agrícolas, dentre outras ações.

Essa paralisação, Senhor Presidente, é lamentável sobre todos os aspectos, reduziu o desenvolvimento social, ritmo de utilização ordenada dos recursos naturais, a expansão do número de empregos produtivos e o afluxo de investimentos, bem como a interiorização e a internalização do desenvolvimento.

Destarte, Senhor Presidente, os prejuízos para a região Norte e especialmente para o Estado de Roraima foram enormes e esta situação precisa ser revertida com urgência.

O Projeto Calha Norte, como já mencionei, não é um projeto militar. As Forças Armadas apenas oferecem apoio logístico e coordenam a integração das ações dos diversos órgãos públicos como as Delegacias dos Ministérios da Agricultura, Educação, Saúde, etc.

Convidamos, pois, os nossos nobres colegas do Senado Federal a se unirem em defesa da revisão e do revigoramento do Projeto Calha Norte, pois a responsabilidade pela redução das enormes e perigosas diferenças regionais é de todos nós e de todos os brasileiros que defendem a indissolubilidade da união dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consagrada em nossa Constituição.

Ao mesmo tempo, sugerimos ao Governo Federal que, dentre as novas diretrizes do Projeto Calha Norte, também sejam incluídas as seguintes:

- a) integrar no pProjeto, as ações específicas para a área dos Ministérios do Bem-Estar Social, do Desenvolvimento e Integração Regional, Minas e Energia, das Comunicações e da Agricultura, com as dos ministérios já envolvidos nas etapas anteriores;
- b) definir a política de ocupação da Amazônia e de exploração de suas riquezas naturais, especialmente em relação à atividade extrativista vegetal, a mineração, a agropecuária e a biodiversidade, disciplinando e incentivando a implantação de novos projetos na área produtiva, ordenando o fluxo migratório e estabelecendo o zoneamento territorial, compatibilizando os objetivos sócio-econômicos com a defesa do meio ambiente e a proteção e valorização das populações e culturas indígenas;
- c) estudar o mapeamento dos recursos regionais e divulgá-los com orientações para um aproveitamento racional que impulse o desenvolvimento através da implantação ou ampliação de projetos geradores de novos empregos e introdutores de novas tecnologias;
- d) valorizar as populações ribeirinhas com programas de incentivo à pesca, campanhas divulgando novas técnicas e financiamento para aquisição de equipamentos básicos;
- e) fortalecer as vilas e pequenos núcleos populacionais, implantando projetos que proporcionem sua maior integração com as áreas mais desenvolvidas, tanto nos setores de transporte e comunicação quanto nos sociais;

f) ressaltamos também as diretrizes sugeridas pela Secretaria de Assuntos Estratégicos e constantes no documento da Presidência da República intitulado "A Fronteira do Futuro", cuja cópia passaremos logo às mãos do Senhor Presidente, solicitando que seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para ficar nos Anais do Senado da República.

Concluindo, Senhor Presidente, reafirmamos que se nosso País não for capaz de integrar sua população setentrional, dando-lhe níveis de desenvolvimento mais próximos das demais regiões, estará abrindo espaço para que outras nações, adentrando nossas fronteiras, instalem-se em terras férteis e ricas da Amazônia.

É isso que precisamos evitar; e o único caminho a ser trilhado para não destruímos a unidade nacional é o da integração e do desenvolvimento que todos almejamos.

Fala-se da presença militar na área, pois esse projeto atuará em áreas fronteiriças. Portanto, não dispondo de civis treinados, contamos com os militares capacitados na atuação dos pelotões de fronteira, mas com a orientação dos ministros, cumprindo, executando um trabalho direcionado pelo Presidente da República, que, tenho certeza, também dará continuidade ao projeto. Para tanto, nós, uma Bancada forte, iremos ao Senhor Presidente da República e solicitaremos a reativação do projeto. Estou certa de que nós, parlamentares, na elaboração de emendas orçamentárias, vamos alocar recursos, aprovar nossas emendas, para que esse projeto tenha êxito, porque será de grande benefício à Nação brasileira.

Sr. Presidente, vou procurar não me alongar, porque já ultrapassei o meu tempo. Não quero criar constrangimentos a V. Exª e, muito menos, ao nobre Senador Eduardo Suplicy, inscrito para falar ainda hoje à tarde. Como tenho um compromisso inadiável, um assunto pendente em meu Estado, S. Exª cedeu-me seu horário, o primeiro, e ocupará o meu. Para não tirar a possibilidade de o meu nobre colega também fazer seu pronunciamento hoje, peço a V. Exª que faça constar do meu pronunciamento o relatório e a matéria recentemente publicada sobre o separatismo, que logo entregarei à Mesa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Imprensa Nacional, nos últimos dias, tem apresentado farto noticiário sobre minoritários e absurdos, mas também preocupantes grupos separatistas que, ignorando o mandamento constitucional da indissolubilidade da República Federativa do Brasil, esquecem os princípios fundamentais da nacionalidade e os ricos ensinamentos de nossa história.

Felizmente, todos sabemos que as manifestações separatistas de minorias do sul do País estão sob total controle e não representam qualquer ameaça à unidade e à soberania nacional.

No entanto, a cobiça internacional sobre a Amazônia, perigo antigo mas sempre constante em nossa história, novamente se faz presente e, desta vez, com o apoio do próprio Governo Brasileiro.

Com efeito, Sr. Presidente e nobres pares, a pretexto de proteção das terras e culturas indígenas, o governo brasileiro anterior delimitou e demarcou extensas áreas contínuas de dimensões superiores à superfície de diversos Países europeus, sem levar em conta a determinação constitucional de considerar como fundamental para a defesa do território nacional a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres.

O desrespeito à nossa faixa de fronteira e a expulsão de brasileiros que há tempos ocupavam fazendas ou exploravam minérios na região, deixaram vastas áreas do norte do

Brasil, especialmente de Roraima, totalmente nas mãos de cerca de duas dezenas de índios, cujas tribos são denominadas aqui e no exterior como nações indígenas.

Aí está um novo perigo que grupos estrangeiros poderão utilizar para justificar uma ação de organismos internacionais defensores do separatismo e da internacionalização da Amazônia.

Voltando a falar sobre o separatismo do sul, após este alerta em relação ao perigo potencial que existe no norte, ressaltamos que, de todas as manifestações que lemos a respeito, Sr. Presidente, uma delas, pela profundidade da análise e pela consistência de seus argumentos, nos pareceu plena de razões e um libelo extraordinário contra os irresponsáveis divisionistas. Trata-se de documento elaborado pelo centro de comunicação social do Exército e divulgado em noticiário do Exército de 17 de maio próximo passado, intitulado "**separatismo: uma barbárie**", o qual, pelos motivos expostos, solicitamos a vossa excelência seja transcrito nos anais da Casa, como exemplo para a atual geração e para as que hão de vir.

Finalizando, quero fazer apenas uma advertência sobre o separatismo. Entendemos que, no momento, ele não nos causa preocupação, pois desse movimento participa um número ínfimo de pessoas interessadas em algum espaço na mídia nacional e, quem sabe, estejam pretendendo candidatar-se em 1994, já tornando-se nomes conhecidos. Sabemos que os políticos de renome e o povo do Sul do nosso País não têm essa convicção de separatismo; mas temos que, de uma vez por todas, eliminar essa divulgação do separatismo — se nós, internamente, já queremos separar o Sul do Norte e do Nordeste — pois poderá servir de incentivo a outras nações interessadas na Amazônia, aumentando, cada vez mais, as suas cobiças em relação ao nosso solo tão rico.

Nessa reforma constitucional poderemos modificar um pouco a legislação: não é permitir a garimpagem desenfreada, mas uma garimpagem ordenada, que tenha a preocupação e o acompanhamento do Governo Federal. Temos certeza, Sr. Presidente, que dentro de muito pouco tempo o que for extraído do subsolo da Amazônia dará não só para pagar a nossa dívida externa e a interna, como para sairmos da condição de país do Terceiro Mundo.

Muito obrigada, Sr. Presidente e nobres colegas.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SR.
MARLUCE PINTO EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

SEPARATISMO: UMA BARBÁRIE!

A conjuntura brasileira permite observar um País que ainda se resente do equacionamento de problemas infra-estruturais, resultando uma sociedade com profundo desnivelamento sócio-econômico e acentuada carência no atendimento de suas necessidades básicas. Neste contexto, afloram anomalias cívicas, sugerindo condutas morais e éticas condenáveis, e até, pasmem, convocações para movimentos separatistas, como se a ruptura da Unidade Nacional constituísse panacéia para os males que afligem a Nação.

Os legisladores constituintes, com sabedoria e descortino, reafirmaram na atual Carta Magna, em seu art. 1º:

"A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito..."

A simplicidade e a clareza deste preceito não deixam dúvidas aos brasileiros sobre sua responsabilidade na preservação de um patrimônio conquistado à custa de inenunciáveis sacrifícios, marcados por inúmeras vidas imoladas e abundante sangue vertido, aliados à hábil diplomacia empreendida.

A despeito dos vários fatores que concorreram para a tentativa de fragmentação, inicialmente da colônia portuguesa na América, e depois do Império e da República, esta Nação manteve-se, ao longo de sua história, íntegra e indivisível.

Foi em Guararapes que o índio, o negro e o branco, irmanados no propósito de expulsar o invasor, deram a primeira mostra do sentimento de nacionalidade que, ao longo dos séculos, firmou-se como traço característico do povo brasileiro.

O empenho na preservação da integridade, realizado por Caxias, à sombra de sua espada pacificadora, desde a Balaia-da, no Maranhão, até a Farroupilha, no Sul, ajudou a consolidar a Unidade desta Nação de dimensões continentais.

Já República, o Brasil confirmou sua Unidade, ao debelar a Revolução Federalista e a insurreição de Canudos, que a ameaçavam.

Pari passu à evolução da sociedade brasileira, há que ser considerado o esforço empreendido por tipos distintos da nacionalidade rumo à consecução de objetivos comuns. Recentemente, observa-se a expansão da fronteira agrícola no extremo oeste, com a contribuição expressiva da operosa gente do Sul do País, que, em busca de terras férteis e virgens, não hesitou em deixar seus pagos para ocupar e desenvolver outras regiões. E o que dizer da construção da Capital Federal, onde a convergência de todos os brasileiros ergueu esta cidade, hoje patrimônio histórico da humanidade, porém, mais do que isso, síntese do sentimento de Unidade Nacional? E da pujança do parque industrial do Sudeste, construída com o labor de brasileiros de todos os quadrantes desta grande Nação?

Sobretudo, impõe-se enfatizar que o Brasil tem acolhido imigrantes de várias e distintas nacionalidades. Estes, aqui radicados, encontram-se perfeitamente integrados, contribuindo, decisivamente, com o suor do rosto, a força dos braços e a capacidade da inteligência para, junto aos demais brasileiros, impulsionar este País ao encontro de seu grande destino. Estes brasileiros são, portanto, partícipes do desenvolvimento nacional.

Isto tudo não impede que sejam preservados, cultuados e até incentivados os costumes regionais, que, com suas diversidades, enriquecem o vasto patrimônio cultural brasileiro.

Nestes tempos em que se chega a falar de separatismo, uma barbárie, para um País que, a custo de inaudito esforço de sucessivas gerações, conseguiu manter-se uno e pujante, têm as Forças Armadas papel ímpar na manutenção da Unidade Nacional, da coesão interna e da integração, como suas fiadoras. Tal destinação encontra-se explicitada no art. 142 da Constituição Federal:

"As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem."

Assim o Exército Brasileiro, cuja presença em todos os rincões do território nacional constitui por vezes — e não raras — o único ponto de referência de brasilidade nos oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados de área, irmanado ao sentimento de repúdio que perpassa a esmagadora maioria da população, continuará sendo um ferrenho soldado na defesa dos elevados valores da Pátria.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Coordenação de Programas em Áreas Estratégicas

A FRONTEIRA DO FUTURO

1. Introdução

As Razões — Uma das principais vertentes da política de desenvolvimento do Governo Federal tem sido integrar, efetivamente, a região amazônica ao resto do país, em particular a grande área situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

Pode-se dizer que esse esforço teve seu início no primeiro semestre de 1985 quando, a partir de uma avaliação político-estratégica da região, foi determinada a realização de estudos aprofundados que permitissem estabelecer medidas destinadas a, por um lado, enfrentar as carências mais sérias da área, em particular as de caráter sócio-econômicas que afligem às populações e, por outro, a assegurar a garantia da soberania e da integridade territorial, naquela região.

A Região — Localizada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, correspondendo a 14% do território nacional, praticamente inexplorada (abriga 1,2% da população nacional) e com extensa faixa de fronteira habitada, eventualmente, por indígenas, tem-se constituído, ao longo dos anos, num desafio e preocupações constantes quanto à sua efetiva integração ao contexto nacional, devido, máxime, às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente.

Distante dos centros de poder e desenvolvimento do país, essa extensa área conta com apenas um grande pólo de desenvolvimento político-sócio-econômico, localizado em Manaus (AM), e outros dois menores em Macapá (AP) e Boa Vista (RR).

Esse afastamento é mais acentuado pelo obstáculo natural das calhas dos rios Solimões e Amazonas que tende a dissociá-la do restante do território brasileiro, pelas óbvias limitações ao acesso terrestre.

Em contrapartida, verifica-se ao norte dessa área uma continuidade territorial que, se por um lado, induz a uma aproximação natural e desejável com os países ali situados, por outro, permite o fácil acesso aos agentes do comércio e de atividades ilegais.

A Decisão — Considerou-se, nesse cenário, ter chegado o momento de encetar uma ação de governo para iniciar a efetiva incorporação da área ao processo de desenvolvimento natural, estimulando a sua integração com as demais regiões e, de forma equilibrada, sua aproximação com os vizinhos do norte do continente.

O estudo da realidade regional já identificara, na área em causa, três espaços diferenciados: o primeiro, compreendendo uma "Faixa de Fronteira", com 150km de largura, entre Tabatinga (AM) e Oiapoque (AP); o segundo, definido pela "Orla Ribeirinha" dos rios Solimões e Amazonas e seus principais afluentes; e o terceiro, a "Hinterlândia", constituído dos espaços interiores limitados pelos dois primeiros.

A imensidão da área e a dimensão amazônica dos seus problemas demandaram o estabelecimento de prioridades despojadas de sonhos e compromissadas, tão somente com a capacidade de realização governamental.

Assim, elegeu-se a "Faixa de Fronteira" como área prioritária e preferencial para fins de planejamento e ação imediata do governo.

O grande mérito dessa iniciativa — razão maior de seu sucesso — foi o de trabalhar, sempre, com a ferramenta do possível e com a obstinação e dedicação de quem sabe que as grandes caminhadas são feitas, passo a passo. Dessa forma, como uma fronteira do futuro, nasceu o Projeto Calha Norte.

2. Projeto Calha Norte

Conceito — O "Projeto Calha Norte" é um planejamento integrado de ação governamental para a região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Tem em vista, em seu todo, o desenvolvimento sócio-econômico da área e a sua consequente integração ao restante do País.

O termo "projeto", a rigor, é inadequado, uma vez que o planejamento envolve um conjunto de projetos especiais. Por uso ficou, porém, a denominação inicial, quando não se conhecia, ainda, a amplitude das ações necessárias e dos recursos financeiros exigíveis.

Do Estudo — Fruto da orientação presidencial, a então Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional deu início, em maio de 1985, aos estudos da área em pauta.

Foram detalhadamente analisadas as características geográficas, os aspectos ecológicos, psicossociais, demográficos e militares. Concluído o trabalho, demonstrados ficaram, dentre outros, os seguintes aspectos de destaque:

- área praticamente não integrada ao Território Nacional, com reduzida presença brasileira, ausência essa ainda mais crítica ao longo das áreas limítrofes, nos 6.771km de extensão da linha de fronteira;

- imensa área de 1.221.000km², com apenas 1.620.000 habitantes, concentrados, em sua maioria, nas cidades de Manaus, Boa Vista e Macapá, correspondente a apenas 1,2% da população brasileira. Os índios lá existentes, em diversos graus de aculturação, representam 0,04% da população nacional e 22,7% de toda a população indígena do País;

- à exceção dos grandes centros de Manaus (AM), Boa Vista (RR) e Macapá (AP), notável carência de recursos sociais básicos, especialmente quanto ao atendimento de saúde da população;

- solos, em termos amplos, acentuadamente dependentes da cobertura vegetal e sujeitos à erosão e à rápida perda de nutrientes. Foram identificados, pelo Projeto Radam, milhões de hectares de solos férteis, em geral restritos às orlas ribeirinhas;

- subsolos extremamente ricos em recursos minerais, a maioria devidamente identificados pelo Projeto Radam;

- marcante incipiência de vias de comunicações terrestres. As poucas existentes são totalmente dependentes das condições climáticas;

- utilização predatória de recursos naturais, com degradação do solo, flora e fauna em alguns pontos da região;

- existência de narcotráfico. A plantação, colheita, refino e comercialização de epadu (coca) movimenta recursos financeiros que, muitas vezes, neutralizam a presença do poder público da região;

- contrabando e descaminho de recursos minerais diversos;

— desordenada atividade de garimpagem, com graves deficiências sociais e trabalhistas;

— problemas decorrentes de conflitos, envolvendo, especialmente, índios, posseiros, garimpeiros e empresas de mineração; e

— intenso interesse internacional em assuntos da Amazônia brasileira.

Após a análise dos diversos aspectos da região e de que resultaram as conclusões acima, o estudo considerou, ainda, que:

— um planejamento abrangente de médio e longo prazos poderia diferentemente de esforços isolados, direcionar a atuação governamental, juntamente com a iniciativa privada, no sentido de promover o desenvolvimento da área de modo harmônico e adequado aos interesses nacionais;

— a integração dessa região geoeconômica, ao resto do país, apresentaria a oportunidade de assegurar um nível adequado de relacionamento com os vizinhos, por meio dos canais de cooperação técnica, econômica, comercial e cultural, podendo esperar-se, como decorrência desse incremento nas relações, surgir o Brasil como opção confiável e fraterna para o desenvolvimento recíproco.

Em face do estudo, pôde listar-se, entre outras, as seguintes necessidades fundamentais e imediatas:

— intensificação das relações bilaterais com países vizinhos, com destaque para as trocas comerciais;

— aumento da presença brasileira na área, com base na ação pioneira das Forças Armadas;

— proteção e assistência às populações indígenas da região;

— intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira;

— ampliação da infra-estrutura viária;

— aceleração da produção de energia local;

— estímulo à interiorização de pólos de desenvolvimento, com base na vocação sócio-econômica da região;

— ampliação da oferta de recursos sociais básicos; e

— incremento da colonização, com base nas populações da área e assistência do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura.

Em todas as fases do estudo, houve uma permanente preocupação no sentido de que o processo de desenvolvimento, na Amazônia, fosse feito sem a ruptura de suas características básicas, onde desponta o aspecto ecológico.

Proposta:

Diante da importância e da complexidade da tarefa antecedida, o Estudo realizado sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para elaboração de um plano para desenvolvimento da região, integrando as programações específicas que seriam solicitadas dos demais ministérios envolvidos.

Estê GTI foi composto, para um rendimento mais efetivo, apenas de representantes da Secretaria de Planejamento da Presidência importantes subsídios que certamente poderiam ser colhidos de co-participantes das Unidades Federativas abrangidas.

Do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) — Acolhendo proposta consubstanciada na Exposição de Motivos nº 18, de 19 de junho de 1985, da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, o Presidente Sarney determinou a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial com a incumbência de apresentar medidas que buscassem atender as carências mais sérias da área, particularmente as de natureza

sócio-econômicas, e assegurar a garantia da soberania e da integridade territorial naquela região.

Este GTI desenvolveu suas reuniões sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN) e com a participação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério do Interior (MINTER) e da SG/CSN, além de diversos órgãos governamentais, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), os Ministérios Militares e o Ministério da Fazenda.

Considerando a amplitude das ações necessárias ao atendimento das referidas carências da região, bem como a evidente impossibilidade de obtenção, a curto e médio prazos, de recursos financeiros que permitissem concretizar aquelas ações, o GTI orientou-se para proposições de *projetos específicos*, denominados em seu conjunto de *Projeto Calha Norte*, objetivando contribuir para a solução das quatro primeiras *necessidades fundamentais e imediatas* da região, já apresentadas. Um parêntese: nos anos de 1987/1988, as quinta e oitava *necessidades fundamentais e imediatas*, também já especificadas, foram, respectivamente, acrescentadas ao Projeto.

Na implementação das medidas que satisfazem às necessidades prioritizadas, foram estabelecidas as seguintes urgências para atendimento na *Faixa de Fronteira*:

— Território Federal de Roraima, com pólo em Boa Vista e ações desenvolvidas, particularmente, em Bonfim, Normandia, Paracaima (BV8), Ericó, Auaris e Surucucu;

— Região do Alto Rio Negro, com pólo em São Gabriel da Cachoeira e ações desenvolvidas, particularmente, em Maturacá, Cucuí, São Joaquim, Querari e Iauraretê;

— Região do Alto Solimões, com pólo em Tabatinga e ações desenvolvidas, particularmente, em Benjamin Constant e Ipiranga;

Na implementação das medidas que satisfizessem às necessidades prioritizadas, foram estabelecidas as seguintes urgências para atendimento na *Faixa de Fronteira*:

— Estado de Roraima, com pólo em Boa Vista e ações desenvolvidas, particularmente, em Bonfim, Normandia, Paracaima (BV8), Ericó, Auaris e Surucucu;

— Região do Alto Rio Negro, com pólo em São Gabriel da Cachoeira e ações desenvolvidas, particularmente, em Maturacá, Cucuí, São Joaquim, Querari e Iauraretê;

— Região do Alto Solimões, com pólo em Tabatinga e ações desenvolvidas, particularmente, em Benjamin Constant e Ipiranga;

— Região do Alto Traíra, tendo como pólo Vila Biten-court; e

— Região Norte dos Estados do Pará e do Amapá, com ações desenvolvidas, particularmente, em Tiriós, Clevelândia e Oiapoque.

A Alta Administração Federal reconheceu os limites da missão do GTI e aprovou, em 1º de dezembro de 1985, a Exposição de Motivos da Seplan que propôs os projetos especiais que compõem o "Projeto Calha Norte", contendo a consolidação das ações propostas pelos diversos órgãos governamentais que participaram de sua elaboração. Assinaram a referida Exposição de Motivos os Ministros da Seplan, MRE, Minter e SG/CSN.

Concepção da Ação Governamental

Fruto dos trabalhos até aqui sumariados, definiu o governo a sua estratégia de consecução:

I. Ações imediatas na faixa de fronteira, pela implementação de "projetos especiais" com participação coordenada de órgãos federais e estaduais, no atendimento das "neces-

sidades fundamentais e imediatas" listadas no estudo aprofundado na área.

II. Ações subsequentes envolvendo a área como um todo, definidas em programas e projetos, compatíveis com as diretrizes gerais do "Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PAD)" e com as recomendações contidas no capítulo "Desenvolvimento Regional" do "I Plano Nacional de Desenvolvimento — 1986/89".

3. Os Projetos Especiais

A entrada dos diversos órgãos federais e estaduais nas cinco áreas selecionadas da Faixa de Fronteira exige, obviamente, uma atenta coordenação, particularmente no tocante à localização inicial dos seus órgãos e respectivas aptidões. Assim, na região habitada pelos índios yanomami, cabe à Funai dobrar seus esforços; ao norte e leste de Roraima, assim como em Tabatinga (AM), avultam como prioritárias as medidas de revisão dos esquemas do comércio fronteiriço; e em todos os 6.771Km, da linha de fronteira, subsistem problemas indígenas, de carência de marcos limítrofes, de narcotráfico, de contrabando e descaminho, além dos oriundos de situações externas, tudo enfatizando uma maior presença governamental, inclusive militar. Esta, porém, destinada, complementarmente, a servir de base logística para apoio aos demais órgãos federais e estaduais em ação nas áreas e às próprias populações circunvizinhas.

Dentro da ordem de idéia do já exposto, os "Projetos Especiais", que caracterizam as "ações imediatas" do Governo — com a ferramenta do possível — no atendimento às necessidades básicas da área, tiveram suas implementações iniciadas em 1986, com previsão inicial de conclusão para o ano de 1991, o que não ocorreu, em virtude das dificuldades econômicas vividas pelo país.

Ei-los:

Projetos Especiais para Incremento das Relações Bilaterais

No sentido mais amplo, o incremento das relações bilaterais constitui objetivo e tarefa permanente do Itamaraty. No contexto do Projeto Calha Norte, essa expressão deve ser entendida como as ações na área externa que possam redundar em benefício para o desenvolvimento e colonização da região em causa. Como ponto de partida, o maior benefício que a política externa poderá alcançar é a manutenção da paz e o incremento da compreensão mútua entre o Brasil e seus vizinhos, ou seja, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e o Departamento Ultramarinho da Guiana Francesa. Nessa faixa de fronteira, a atividade de maior relevo diz respeito à delimitação da fronteira. No entanto, o Ministério das Relações Exteriores poderá contribuir com amplo leque de atividades para que o "Projeto Calha Norte" venha a ter o seu desenvolvimento favorecido.

De início, cabe lembrar que o aumento da presença brasileira na região é perfeitamente compatível com a coordenação de esforços com os países vizinhos. Entre outras, seriam as seguintes as principais medidas visando ao incremento das relações bilaterais: revisar a atual legislação de comércio fronteiriço; incrementar as atividades de cooperação técnica; revitalizar os mecanismos do Tratado de Cooperação Amazônica — TCA; reforçar a cooperação internacional no combate ao narcotráfico; retomar estudos para novas ligações rodoviárias; e reforçar a rede consular de fronteira. Com relação a esta última, a experiência histórica com a região Sul demonstra que consulados de fronteira bem instalados e lotados podem constituir instrumentos valiosos para o desenvolvimento e para

que sejam evitados, no nascedouro, problemas políticos decorrentes de fronteiras que se vivificam.

Projetos Especiais para Aumento da Presença Militar na Área

Têm como objetivo fortalecer a Expressão Militar do Poder Nacional na Faixa de Fronteira e em suas vias de acesso, cabendo: à Marinha do Brasil, intensificar atividades relativas à segurança da navegação, controle de embarcações e seu policiamento, bem como os serviços de patrulha fluvial; ao Exército Brasileiro, a ocupação física dos pontos sensíveis na Faixa de Fronteira, vigiando e guardando as vias naturais de acesso ao território nacional; à Força Aérea Brasileira, a manutenção de uma infra-estrutura aeronáutica que lhe possibilite o adequado apoio e a preservação da soberania do espaço aéreo, nos pontos sensíveis de interesse na Faixa de Fronteira. Complementarmente, as Forças Armadas, pela peculiaridade capilar ensejada por sua organização e articulação, deverão contribuir para a vivificação da Faixa de Fronteira e para o desenvolvimento da área, apoiando, logisticamente, os órgãos federais e estaduais na execução das ações de governo, particularmente nos setores da educação, saúde, transporte e telecomunicações.

A presença militar, ajustada à estatura nacional e fiel à sua vocação de solidariedade, manifestada sobretudo na assistência às populações mais desfavorecidas pela sorte e mais carentes, em especial àquelas situadas nas regiões mais longínquas da Faixa de Fronteira, tem tradicionalmente: estimulado atividades educacionais e econômicas; prestado assistência de saúde à população local; integrado os silvícolas à comunidade nacional; inibido o trânsito ilegal de estrangeiros, o narcotráfico e a evasão de riquezas; e implementado uma infra-estrutura viária. Tudo isso, respaldando atividades de colonização, tão necessárias às áreas da faixa fronteiriça.

Já se pode prever que a implantação de novos pólos de desenvolvimento corresponderá um aumento progressivo de atividades nas áreas envolvidas. Conseqüentemente, cabe à Marinha intensificar, proporcionalmente, a sua presença, para isso corrigindo as deficiências existentes em seus pontos de apoio na região Norte, bem como iniciando a construção de um navio-patrulha fluvial e incorporando lanchas patrulhas e agências flutuantes para atenderem ao incremento nas atividades relativas à segurança da navegação, controle das embarcações e seu policiamento.

Para que o Exército se fizesse presente na Faixa de Fronteira, atendendo eficientemente aos objetivos propostos para o Projeto Calha Norte, foi necessária uma reestruturação da força terrestre na área, exigindo as seguintes medidas: organização do Comando de Fronteira do Rio Negro, com a criação do 5º Batalhão Especial de Fronteira (São Gabriel da Cachoeira — AM); reorganização do Comando de Fronteira de Roraima; manutenção da organização e da articulação dos Comandos de Fronteira do Solimões e do Amapá, equipando-os adequadamente e proporcionando-lhes instalações mais funcionais; e criação de um Pelotão Especial de Fronteira em Tiriós (PA).

Finalmente, a Aeronáutica, por intermédio da implantação de pontos de irradiação de apoio aéreo, vem atendendo a todo o transporte de pessoal, material e equipamentos desta categoria de Projetos Especiais.

Executa, ainda, construção e melhoria de aeródromos do interesse do sistema de proteção ao voo, na Amazônia, e para apoio às organizações militares da fronteira, além de construir, melhorar ou ampliar dez aeródromos para a Funai.

Projeto Especial para o Incremento das Ações da Funai na Faixa de Fronteira.

Este projeto tem por objetivo fortalecer a estrutura operacional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na Faixa de Fronteira.

A atuação da Funai, na condução da política indigenista, fundamenta-se numa experiência de campo, intensificada por meio da presença permanente na área, sobretudo nas comunidades indígenas em estágio inicial de contato que requerem atenção especial, como a yanomami. É importante frizar que grande trecho da fronteira norte brasileira abriga um número considerável de grupos, em diferentes níveis de contato com a sociedade envolvente, que inviabiliza a atuação governamental sem a participação efetiva do órgão tutor.

O projeto em questão se materializa na construção e reforma de postos indígenas, instalação de postos indígenas de vigilância, implantação e/ou melhorias de aeródromos, além do fornecimento de viaturas e equipamentos de radiocomunicação. Tais ações visam ampliar a infra-estrutura do órgão assegurando a presença do poder público nas áreas indígenas.

Também é mister do programa auxiliar a Funai no desenvolvimento de estudos para a demarcação de áreas e projetos de desenvolvimento comunitário, com vistas a garantir ao índio suas terras e a preservação de sua cultura.

Em função de suas características peculiares foram priorizadas as seguintes áreas:

— áreas dos Grupos Makuxi/Wapixana (RR) e Yanomami (AM e RR).

Há, nessas áreas, uma população aproximada de 25.000 índios, sendo 10.000 do grupo yanomami, que habitam a região noroeste de Roraima e parte da faixa norte do Estado do Amazonas, e 15.000 de diversos grupos indígenas que habitam a faixa nordeste de Roraima.

— área do Alto Rio Negro, fronteira com a Colômbia e Venezuela.

Nesse espaço habita uma população de, aproximadamente, 15.000 índios de várias etnias, dispersos numa área que se inicia no rio Japurá, proximidades da vila Bitencourt, fronteira com a Colômbia, estendendo-se até o rio Cauaboris, fronteira com a Venezuela.

— área do Alto Solimões, fronteira com a Colômbia.

Na área do Alto Solimões, situada no Estado do Amazonas, fronteira com a Colômbia, a Funai vem assistindo, com dificuldades, uma população estimada em 15.000 índios.

— áreas do Amapá (AP), fronteira com a Guiana Francesa e Suriname.

As áreas abrigam uma população indígena de aproximadamente 3.500 índios, distribuídos em dezenas de postos indígenas espalhados no Estado do Pará e no Território do Amapá.

Projeto Especial para Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes.

Resultado de negociações diplomáticas, o território nacional apresenta contorno definido com todos os seus vizinhos, no Norte e no Sul. Demarcar as fronteiras, prolongamento do trabalho diplomático, representa atribuição da maior importância e visa a proteger e a resguardar a soberania e a segurança nacionais. A demarcação e a caracterização das fronteiras devem, porém, ser realizadas em bases bilaterais. Para isso, constituíram-se as Comissões Mistas, que atuam de forma continuada e permanente na inspeção, caracterização e reconstrução dos marcos fronteiriços.

No caso do Brasil, especialmente no que diz respeito à fronteira setentrional, a importante atribuição de velar pelos limites definidos em atos internacionais, incumbe à Primeira Comissão Demarcadora de Limites, com sede em Belém. Essa unidade funcional, vinculada ao Itamaraty, é responsável pela inspeção unilateral das fronteiras, bem como, integrando as Comissões Mistas, pelas campanhas bilaterais de inspeção, caracterização e reconstrução de marcos fronteiriços.

O Projeto Calha Norte contribui, significativamente, para dotar as equipes brasileiras, de demarcação de limites, com os equipamentos e recursos que permitam acompanhar o ritmo de trabalho acordado com as nações vizinhas, bem como para possibilitar a adequada manutenção das sedes e subsedes das Comissões Demarcadoras.

Após o primeiro ano de execução, o Projeto Calha Norte pôde incorporar mais duas categorias de Projetos Especiais, ampliando o atendimento das necessidades julgadas básicas. Assim:

Projeto Especial para Ampliação da Infra-Estrutura Viária

Esta quinta categoria de Projeto Especial foi incorporada a partir de 1987.

A implantação da BR-307, trecho São Gabriel da Cachoeira-Cucuí, e da BR-156, trecho Calçoene-Oiapoque, são metas que se encontram em execução.

Em conversação com a Venezuela, encontra-se o ajuste para asfaltamento da BR-174, trecho Boa Vista-Paracaima (BV8).

Estudos e projetos da rodovia Macapá-Tiriró, inclusive os trabalhos de conservação dos trechos já existentes.

Projetos Especiais para Ampliação da Oferta de Recursos Sociais Básicos.

Esta mais recente categoria de Projetos Especiais resultou da participação de diferentes órgãos governamentais e decorreu da motivação criada pela regulamentação do inciso I, do art. 17, do Estatuto do Índio, que implantou as Colônias a Áreas Indígenas.

Participam com recursos próprios os Ministérios da Agricultura, da Previdência e Assistência Social (através do INSS), da Saúde, da Educação, o Gabinete Civil da Presidência da República (através da Secretaria Especial de Assuntos Comunitários), o Estado-Maior das Forças Armadas e o Governo do Estado do Amazonas (através das Secretarias de Saúde e de Educação).

Esse esforço conjunto permitiu a implantação e a operacionalização de atividades essenciais nas áreas da saúde, da educação e do abastecimento de gêneros alimentícios, nos municípios da Faixa de Fronteira Norte. Permitiu, ainda, o atendimento das populações ribeirinhas dos rios Negro, Xié, Jaçana, Cubatê, Uaupés, Tiquié e seus igarapés, por profissionais de saúde que trabalhavam para o Programa de Apoio Social Integrado (PASEI). Este programa, decorrente de ensinamentos do Projeto-Piloto Tabatinga — modelo de ação social integrada de governo, aproveitamento da peculiaridade capilar das Forças Armadas para apoio a projetos em regiões distantes e carentes do território nacional —, foi, em essência, um programa de oferta de recursos sociais básicos, pela ação integrada de Ministérios Cíveis e Militares, em regiões longínquas e necessitadas. Como outros mais, o PASEI foi um instrumento valioso na implementação dos Projetos Especiais do "Calha Norte".

Ainda no aproveitamento dos planejamentos integrados do governo, destaque seja dado aos Projetos Especiais do "Calha Norte" que, além de ensejarem modelos para implementação de ações sociais integradas do governo, já propiciaram à região as seguintes realizações:

- No Projeto-Piloto Tabatinga:
- construção e entrega de moderno e funcional Centro Administrativo;
- elaboração do Plano Diretor para a cidade de Tabatinga;
- construção da Via da Amizade, uma avenida de dupla via, com canteiro central, de 3,5km de extensão, ligando as localidades de Tabatinga e Letícia (Colômbia);
- construção do Auditório Comunitário Amazônia Régia;
- efetivação de interligação telefônica com a cidade colombiana de Letícia, fronteira e gêmea a Tabatinga;
- implantação de um sistema de limpeza urbana;
- recuperação das instalações e reativação do centro de Treinamento Profissional;
- construção ou reforma de prédios destinados ao funcionamento de Postos de Serviços da Previdência Social, Polícia Federal, Polícia Militar e Receita Federal;
- implantação dos sistemas de captação e distribuição de água;
- tratamento de águas servidas, pluviais e esgotos para 70% da área urbana;
- criação da Comarca de Tabatinga, com a instalação de duas varas;
- construção de modernas instalações no Entrepósito Pesqueiro; e
- ampliação e melhoramento no Hospital de Tabatinga.
- Nos projetos Especiais para Incremento das Relações Bilaterais:
- agilização do trabalho das Comissões Mistas de Demarcação da Linha de Fronteira, cuja extensão, na região do Calha Norte, atinge 6.771km;
- construção de cerca de 600 (seiscentos) novos marcos fronteiriços, particularmente na fronteira com a Venezuela;

e

— Nos Projetos Especiais para Aumento da Presença Brasileira na Área:

- No Setor do Exército:
- conclusão do quartel e conseqüente ativação do 5º Batalhão Especial de Fronteira, em São Gabriel da Cachoeira (AM), atual 5º Batalhão de Infantaria de Selva;
- término das instalações dos aquartelamentos e ativação de cinco Pelotões Especiais de Fronteira, nas localidades de Iauaretê (AM), São Joaquim (AM), Querari (AM), Maturacá (AM) e Surucucu (RR);
- construção, ainda em fase de implantação, de outros 2 (dois) Pelotões, nas localidades de Auaris (RR) e Tiriós (PA);
- construção da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista (RR) e suas unidades subordinadas;
- obras diversas de construção e ampliação de unidades militares de fronteira; e
- apoio comunitário através dos pavilhões de terceiros e do pessoal, e instalações de saúde.

No Setor da Aeronáutica:

- construção, ampliação e imprimação asfáltica de 20 (vinte) pistas de pouso, essenciais à continuidade do apoio

logístico a ser prestado. Dentro da programação estabelecida, encontra-se em operação aeródromos de apoio em:

Amapá	Roraima	Amazonas	Pará
Amapary	Bonfim	Melo Franco	Tiriós *
Palikur	Normandia	Jandú-Cachoeira	
Cumarumã	BV-8	Estirão do Equador *	
	Surucucu *	Palmeiras do Javari *	
	Auaris *	Ipiranga *	
	Baixo Mucajaí	Vila Bitencourt *	
	Paapii	Iauaretê *	
	Uaicás	Querari	
	Ericó	São Joaquim *	
		Cucuí *	
		Maturacá *	

* Aeródromos já asfaltados

No setor da Marinha:

- construção do pier da Base Naval de Val-de-Cães;
- ligação definitiva do cais da Estação Naval do Rio Negro;
- aquisição e entrada em operação de 2 (duas) "Agências Flutuantes" e 4 (quatro) embarcações rápidas;
- construção de 3 (três) lanchas-patrolha e 1 (uma) lancha-balizadora; e
- apoio médico e odontológico às populações ribeirinhas, através de 2 (dois) navios de assistência hospitalar.
- No Projeto Especial para Ampliação da Infra-Estrutura Viária
- ligação Ipanoré-Urubuquara, no Município de São Gabriel da Cachoeira (AM), permitindo a integração ao transporte fluvial no rio Uaupés;
- ligação de São Gabriel da Cachoeira e Cucuí — pequeno trecho na BR-307;
- conservação do trecho da BR-174 entre Caracará e Boa Vista;
- conservação do trecho da BR-401 de Bonfim à Normandia;
- implantação da ligação de Calçoene ao Oiapoque, trecho da BR-156;
- planejamento e estudos da ligação Macapá-Tiriós; trecho das BR-210 e BR-163, aproveitando segmentos já construídos da Perimetral-Norte; e
- início das obras de implantação da ligação de São Gabriel da Cachoeira à Maturacá, através da BR-307.
- Nos Projetos Especiais para Ampliação da Oferta de Recursos Sociais Básicos:
- construção de poços tubulares em Estirão do Equador (AM), Vila Bitencourt (AM), Ipiranga (AM), Palmeiras do Javari (AM) e São Gabriel da Cachoeira (AM);
- construção de instalações para alojamento de profissionais de saúde em Pari-Cachoeira (AM) e Taracuá (AM);
- construção de 1 (uma) Unidade de Distribuição de Alimentos da Conab em São Gabriel da Cachoeira (AM);
- construção e equipamento de Centros de Saúde em Pari-Cachoeira (AM) e Içana do Rio Negro (AM) — áreas indígenas;
- aquisição, por meio de processo administrativo pertinente, e entrada em operação de Unidades Volantes de Saúde — barcos — em número de 4 (quatro), para atendimento

de vida nos distritos e comunidades isoladas do Alto Rio Negro;

- instalação de pessoal de saúde em Benjamin Constant (AM), São Paulo de Olivença (AM), Santo Antônio do Itá (AM), Amaturá (AM) e na região do Alto Rio Negro;

- instalação de 1 (uma) Unidade Mista de Saúde, com 25 (vinte e cinco) leitos, em Iauraretê (AM);

- instalação de 1 (uma) Unidade Mista de Saúde, com 50 (cinquenta) leitos, em São Gabriel da Cachoeira (AM);

- Fornecimento de Farmácias Básicas — 1 (uma) para cada 3.000 (três mil) habitantes, em periodicidade semestral — para as Unidades Mistas e Volantes de Saúde dos Municípios de Tabatinga (AM), Benjamim Constant (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Santa Isabel do Rio Negro (AM);

- instalação e fornecimento de equipamentos para Postos de Saúde em Pari-Cachoeira II (AM) e Taracá (AM) — áreas indígenas;

- fornecimento de equipamento completo para o Centro de Saúde de Atalaia do Norte (AM);

- construção, fornecimento de equipamento e a operação de Postos de Saúde nas Comunidades de Guanabara III, Prosperidade I, II e III, Sururuá, Niterói, Crajari, Veneza São Pedro, São Raimundo, São Leopoldo e Belo Horizonte, todas no Município de Benjamim Constant (AM);

- instalação de creches em São Gabriel da Cachoeira (AM), Benjamim Constant (AM) e Barcelos (AM);

- realização de campanhas de vacinação e erradicação de doenças endêmicas, em todos os municípios da Faixa de Fronteira;

- ampliação e modernização das instalações do Hospital do Exército, em Tabatinga (AM);

- construção da Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira (AM), para 600 (seiscentos) alunos de 1º e 2º graus;

- implantação do Colégio Agropecuário de Benjamim Constant (AM), objetivando, a nível de 2º grau, a formação de técnicos nos setores de criação de pecuária e produção agrícola;

- recuperação de mais de uma centena de salas de aula das redes de ensino escolares municipais;

- instalação do Centro de Treinamento Profissional, em Tabatinga (AM), para o aprendizado industrial; e

- interiorização, na região, para assistência às populações, de médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários, por meio do Programa de Apoio Social Especial Integrado — PASEI, coordenado pelo Estado-Maior das Forças Armadas, atualmente desativado.

- No Projeto Especial para o Incremento das Ações da Funai na Faixa de Fronteira:

- criação de 19 (dezenove) áreas indígenas na região dos índios Yanomami, em Roraima, a saber: Auaris, Uaicás, Surucucu, Cutaiba, Palimiu-There, Ericó, Acapural, Mucajá, Jundiá, Catrimani, Demini, Tootobi, Gurupira, Ajuricaba, Marari, Marauá, Maturacá, Cauabori, Apuf, num total de 2.435.215 hectares para uma população de 9.910 indígenas;

- criação de mais 16 (dezesseis) áreas no Amazonas — região conhecida como “Cabeça de Cachorro” — nominadas como: Kuripaco, Cuiairi, Yauarete I, Yauarete II, Içana do Rio Negro, Pari-Cachoeira I, Pari-Cachoeira II, Pari-Cachoeira III, Evaré I, Evaré II, Içana, Aiari, Maku, Cubate, Taracá, Xiê, Médio Içana, totalizando uma superfície de 2.630.000 hectares para uma população de 23.620 índios;

- criação das áreas indígenas de Uaçá II, Juminá e Uaçá I, na região de Oiapoque, com uma superfície total de 463.946 hectares;

- distribuição de medicamentos e equipamentos de saúde, além de reformas em enfermarias de Postos Indígenas, conjugadas à construção e reparação de salas de aula;

- implantação de Projetos Especiais nos setores da agricultura de subsistência, bovinocultura, caprinocultura, piscicultura e artesanato nas colônias e áreas indígenas criadas;

- criação de 13 (treze) Florestas Nacionais, a saber: Xiê, Içana-Aiari, Cuiairi, Cubate, Piraiaua, Taracá II, Uruçú, Içana, Pari-Cachoeira I, Pari-Cachoeira II, Amazonas, Roraima, abrangendo uma área de 8.565.485 hectares; e

- criação do Parque Nacional de Monte Roraima, com uma área de 100.000 hectares.

4. Das Ações Subseqüentes

Os programas de desenvolvimento da região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas (envolve uma área de cerca de 14% do Território Nacional e 24% da Amazônia Legal) deverão beneficiar os Estados do Amapá e Roraima e parte dos Estados do Pará e Amazonas, além de uma extensa linha de fronteira com cerca de 6.500km.

As ações de curto, médio e longo prazos, a serem detalhadas pelos programas, deverão considerar as diferenciações sub-regionais existentes, a exemplo da extensa faixa de fronteira, do núcleo interiorano de terras firmes e das zonas ribeirinhas existentes.

Premissas — O planejamento das ações subseqüentes de governo, para a região em causa, deverá, sempre:

- utilizar seus recursos naturais, obedecendo, simultaneamente, três requisitos essenciais: que seu uso seja economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto; e

- reconhecer e valorizar as características e peculiaridades da sociedade e cultura amazônica, como elementos decorrentes das condições ecológicas, antropológicas e históricas.

Objetivos — O planejamento terá sempre em vista:

- elevar o nível e a qualidade de vida da população por intermédio da expansão do emprego produtivo, do acesso aos bens e serviços produtivos e das formas de participação social; e

- interiorizar e internalizar o desenvolvimento, de forma a reduzir as desigualdades funcionais, espaciais e setoriais.

Diretrizes — Os objetivos das ações de governo serão promovidos pelas seguintes diretrizes gerais:

- definir a política de ocupação da Amazônia e de uso dos seus recursos naturais, com disciplinamento das atividades econômicas e através do zoneamento territorial que compatibilize os objetivos sócio-econômicos com os aspectos ecológicos;

- intensificar a programação de ciência e tecnologia, reforçando-se a necessidade de que seja estabelecida ampla coordenação de todos os órgãos e segmentos de pesquisa em desenvolvimento na Amazônia, de forma a atrelar efetivamente a pesquisa à ação planejadora e à sustentação do processo de ocupação regional e garantir-se o atendimento à demanda de conhecimentos originados da região;

- promover a implantação de atividades econômicas voltadas para ampliação dos mercados interno e externo, através do racional aproveitamento dos recursos regionais, tais como os florestais, minerais, hídricos (uso múltiplo: navegação, potencial energético etc.), pesqueiros, várzea etc.;

— promover a implantação de projetos que, pela sua significação econômica e social, venham a contribuir para a geração de maior valor agregado, na região;

— promover a implantação de projetos que consideram a importância dos rios e vales amazônicos, das populações ribeirinhas e daquelas isoladas nas áreas de fronteiras, no processo de desenvolvimento regional;

— valorizar a cultura das sociedades indígenas, com o propósito de integrá-las harmonicamente e progressivamente à comunidade nacional, estendendo-lhes a proteção das leis pátrias em igualdade de condições com todos os brasileiros, bem como assegurando-lhes os mecanismos de preservação, delimitação e demarcação de suas terras;

— estimular a definição de política de desenvolvimento urbano, que estabeleça hierarquia entre os diversos segmentos da programação, adotando-se destinação de recursos que implique em ruralização da infra-estrutura social e demais equipamentos urbanos, particularmente em pequenos núcleos populacionais.

5. Conclusão

Programa "Calha Norte", por seus objetivos e por suas características, *inegavelmente* é prioritário para a integração da área ao restante do País, afirmando a presença do Estado e criando melhores condições aos brasileiros que aviventam a Fronteira Norte.

A manutenção da nossa soberania, tarefa que exige abnegação, pertinácia, decisão e, acima de tudo, patriotismo, particularmente naquelas lonjuras, tem merecido do Governo Federal a necessária atenção e os meios para sua vigilância e proteção.

Destaque-se a ação coordenada das diversas esferas governamentais proporcionando o desejado equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente.

O Programa "Calha Norte", importante ressaltar, transcende em muito ao aspecto vigilância daquela região de relevante interesse político-estratégico, para se mostrar um projeto governamental arrojado e multidisciplinar de considerável alcance social a brasileiros cuja presença em áreas inóspitas assegura nossa posse sobre a região.

Dos distintos planejamentos governamentais, desde o início do Programa, podemos inferir que, em prazo relativamente curto e cenário econômico desfavorável, o Programa "Calha Norte" tem, sem solução de continuidade, buscado atender às necessidades de integração e desenvolvimento da área objeto de sua ação.

Dessa forma, o Programa é o meio pelo qual o Estado cumpre o seu papel de manter o território integrado e assegurar à sua população acesso ao desenvolvimento, por mais oneroso e difícil que seja, por meio de oportunidades já ofertadas nos demais pontos do País o que assim excede em justificativas para a existência do "Calha Norte".

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é preocupante a situação de pobreza e miséria em que vive grande parte da população brasileira. É sobremaneira preocupante saber que entre os desassistidos predominam as crianças e os adolescentes, aqueles que, por não terem ainda meios para suprir a própria subsistência, vivem dependentes de famílias pobres, quando não miseráveis.

Com maior ou menor intensidade, espalham-se pelo País regiões em que se encontram quadros de extrema necessidade: a educação é deficiente, a saúde é precária, a situação habitacional é humilhante, a sobrevivência acontece pela benevolência de Deus. Um motivo a mais de preocupação é ver que nesse meio predomina a população jovem e que, por isso, o Brasil de amanhã está sendo moldado em parâmetros totalmente inadequados: sem educação, sem saúde, sem condições mínimas de vida.

Por outro lado, não deixa de ser alentador verificar que algumas medidas se tomam para encontrar solução para esses problemas.

Peço hoje a atenção dos meus pares nesta Casa para o programa "Populações Carentes e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia", desenvolvido pela Associação das Universidades Amazônicas, UNAMAZ, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF, bem como pela Universidade Federal do Pará, UFPA.

A primeira medida tomada por essas instituições foi fazer um diagnóstico da situação da criança e do adolescente no Estado do Amazonas. Como já era esperado, o quadro não foi nada animador. Em termos demográficos, econômicos e sociais, apurou-se que 58,4% da população amazonense está na faixa etária de 0 a 17 anos; 50,55% vive em estado de pobreza, com receita abaixo de um salário mínimo; e 20% vive em estado de pobreza absoluta, isto é, com renda anual inferior a 370 dólares; apenas 47,06% da população é atendida por rede de água, e a rede de esgoto, praticamente inexistente no interior, só atende a 5% da população da capital. A demanda reprimida de energia elétrica é da ordem de 35%, sendo que apenas a capital consome 87,4% de toda a energia ali produzida.

Em decorrência do declínio da atividade industrial na Zona Franca de Manaus estima-se que, apenas no Distrito Industrial daquela Capital, 35 mil trabalhadores tenham sido demitidos a partir de 1990. A queda nas vendas do comércio de julho/91 a abril/92 se situou entre 75% e 80%, o que provocou forte desemprego no setor.

Em termos educacionais, a situação é igualmente aterradora: de acordo com os últimos dados disponíveis, em 80, apenas 46,6% da população entre 7 e 14 anos era alfabetizada, o que mostra que os analfabetos são a maioria nessa faixa de idade. Por outro lado, ainda que toda a população em idade escolar quisesse freqüentar a escola, isso não seria possível, pois não existem salas de aulas suficientes para abrigá-las. Esse déficit é calculado em 957 salas, o que contribui para que mais de 127 mil crianças de 7 a 14 anos não freqüentem a escola. Além disso, o alto índice de repetência onera sobremaneira o sistema e fecha as portas das salas de aula para grande número de alunos. Um aluno amazonense leva, em média, 13 anos para concluir o primeiro grau, que é distribuído em 8 séries. Isso fez com que, de 1 mil alunos matriculados na 1ª série do 1º grau, em 1990, apenas 110 chegassem à 8ª série, em 1988.

Outro dado preocupante, em termos educacionais, é que 21,6% dos professores não têm formação adequada para o magistério, o que torna ainda mais sofrível o nível da educação fornecida àqueles que conseguem matrículas nas escolas.

No item saúde, a situação não é melhor: em 1989, a mortalidade infantil, compreendendo crianças com menos de um ano, situou-se em 63,8 óbitos por 1.000 crianças nascidas vivas, bem acima da média nacional, de 51 em 1.000. As causas desses óbitos das crianças de 1 a 4 anos são, em sua

maioria, as afecções originadas no período pré-natal e as doenças infecto-parasitárias, ligadas à deterioração ambiental, às subcondições de moradia, à ingestão de água contaminada, à falta de saneamento básico e à dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Como se vê, todas essas causas são decorrentes unicamente da pobreza.

Como no resto do Brasil, a taxa de fecundidade das mulheres vem decrescendo, tendo ocorrido, na década passada, um generalizado processo de esterilização de mulheres jovens e até de adolescentes, promovido por organizações de planejamento familiar suspeitas e até mesmo pelo Sistema Nacional de Saúde.

Infelizmente, a população do Estado do Amazonas ainda está sujeita a endemias já controladas definitivamente em outras partes, como a malária, a leishmaniose, a hanseníase e a cólera.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, resumidamente esse foi o quadro que motivou a criação do "Programa Populações Crentes e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia" e fez com que a UNAMAZ, a UFPa e o UNICEF se unissem para procurar soluções capazes de reverter essa situação. De nossa parte, achamos ser imprescindível que o Governo Federal, através dos seus órgãos competentes na área da educação, da saúde e do saneamento básico, se engaje nesse programa. Ou se tomam, agora, medidas urgentes e enérgicas nesse sentido ou estaremos comprometendo séria e irreversivelmente o futuro do nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço, portanto, que cada um dos senhores observe, com toda a atenção, e procure se enfileirar e se unir a esses organismos que estão realmente buscando levar para aquela Região a situação ideal por ela exigida.

Concluo, dizendo que a UNAMAZ, a UFPa e o UNICEF, unidos, não de encontrar as soluções necessárias para reverter essa situação em favor do Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Aureo Mello, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alfredo Campos _ Aureo Mello _ César Dias _ Dirceu Carneiro _ Divaldo Suruagy _ Eduardo Suplicy _ Jonas Pinheiro _ Júnia Marise _ Louremberg Nunes Rocha _ Mansueto de Lavor _ Marco Maciel _ Mário Covas _ Meira Filho _ Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 458, de 1993, do Senador Valmir Campelo, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta das propostas de Emenda à Constituição nº 13, de 1991; e 4, de 1993, por tratarem de matérias que versam sobre o mesmo assunto.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As Propostas de Emenda à Constituição nº 13, de 1991, e 4, de 1993, passarão a tramitar em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1989 (nº 3.592/89, naquela Casa), de autoria do Senador Mauro Borges, que dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo

Parecer favorável, sob nº 145, de 1993, da Comissão — de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

Em discussão o substitutivo da Câmara, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 287, do Regimento Interno, o substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado será considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência ao do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 501, DE 1993

Nos termos dos art. 287 do Regimento Interno, requeiro votação, em globo, do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1989 (nº 3.592/89, naquela Casa), de autoria do Senador Mauro Borges, que dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Sala das Sessões, 26-5-93. — **Pedro Teixeira**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Passa-se à votação em globo do substitutivo da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É a seguinte a matéria aprovada:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 1989

(Nº 3.592/89, naquela Casa)

Dispõe sobre a reparação de natureza econômica prevista no § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os aeronautas, os aeroviários e os militares atingidos por atos institucionais ou complementares, impossibilitados de, na vida civil, exercer atividades específicas de aeronautas ou aeroviários, em função das Portarias Reservadas números S-50-GM 5, de 19 de junho de 1964 e S-285-GM, de 1º de setembro de 1966, do Ministério da Aeronáutica, farão jus à reparação de natureza econômica prevista nesta lei.

Art. 2º A reparação de que trata o artigo anterior consistirá:

I — na indenização pecuniária dos direitos feridos pela impossibilidade de ter exercido, na vida civil, as atividades profissionais específicas citadas nesta lei;

II — na concessão de aposentadoria a que, por via de consequência, teriam feito jus naturalmente, na inatividade, caso não tivesse ocorrido a impossibilidade de exercer tais atividades profissionais.

Art. 3º A indenização de que trata o inciso I do artigo anterior será calculada da seguinte forma:

I — para os pilotos civis de qualquer categoria, os oficiais aviadores e os oficiais aviadores-engenheiros corresponderá um salário de comandante de Boeing 737 — equipamento básico da aviação brasileira — vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês maio de 1979, quando cessou o impedimento;

II — para os demais aeronautas; os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de Espl. Av. EspCOM e Q AV, os aeroviários e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades de AT-MAV, AT-AV AT-MR, AT-PA, AT-SH, AT-CE, AT-SL, AT-MO; AT-SE, AT-CM, AT-HE, AT-IT, AT-PI, AT-CP, MR-MEAU, MR-SEAU, MR-SHAU e MR-CMAU e os militares que pertenciam aos quadros e subespecialidades RT-TE, RT-VO e AT-CV, aos quais se equivalem, também, respectivamente, os comissários de bordo, os mecânicos de voo, os mecânicos I e os despachantes de voo, no âmbito da aviação comercial, corresponderá um salário idêntico ao do topo da sua categoria, vigente na data do efetivo pagamento da reparação, multiplicado pelo número de meses transcorridos entre a data em que o beneficiário da reparação sofreu a sanção imposta e o mês de maio de 1979, quando cessou o impedimento.

Parágrafo único. O valor do salário de que tratam os incisos deste artigo será fornecido por certidão pelo sindicato da categoria a que pertencer o beneficiário da reparação.

Art. 4º A aposentadoria de que trata o inciso II do art. 2º será concedida após a apresentação de requerimento firmado pelo beneficiário da reparação na forma do art. 10, e paga pela Previdência Social, por conta da União, através do órgão de pagamento de benefícios mais próximo do domicílio do requerente, com vigência a partir da publicação desta lei, com recursos adiantados em contas trimestrais, compensadas as eventuais diferenças.

Art. 5º O pagamento em moeda corrente nacional decorrente do quanto vier a ser calculado, na forma do art. 3º, isento de qualquer tributo, far-se-á em até 60 (sessenta) dias da data da promulgação desta lei, através de crédito liberado em conta, a favor do beneficiário da reparação, que indicará, no requerimento a que se refere o art. 10, a Agência do Banco do Brasil S.A. onde pretende seja realizado o depósito.

Art. 6º A reparação de que trata o inciso I do art. 2º será considerada crédito de natureza alimentícia e estende-se aos herdeiros e aos dependentes dos beneficiários falecidos, devendo ser calculada na forma do art. 3º até a data do falecimento ou na data ali indicada se o falecimento tiver sido posterior, e ser paga de acordo com o estabelecido no artigo anterior.

Art. 7º O valor da aposentadoria de que trata esta lei corresponderá aos salários constantes dos incisos I e II do art. 3º, para as respectivas categorias, cujos reajustes salariais

serão informados pelos sindicatos dos aeronautas e aeroviários, sempre que ocorrerem.

Art. 8º Os herdeiros e dependentes dos beneficiários já falecidos ou dos que vierem a falecer, desde que como tal sejam considerados pela Previdência Social, farão jus, ainda, a uma pensão cujo valor será o da aposentadoria de que trata o artigo anterior, a ela habilitando-se por intermédio do requerimento a que se refere o art. 10, devendo apresentar os documentos que façam prova de sua condição sucessória.

Art. 9º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação própria dos Encargos Previdenciários da União — Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 10. Os beneficiários contemplados por esta lei, a partir de sua promulgação, habilitar-se-ão a reparação econômica a eles destinada mediante simples requerimento que comprove esta condição, dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda no caso do disposto no inciso I do art. 2º, e ao Ministro de Estado da Previdência Social para os efeitos do inciso II, também do art. 2º, entregue nas respectivas Delegacias Regionais mais próximas dos seus domicílios.

Parágrafo único. Os documentos comprobatórios de que trata o caput deste artigo serão:

I — para os aeronautas e aeroviários, a cópia do **Diário Oficial** que publicou a sanção imposta ao requerente, por ato institucional ou complementar, a cópia da licença ou certificado fornecido pela Diretoria da Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e a certidão pelo sindicato respectivo.

II — para os militares, as cópias das folhas de alterações do histórico militar que comprovem ter o requerente pertencido ao Quadro de Oficiais Aviadores, Oficiais Aviadores-Engenheiros, ou aos quadros e subespecialidades referidos nesta lei, assim como a data em que sofreu a sanção imposta por ato institucional ou complementar, ou cópia do **Diário Oficial** que publicou a referida sanção e a certidão do salário vigente de sua categoria fornecida pelo sindicato respectivo.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Júnior) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1993 (nº 7.128/86, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cancela débitos para com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE, e dá outras providências, tendo

— Parecer favorável, sob nº 132, de 1993, da Comissão

— de Assuntos Econômicos.

A matéria ficou sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, inciso II, alínea d, do Regimento Interno.

A proposição não foram oferecidas emendas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 1993

(Nº 7.128/86, na Casa de Origem)

(Da iniciativa do Presidente da República)

Cancela débitos para com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam cancelados os débitos para com a extinta Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE, autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, de valor originário igual ou inferior a duas vezes o Maior Valor de Referência (MVR) vigente no País, constituídos até 22 de fevereiro de 1989, arquivando-se os respectivos processos administrativos.

§ 1º Para os fins deste artigo, valor originário é o correspondente ao débito principal, com exclusão de quaisquer parcelas acessórias como juros, multa e correção monetária, bem assim de custas processuais e honorários advocatícios.

§ 2º As execuções em curso, dos débitos cancelados por esta lei, serão extintas por sentença do juiz, de ofício, intimando-se o representante judicial da autarquia.

Art. 2º O cancelamento de débito decorrente desta lei não gera direito à restituição de importância recolhida anteriormente à sua vigência.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Item 4:

Discussão, em turno único do Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1992, de autoria do Senador João França, que estabelece as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Reltor: Senador Cid Sabóia de Carvalho, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria ficou sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, inciso II, alínea d, do Regimento Interno.

À proposição não foram oferecidas emendas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 1992

Estabelece as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Público, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito, dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso.

Art. 2º A assistência de que trata o artigo anterior constituir-se-á de auxílio financeiro equivalente ao montante que a vítima percebia em vida, a qualquer título, considerada, para efeito de cálculo, a média dos rendimentos auferidos nos últimos seus meses, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido para pagamento de benefícios pela Previdência Social.

§ 1º Existindo mais de um dependente da vítima, o valor do auxílio de que trata este artigo será rateado em partes iguais entre os beneficiários.

§ 2º Deixa de ser devido o pagamento da respectiva parte do benefício se o dependente:

I — atingir a maioridade;

II — vier a falecer;

III — recuperar a capacidade.

§ 3º Constitui crime deixar o dependente de informar à Previdência Social a cessação da condição que amparou a concessão do benefício.

Pena: reclusão de uma a cinco anos, e multa.

Art. 3º Não farão jus ao benefício previsto no art. 2º os herdeiros que possam prover a própria subsistência, bem como os que percebam dos cofres públicos, a qualquer título, rendimento equivalente à parcela a que teriam direito, em decorrência da aplicação do disposto nesta lei.

Parágrafo único. É devida aos herdeiros e dependentes a diferença entre o valor dos rendimentos recebidos a qualquer título dos cofres públicos e a parcela a que teriam direito nos termos do art. 2º

Art. 4º Para os fins desta lei são considerados:

I — herdeiros, os necessários, segundo a lei civil;

II — dependentes carentes, os que dependiam economicamente da vítima.

Art. 5º O auxílio pecuniário de que trata esta lei é isento do imposto de renda e de qualquer contribuição de natureza social.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta do orçamento da seguridade social.

Art. 7º O reajustamento do valor do auxílio de que trata esta lei obedecerá às normas do regime da Previdência Social, destinadas à atualização de benefícios, conforme o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 8º Esta lei entra em vigor no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias a partir de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO Nº 447, DE 1993

Votação, em turno único, do Requerimento nº 447, de 1993, do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo “Imagens de uma vida”, de autoria do escritor Antônio Carlos Vilaça, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 3 de maio de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares, por permuta com o Senador Ney Maranhão.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em discurso proferido nesta tribuna, a 17 do corrente, achei de meu dever advertir que “o País perde muito com as crises que não temos sabido administrar e, sobretudo, que não temos tido o cuidado de encerrar”.

Naquela oportunidade, fazia eu alusão a duas crises que, embora paralelas, só tinham em comum o tratamento lento e tergiversante a que eram submetidas. Refiro-me ao problema dos vencimentos e soldos dos servidores civis e militares, assim como, também, à crise ministerial desencadeada pela má condução do *affaire* Eliseu Resende.

Hoje, quando tudo faz crer que ambos os problemas parecem encerrados, sem entrar no mérito das soluções encontradas, julgo oportuno retomar o tema daquela advertência. Meu único escopo é, obviamente, o de contribuir para alijar, de vez, a crise que tanto nos importunou, bem assim como o de evitar a eclosão de outras crises, que poderão ocorrer se persistirem os erros que as têm gerado.

É, pois, visando a tais objetivos, que hoje retorno ao tema da crise brasileira, dando relevo ao tratamento que a ela é ministrado, deplorando as perdas que esta nos tem infligido e, sobretudo, buscando explicitar as expectativas da Nação brasileira em relação ao comportamento que o Governo precisa, urgentemente, adotar no período pós-crise.

O que mais avulta, Sr. Presidente, na análise do impasse em que nos vimos debatendo, é sua amplitude e profundidade. Tem-se a impressão que a Nação brasileira não padece uma crise, antes, precipitou-se num emaranhado de crises.

Crise econômica, secundada por seus funestos componentes: o endividamento, a inflação, a disparada dos preços, o aviltamento da moeda, a queda do crescimento, a paralisia das atividades produtivas, a recessão, o desemprego, a fome e a miséria.

Crise política, caracterizada pela ausência de lideranças, pelo desmoronamento das instituições, pelo descaso para com o interesse público, pela prevalência escancarada do fisiologismo, pela falência dos partidos e pela ocupação do Poder e do espaço político por forças do subsistema social, particularmente, pela mídia, pelos sindicatos, pelo *lobby* empresarial e por outras menos visíveis ou mais camufladas.

Crise moral, como nunca se viu na História deste País, desencadeando o esfrelamento da família, a derrocada dos valores, a permissividade dos costumes, o alastramento do uso das drogas e entorpecentes, o império do crime e da violência, o recuo da lei e da autoridade, o desprestígio da virtude e a entronização da desfaçatez e da corrupção, em quase todos os setores da sociedade.

Crise social, fermentada no inchaço das camadas periféricas, marginalizadas pela incúria e pela desassistência crônica a que têm sido relegadas pelos poderes públicos e pela própria sociedade.

Crise da educação, solapando a universidade, as escolas, o magistério, o alunato, transformando em farsa o processo ensino-aprendizagem e convertendo o sistema educacional brasileiro num dos piores do mundo, conforme atestado recente, passado pelo atual ministro da Educação.

Crise da educação, crise da família, crise da igreja, crise da juventude, crise do poder, crise de lideranças, crise de valores, crise de autoridade, crise de saúde, crise, em suma

de tudo — tudo compondo as mil faces da grande crise que ameaça implodir a sociedade brasileira.

Defrontando-nos com males tão devastadores, justo é que nos detenhamos para examinar os tratamentos que até aqui lhes temos dispensado. Mas, logo iremos reconhecer, forçoso é admitir, que pouco ou quase nada temos feito. Em verdade, diante de uma septicemia generalizada que devasta o organismo da Nação, uns parecem ignorá-la, outros fingem levá-la a sério, mas ao tratá-la não vão além das pajelanças e dos chás inócuos, embora pretensamente miraculosos.

Na verdade, são vários os comportamentos que se tem verificado diante da crise brasileira.

Há os terapeutas que até têm a coragem de propor o remédio adequado. Mas este, quase sempre, é amargo, doloroso e impopular, daí porque é rejeitado pelo paciente e por todos aqueles que não suportam os riscos da impopularidade.

Há os que, bem intencionados, buscam debelar a crise, mas o fazem com tal inabilidade que, ao invés de agentes neutralizadores, acabam por se converter em agentes estimuladores de crises.

Há os que se consideram detentores da fórmula exclusiva de superação da crise. Mas, preferem assistir ao agravamento do quadro, adiando o tratamento para a hora em que, de posse do Poder, puderem ministrar, sem embaraços, a fórmula eficaz, que julgam deter com exclusividade.

Estes, para usar a expressiva imagem de Elio Gaspari, ao invés de ajudar São Jorge, preferem torcer pelo dragão. Em certos momentos, eles podem até aliar-se a São Jorge, mas aprontam tamanha discórdia nos arraiais do Santo e entre seus auxiliares imediatos, que acabam fortalecendo a sobrevivência do dragão.

Muito parecidos com estes, são os que também torcem pelo dragão, ou porque as crises lhes acarretam quer proveitos financeiros, quer proveitos eleitorais.

Há finalmente os que recusam admitir sua parte de responsabilidade na crise, recorrendo ao “álibi” confortável da culpabilidade de outros.

Neste caso, o “álibi” mais recorrido é, ainda, o da herança dos governos militares.

É aqui que ousou propor uma tomada de consciência mais objetiva, mais sincera, mais destemida da crise que tanto mortifica a Nação.

O peso maior das responsabilidades atribuído aos governos militares é um álibi que, além de surrado, vai sendo desmoralizado pelo tempo e pela evolução dos acontecimentos.

Há cerca de 10 anos, foi o Poder devolvido à classe política ou à sociedade civil, como se prefere dizer.

Tivemos a habilidade e a sabedoria de fazer com que isso acontecesse, sem maiores traumas, mas não tivemos a grandeza, de provar a maior eficácia do poder civil.

Soubemos restabelecer a plenitude democrática, mas fomos incapazes de conter o nosso “porre democrático”, de sorte que, enquanto este perdura, expande-se, também, o fisiologismo, a prevalência dos projetos pessoais sobre os interesses da Nação, a desenvoltura da corrupção, a intriga política, a luta cavilosa pelo Poder, a postergação da retomada do nosso crescimento, o abandono dos critérios de competência e de idoneidade no provimento dos cargos administrativos dos quais dependem o dinamismo e a eficácia da administração pública, o diletantismo executivo, a improvisação, a sujeição da racionalidade administrativa aos caprichos do jogo político, em suma, tanta e tamanha tem sido a nossa incompetência, que sequer fomos capazes de conter o nível

da crise, nos limites acentuadamente menos desconfortáveis, como os legados pelo último governo militar. Pelo contrário, à crise herdada, só fizemos acrescentar novos ingredientes que a fizeram ganhar proporções nunca antes verificadas.

Mas urge, Sr. Presidente, explicitar, que se me arrisco a esse exercício analítico sem concessões, longe estou de pretender a apologia dos regimes de exceção. Muito pelo contrário, o que intento aberta e francamente, como é de meu feitio, é exorcizar e impedir que se avolume o contingente daqueles que começam a manifestar saudades e preferências ilusórias, em relação a aquele já superado transe histórico, que não queremos ver repetido.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é sabido que as crises são como febres: quando muito prolongadas exaurem o organismo, infligindo-lhe perdas irreparáveis.

Com efeito, muito tem perdido o Brasil com sua crise que não logramos sustar, nem encurtar. Numa época de progressos vertiginosos, como a nossa, perdemos o trem da História e pusemo-nos a marcar passo por uma década inteira. Ainda agora, vencida já boa etapa da década de 90, não sabemos, sequer, reencontrar os rumos perdidos do nosso desenvolvimento.

Perdemos o respeito e a credibilidade junto aos demais povos do mundo. Portugal e outras nações européias, permitem-se humilhar nossos concidadãos, quando estes desembarcam em seus solos, e tem-nos faltado vigor moral para repelir essas insuportáveis aleivosias.

Nosso descrédito é desnudado, na forma irônica com que Michael Candessus cumprimentou nosso ex-chanceler, ao tomar conhecimento de sua anunciada transferência para o Ministério da Fazenda: - "Parabéns pela coragem de assumir a pasta dos negócios econômicos do Brasil".

Perdemos a moeda e vamos, pouco a pouco, perdendo a identidade nacional. Nossa referência monetária é o dólar. A língua pátria, de tão descurada, anda tão deformada, que já se pode dizer que o idioma brasileiro é o português mal falado. Vamos assim nos despojando, passo a passo, de nossas raízes culturais, a ponto de nunca justificarmos tanto como, agora, aquela conhecida tirada de Eça de Queiroz: "Que país maravilhoso será o Brasil, no dia em que os brasileiros se decidirem a ser verdadeiramente brasileiros..."

Perdemos os bríos como povo, ao perder a fé no Brasil. Nossa juventude e segmentos ponderáveis de nossas elites dão as costas ao Brasil, em busca de outras pátrias. Os que aqui ficam, experimentam constantes surtos de depressão cívica, de inclinação ao auto-escárnio e à perda da auto-estima, sem o que, todos sabemos, é impossível manter-se erecto em meio à competitividade dos povos.

Esse é um problema tão grave, que chega a pôr em risco nossa sobrevivência e nossa segurança como Nação!

Mas, Sr. Presidente, não sou dos que gostam de tomar tempo, deplorando a escuridão. Sou, pelo contrário, dos que preferem ao invés disso, acender um fósforo que seja, para reduzir a espessura das trevas.

As crises mais recentes passaram, o novo Ministro da Fazenda, trouxe o tom desaparecido do otimismo às suas primeiras declarações. Acendendo, portanto, no horizonte uma luzinha que — queira Deus — se transforme no luzeiro que clareie a saída do túnel.

Também, não sou absolutamente, dos que se põem a torcer pelo dragão. Em virtude disso, torço desesperadamente para que o nosso São Jorge — o Presidente da República — não se envolva em novas crises e trapalhadas.

É preciso porém que, ele seja alertado para as expectativas da Nação quanto aos seus comportamentos neste pós-crise.

Que ele leve a termo, finalmente, a complicada composição de sua equipe ministerial, até hoje inconclusa.

Que ele nomeie e demita, quando for de seu alvitre, os ministros que quiser, mas não permita que essa prerrogativa seja-lhe arrebatada pela imprensa ou pelo lobby camuflado dos frustrados e ressentidos.

Que ele prestigie os seus ministros, não permitindo nunca a sua desmoralização, parta de quem partir, muito menos do próprio Presidente.

Que o Presidente, por sua autoridade moral, e por seu exemplo, imponha à sua equipe um padrão de homogeneidade governamental que bem poderia fundar-se nos denominadores comuns da lealdade recíproca; da convergência de esforços voltados para o seu programa de governo; da subordinação dos interesses partidários e dos projetos pessoais aos altos interesses do País; da postura altamente recomendável, estribada no princípio do comedimento verbal, que prefere trabalhar em silêncio, dando mais valia ao fazer do que ao dizer.

Que ele — o Presidente — dê como definitivamente superada a fase sem retorno, espero, das relações palacianas desnudada no semanário *Veja*, de 26 do corrente, sob o título de "Barafunda, intrigas e baixarias", matéria que deixo de comentar para não dar alento à deprimente opção de certa imprensa, pela maledicência, pelo escabroso e pela temática menor da vida pública.

Que, por derradeiro, o Presidente encontre o caminho da efetivação de seu programa de governo, sabendo, de antemão, que, do lado de cá, mais brasileiros existem dispostos a torcer por São Jorge do que pelo dragão.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de formular um convite a todos os Senadores, a todos os Deputados Federais, especialmente àqueles que participaram da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no dia 1º junho de 1992, que examinou as denúncias formuladas pelo Sr. Pedro Collor de Mello relativamente aos atos que acabaram sendo objeto de denúncia pela Procuradoria-Geral da República como atos contra o Código Penal e, conseqüentemente, contra a legislação brasileira, atos que ferem o que está previsto como o correto e o adequado procedimentos. A CPI que examinou atos contra a probidade administrativa que resultou no afastamento do ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Como na próxima terça-feira teremos o primeiro aniversário dessa CPI, diversos companheiros e membros daquela comissão avaliamos que seria oportuno fazer uma reflexão. Assim, na próxima terça-feira, na sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, exatamente a sala onde se procederam as reuniões tanto da Comissão Parlamentar de Inquérito como as reuniões da Comissão do Senado Federal que examinou o processo contra o Presidente Fernando Collor de Mello, faremos uma reunião às 14 horas.

Por que isso? Por que lembrarmos o primeiro ano, o primeiro aniversário da CPI? Para perguntar se a justiça foi feita. Vista por muitos com descrédito, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que se denominou Comissão do PC Farias, mostrou que quando há vontade política, quando há

mobilização populacional, é possível apurar irregularidades até nos mais altos escalões da República. Através do árduo e minucioso trabalho de investigação que envolveu o esforço de parlamentares, da imprensa, do Ministério Público, do Judiciário, da Polícia Federal, da Receita Federal, entre outros, foi possível desvendar com provas irrefutáveis a forma como funcionava o esquema Paulo César Farias e, inclusive, a responsabilidade, o envolvimento do ex-Presidente Fernando Collor.

Hoje, após um ano, é preciso fazer um balanço das consequências da CPI. Se, por um lado, ela gerou um fato histórico da maior importância — o afastamento do Presidente Collor pelo processo de **impeachment** — que resultou na renúncia e na condenação no sentido de o ex-Presidente não poder exercer cargo público por oito anos, por outro, é necessário avaliar como estão as investigações, os inquéritos e os processos contra os participantes do esquema PC-Collor, sejam eles membros ou ex-membros do Governo, empresários ou políticos. É preciso garantir que esses processos cheguem ao fim, e que os responsáveis sejam devidamente punidos na forma da lei, para reverter a tradição de impunidade dos crimes do colarinho branco que ainda, infelizmente, impera no País. Daí por que a realização desse ato, um ano após a instalação da CPI de Paulo César Farias, com o questionamento sobre se a justiça foi feita.

O Sr. Odacir Soares — V. Exª me permite?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Com muita honra, Senador Odacir Soares. Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, embora em muitos momentos tenha caracterizado a sua postura pela defesa do Presidente Fernando Collor de Mello, tenho a convicção de que V. Exª reconhece a relevância do trabalho de todos esses organismos citados e do próprio Congresso Nacional. Gostaria mesmo de poder contar com a presença de V. Exª nesse ato de memória da CPI.

O Sr. Odacir Soares — Desde já me prontifico a estar presente, nobre Senador Eduardo Suplicy. Agora, tenho a impressão de que quando V. Exª propõe esse reencontro está muito mais preocupado em transmitir à Nação o exemplo de funcionamento dessa Comissão e, talvez, os seus resultados, do que propriamente relembra a Comissão em si mesma. V. Exª sabe que todas as questões oriundas daquela Comissão Parlamentar de Inquérito, estão hoje entregues, conforme V. Exª já registrou, à competência legal da Polícia Federal, do Ministério Público da União, especificamente, dos juízes federais e do Supremo Tribunal Federal. E, como acredito na honestidade de propósitos de V. Exª, creio que, ao pretender consolidar perante a Nação, com essa reunião de terça-feira, um exemplo para os administradores públicos em todos os níveis deste País, quero propor a V. Exª que convida também para essa reunião o Presidente da Câmara de Vereadores, o Presidente do Tribunal de Contas e, quem sabe, o Procurador-Geral de Justiça, todos da cidade de São Paulo, a maior cidade do Brasil e uma das maiores do mundo. Creio que a presença dessas três autoridades consolidariam esse exemplo que precisamos dar da plena, correta e regular utilização dos recursos públicos, porque vemos a ex-Prefeita Luiza Erundina, que, por exemplo, teve as suas contas rejeitadas em 1991 e já caminha para ter as suas contas rejeitadas em 1992. Como V. Exª tem sido, aqui no Senado Federal, uma voz sempre pronta para defender a sua correligionária, a sua companheira de partido, seria uma oportunidade que nós, Senado-

res, teríamos para ouvir da própria voz das pessoas citadas e, quem sabe, o Procurador-Geral de Justiça da Cidade de São Paulo, onde já devem estar esses processos, porque ela está sendo acusada de ter aplicado irregularmente recursos públicos, e eu tenho impressão que, com essa isenção de que V. Exª é portador, com a honestidade que o caracteriza, — e já me comprometi estar presente à reunião — eu queria pedir a V. Exª que convidasse essas autoridades de São Paulo, para que também compareçam, para que pudéssemos ter, ouvindo delas mesmas, uma idéia correta do procedimento da ex-Prefeita de São Paulo Luiza Erundina no trato dos recursos e dinheiros públicos.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Prezados Senador Odacir Soares, V. Exª traz uma proposição, qual seja a de nós debatermos, no âmbito do Congresso Nacional, as contas...

O Sr. Odacir Soares — Que V. Exª convidasse para essa reunião o Presidente da Câmara de Vereadores de São Paulo, o Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e também o Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, com quem já devem estar os processos.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Mas, para discutir a questão das contas da Prefeita Luiza Erundina de Souza. É pertinente o assunto que V. Exª traz, e avalio que seria adequado, primeiro, que estejam aqui presentes o Presidente da Câmara Municipal, do Tribunal de Contas. Não vejo problema algum, e transmito, aqui da tribuna, o convite para que S. Exª estejam aqui presentes.

O Sr. Odacir Soares — V. Exª, que é de São Paulo, que está propondo a nossa reunião, que pessoalmente fizesse um esforço sobre-humano — sei que são difíceis as comunicações daqui para São Paulo — de modo que essas pessoas pudessem, na próxima terça-feira, estar conosco, para nos inteirar dos procedimentos — considerados por V. Exª irregulares — do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e da Câmara de Vereadores da Cidade de São Paulo, ao analisar as contas da ex-Prefeita Luiza Erundina.

O SR. EDUARDO SUPPLY — V. Exª é um exímio esgrimista, para ver se consegue colocar o assunto em outra direção que não aquela que entendo mais importante. Mas, quero dizer que aceito a proposição de um debate. Se V. Exª quiser, faremos em conjunto um debate, convidando todos os Senadores, somente sobre as contas da Prefeitura Municipal de São Paulo. Então, teremos a oportunidade de ouvir a Prefeita Luiza Erundina, que já se dispôs a um debate público com os membros do Tribunal de Contas do Município e da Câmara Municipal.

O Sr. Odacir Soares — V. Exª me permite mais um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY — Agora, peço a V. Exª que me deixe completar o meu pensamento.

O Sr. Odacir Soares — Com prazer, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY — Agora, o que vamos examinar, terça-feira próxima, é a questão do que houve em nível de Governo Federal, em nível de esquema Paulo César Farias, Fernando Collor de Mello, algo que realmente está na Justiça.

Quero transmitir a V. Exª que, inclusive, o Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, já aceitou o convite, confirmando a sua presença para terça-feira, dia 1º de junho,

lá na Ala Nilo Coelho. Tive oportunidade de convidar o Presidente Humberto Lucena, que confirmou presença, e S. Ex^a disse-me da importância de convidarmos todos os Deputados e Senadores. Todos estão sendo convidados, e aqui faço de público o convite. O Senador Amir Lando, Relator da CPI, confirmou a sua presença, assim como o Deputado Benito Gama, Presidente da CPI, sua presença. Será muito importante contarmos com a presença do Presidente Elcio Álvares, da Comissão do Senado Federal, com a participação do Senador Antonio Mariz, que foi o Relator do processo de responsabilidade do Presidente Fernando Collor de Mello. Vamos tentar conseguir a presença, também, da Juíza Denise Frossard, que deu um exemplo do que seja fazer a Justiça funcionar com rapidez em nosso Brasil.

O Sr. Odacir Soares — Então, V. Ex^a não considera, também, pertinente trazermos os Presidentes da Câmara de Vereadores de São Paulo e do Tribunal de Contas de São Paulo?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Já disse que serão convidados. Não há problema.

O Sr. Odacir Soares — Não vamos debater nada, Senador. Deveríamos ter debatido na época em que a Sr^a Luiza Erundina era Ministra. Como V. Ex^a está convidando pessoas ilustres para uma solenidade de afirmação da honestidade, do combate à corrupção, penso que seria importante trazer-mos um caso específico da maior cidade do Brasil, e de uma das maiores cidades do mundo, cuja Prefeita teve suas contas rejeitadas por irregularidades. Gostaria de pedir, por amor a Deus, a V. Ex^a que trouxesse à nossa reunião os Presidentes da Câmara de Vereadores e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, e, também, o Procurador-Geral de Justiça, porque com esse procurador já estão essas prestações de contas, que já foram consideradas irregulares.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Peço a V. Ex^a que conclua o seu aparte, porque V. Ex^a está-se repetindo. Já respondi a V. Ex^a.

O Sr. Odacir Soares — Quer dizer que V. Ex^a vai convidar pessoalmente?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Já disse a V. Ex^a que vou convidar, não há problema. Agora, disse a V. Ex^a que também aceite o debate sobre as contas da Prefeita Luiza Erundina. E mais...

O Sr. Odacir Soares — Aqui não é foro para essa questão e, sim, a Câmara de Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A Mesa solicita ao nobre Senador Odacir Soares que só intervenha no discurso com a permissão do orador.

O SR. EDUARDO SUPLICY — E digo mais: V. Ex^a sabe que em nenhum momento os membros do Tribunal de Contas do Município acusaram Luiza Erundina de qualquer auferição, impropriedade de acúmulo de propriedade indevidamente. A CPI concluiu, sim, com respeito à maneira incorreta com que o Sr. Paulo César Farias acumulou extraordinária fortuna e a maneira como o Sr. Fernando Collor de Mello fez despesas pessoais com recursos das contas fantasmas.

O Sr. Odacir Soares — Essas questões estão no foro competente.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Estamos no foro competente e estamos convidando para estar aqui, inclusive, o Presidente

do Supremo Tribunal Federal, pois é preciso que a sociedade brasileira esteja atenta à maneira como no Brasil vai-se fazer ou não justiça.

A propósito, vamos convidar para terça-feira próxima o jornalista Giancarlo Summa, da **La Stampa**, correspondente no Brasil, para que aqui preste um depoimento fazendo um paralelo, em especial dizendo como na Itália aqueles que desviaram recursos públicos — inclusive políticos e parlamentares — estão enfrentando as barras da justiça e, mais do que isso, muitos deles até indo para a cadeia. É preciso que uma nova ordem comece a se estabelecer. Aliás, é necessário que haja um grade debate, na sociedade brasileira, sobre as coisas que estão acontecendo, e muita coisa está acontecendo de novo.

É interessante ressaltar que um Brasil velho está morrendo e que é preciso dar vivas ao Brasil novo, nas palavras, por exemplo, do economista Paulo Guedes — com cujas opiniões, muitas vezes, não estou de acordo, mas com quem, nesse ponto, concordo — em entrevista que concedeu à revista **EXAME**, e que acabou tendo respaldo numa afirmação do Ministro do Trabalho, Walter Barelli. S. Ex^a, ao dialogar, ontem, com a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, propôs um grande debate a respeito da questão dos encargos sociais sobre a folha de salários.

Walter Barelli afirmou que se deveria discutir a redução dos encargos pagos pelas empresas sobre os salários dos empregados, sob o argumento de que essa carga fiscal acaba estimulando o desemprego e a economia informal: "Este deve ser um dos pontos de reforma constitucional que deveriam ser implementados no mais curto espaço de tempo possível, para evitar a proliferação da miséria e do desemprego".

Quero dizer que considero adequado o levantamento deste assunto pelo Ministro Walter Barelli. Se alguns dirigentes sindicais da Central Única dos Trabalhadores, da Força Sindical, da CGT, chegaram a estranhar o debate proposto por Walter Barelli, quero dizer que, no caso, avalio como importante sua realização. Lembro aos próprios membros da CUT, ao Vicente de Paula da Silva, ao Miguel Rosset, Secretário de Política Sindical da CUT, e outros que hoje se pronunciaram a respeito, que a maior parte, ou grande parte dos encargos sociais hoje existentes não foram criados por força de pressão do movimento sindical. O próprio Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o PIS/PASEP, para citar alguns, foram criados pelos governos militares, e não por solicitação dessas centrais sindicais ou pelo movimento trabalhista da época.

É interessante observar as palavras do economista Paulo Guedes, na revista **EXAME**.

Diz ele:

"Walter Barelli queria criar um ministério da desinflação, mas o que ele tem é o ministério do desemprego. Barelli pode aumentar em 30% o emprego nacional da noite para o dia com o mesmo PIB que está aí. Basta ele perceber que há uma população economicamente ativa de 56 milhões de trabalhadores e existem no mercado informal mais de 20 milhões. Sabem por que isso ocorre? Porque os encargos sociais são elevados, a tributação é alta. Se o Governo tiver a ousadia de fazer uma simplificação brutal na estrutura tributária, transformar os mais de cinquenta impostos e taxas em cinco e eliminar todos os encargos sociais sobre a mão-de-obra, o nível de emprego sobe 30%."

Diz mais Paulo Guedes:

"A temperatura está subindo muito. Ou nós mudamos, ou morremos. Vai haver uma mudança dramática. Hoje o sistema penaliza o trabalhador. Para termos 20 milhões de empregados, é preciso ter outros 20 milhões de desempregados. Isso é profundamente irracional. O pior é o que é feito com esse dinheiro arrecadado com os encargos sociais sobre o trabalhador. O governo mete esses recursos no PIS/PASEP, que é administrado pelo Bndes para financiar investimentos industriais. O que acontece é que o Bndes repassa esse dinheiro para a indústria de forma subsidiada, e o trabalhador não tem sequer o principal que ele poupou. Isso vai ter que mudar, e acho que essas mudanças vão ter que ocorrer no final do ano."

É verdade que, há décadas, temos os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do PIS/PASEP e os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço arrecadados em nome do trabalhador e depois destinados às empresas, aos empresários como créditos subsidiados através do Bndes, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, proporcionando fórmulas de acumulação de capital nas mãos dos empresários, sem que os trabalhadores tenham devidamente o controle sobre esses fundos. Somente nos últimos dois anos e, em especial, no último ano, graças ao trabalho das CPI sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, sobre o Sistema Financeiro de Habitação, sobre o caso PC Farias e as outras CPI que averiguaram o problema; graças ao trabalho da representação dos trabalhadores que estão no Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é que se examinou a maneira como fundos extraordinários foram carreados para as mãos de empresários "amigos do rei", "amigos" do Palácio do Planalto, sem que houvesse o controle adequado da destinação desses recursos.

Precisamos pensar mais sobre como se canalizam recursos ora de tais fundos, dos fundos sociais, ora do próprio Orçamento da União aos empresários. Estamos agora prestes a uma decisão de enorme relevância para o Senado Federal. O Presidente Itamar Franco encaminhou-nos a responsabilidade de dizermos o que queremos com os fundos do Orçamento da União destinados ao Programa de Incentivo às Exportações — PROEX. Não existe mais o Comitê de Financiamento das Exportações, e o Senado está regulamentando o que fazer.

O que observamos é que tais fundos são destinados, em enorme escala, para algumas grandes empresas exportarem bens de capital, serviços, equipamentos e outros bens para o exterior com taxas de juros subsidiadas, com taxas de juros muito menores do que as de mercado. Seja para equalizar os juros, seja para propiciar condições de concorrência, as empresas dependem destes recursos subsidiados.

É verdade que há, com isso, a criação de empregos no Brasil. Nem sempre se examina exatamente qual a melhor forma de gerar empregos e para isso é preciso estar atento ao Senado.

Aí está mais uma forma de se criarem subsídios para os mais ricos, para os empresários, para aqueles que detêm recursos do que propriamente aos trabalhadores, do que propriamente aqueles em que estão em condição de miséria e fome no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é preciso que haja uma modificação para caminharmos nesta direção do Brasil novo, uma transformação de valores que leve em conta o brado de Herbert de Souza, o Betinho. Não adiantará, Sr. Presi-

dente, Srs. Senadores, que esteja o Presidente Itamar Franco, na Argentina, dizendo que agora o seu objetivo é a realização de Justiça e o combate à fome e à miséria. Não adiantará que isso apenas esteja no discurso do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso: é preciso agir, é preciso transformar essas palavras em ações.

É preciso, por outro lado, que toda a sociedade brasileira se mova em direção ao objetivos, como recomenda Herbert de Souza, ainda hoje, em seu artigo "Falta a palavra da cidadania", no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Diz ele:

"Vivo num País que produz a miséria desde que foi criado. Matou índios. Escravizou e humilhou negros. Explorou os trabalhadores da terra. Gerou milhões de pobres e milhares de ricos. Produziu uma elite cínica que vive na riqueza cercada de pobreza por todos os lados. Industrializou-se sem gerar um País industrial. Urbanizou-se sem organizar cidades decentes e praticar a reforma agrária, que até mesmo os países capitalistas realizaram. Conseguiu produzir a maior minoria rica do mundo. E finalmente arrematou, nos últimos dez anos, gerando a sua obra maior: 32 milhões de pessoas na indigência.

Teve um Getúlio que tentou conciliar os contrários e se matou com um tiro no peito. Um JK que tentou levantar vóo e projetou o País no desenvolvimento das elites. Um Jango que propôs a reforma de repartição e da conciliação e foi atropelado pelo golpe da exclusão e do exílio. Uma ditadura militar que aprofundou um milagre para uns poucos e se acabou diante da reação da maioria. Teve um fim de ditadura com uma morte não anunciada e um Presidente não desejado que aprofundou a nossa amargura. Um Presidente eleito pelo voto direto que foi corrupto, processado e deposto pelo Congresso. É nesse quadro que chega ao poder Itamar Franco. Vice de Collor, o autoritário, desafiado a governar para o futuro, para a democracia.

Governo normal, contra a anormalidade. Governo moral, contra a corrupção. Governo do desenvolvimento, contra a corrupção. Essa é a expectativa e o desafio. Foi nesse quadro que o Presidente Itamar declarou que a prioridade absoluta de seu Governo era o combate à miséria e à fome. Novidade absoluta. Contra aqueles que diziam que a prioridade era o combate à inflação, a estabilidade, o acerto de contas com o Exterior, o equilíbrio fiscal, orçamentário, a preocupação com a modernidade, esse Presidente afirmava que seu Governo tinha como prioridade absoluta a luta contra a miséria e que o País vivia em estado de emergência social.

Nenhum outro Presidente do Brasil e da América Latina fez essa declaração em nenhum outro tempo de toda a nossa História.

O que significa essa afirmação?

Colocar todos os recursos do Governo e da sociedade num programa para realizar essa prioridade. Mobilizar todos os ministérios, os governos estaduais e municipais, todos os movimentos sociais organizados ou não da sociedade, todos os empresários, igrejas, sindicatos, universidades, escolas, mulheres, negros e brancos, jovens e idosos, do Norte ou do Sul, nesta direção: acabar com a fome e com a miséria de todos. Produzir e distribuir alimentos. Gerar no mínimo nove milhões de empregos. Retomar o desenvolvimento. Transformar o crescimento econômico em tarefa de todas as pessoas e instituições. Agir em função do futuro. Eliminar as marcas de um passado que ignorou as pessoas.

E como garantir que esse movimento siga, que esses compromissos assumidos sejam transformados em realidade?

Não creio que isso se defina ao nível da fé, da crença na qualidade individual das pessoas. Estará o Presidente Itamar convencido? Creio que está, mas não é essa a questão.

Estamos hoje numa situação que temos de acreditar no processo político que nos leve nesta direção. Temos um só rumo e uma só direção em que o Governo, incluindo o novo Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e a sociedade desejam seguir: o País onde todos possam comer todos os dias, trabalhar, viver e exercitar, à luz do dia e da justiça, a sua cidadania.

Creio que o Presidente deseja construir esse País, que tem rosto, nome e endereço, onde todos sabemos estar: Brasil.

A palavra dele já foi dada. Agora falta a nossa, a da cidadania. Sem a nossa, a dele vale muito pouco. Com a nossa, a dele será capaz de transformar a nossa História. E não é assim na democracia?"

Eu gostaria de afirmar que, a meu ver, a palavra do Presidente Itamar Franco não basta; é preciso que Sua Excelência transforme a palavra em ação. É preciso que seus ministros abracem tais objetivos e transformem em ação a caminhada na direção de combater a fome e a miséria.

Dessa forma, torna-se dispensável que a CIA faça previsões em torno do que pode acontecer daqui a três meses no Brasil.

O jornalista José Meirelles Passos, correspondente nos Estados Unidos do jornal *O Globo*, noticia na edição de hoje:

"A situação política e econômica do Brasil estaria preocupando tanto o recém-empossado governo democrata dos Estados Unidos, que a CIA (Agência Central de Informações) deu-se ao trabalho de fazer ontem uma "reunião de avaliação especial" de seis horas sobre o País. Ao final, foi formado um grupo de trabalho para observar atentamente os acontecimentos brasileiros. Segundo uma alta fonte americana, a CIA acredita que existe um clima de insatisfação geral no País, que está se transformando aos poucos numa "situação de intolerância". A CIA prevê que, se a situação continuar como está, haverá uma desestabilização política e social dentro de seis meses. Ninguém, exceto os agentes da CIA, sabem que critérios foram adotados na avaliação, que informações foram consideradas e de onde os dados sobre o Brasil foram retirados além das leituras dos jornais."

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, basta ler os jornais. Basta ler os indicadores da ONU e do IBGE para saber que o milagre econômico que alguns de nossos principais economistas — Mário Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto — defendiam causou, como previa Karl Marx, o agravamento da miséria. A defesa desses economistas baseava-se no argumento de que todos estavam enriquecendo: os mais ricos estavam relativamente mais ricos; os pobres estavam deixando de ser tão pobres. Na verdade, já nos anos em que acontecia o "milagre", enquanto crescia a economia, a miséria agravava-se, atingindo boa parte da sociedade brasileira. Alguns se tornavam relativamente mais pobres em relação aos crescentemente mais ricos.

Hoje, os dados do IBGE apontam para o fato de que o número de pobres no Brasil cresceu significativamente nos últimos 10, 15 anos. Estamos vivendo, portanto, o processo previsto por Karl Marx, quando elencou as características de uma sociedade capitalista que começa a criar condições para uma crise cada vez mais forte. Os sintomas descritos por Karl Marx são os episódios aos quais assistimos no nosso cotidiano: violência no campo e na cidade, seqüestros, assal-

tos, saques. Há que se tomar medidas urgentemente. O Presidente Itamar Franco tem apenas 20 meses de Governo e tem a oportunidade de criar o novo e deixar o velho para trás. Vejo como uma luz de esperança a indicação de Fernando Henrique Cardoso para Ministro da Fazenda. No entanto, quero adverti-lo de que dificilmente levará o Brasil a um caminho novo se não criar, se não ousar em relação ao que foi deixado pelo Ministro Eliseu Resende.

Volto às palavras do economista Paulo Guedes, na sua qualificação sobre a escolha de Eliseu Resende:

"Ele escolheu para conduzir esse programa de transformação econômica alguém que é fruto do passado. Eu não estava nem mais falando das questões éticas, mas sim técnicas. Eliseu está pensando em fazer de novo o que já fez. Por exemplo, refazer todas as estradas do Brasil. Quando era Presidente do DNER, construiu todas as estradas do País. Agora, de volta ao poder, ele coloca, como prioridade, refazer essas mesmas estradas. Será que isso é mais prioritário do que investir em educação e saúde? Suas prioridades são as estradas e as quatro hidrelétricas."

Fernando Henrique Cardoso precisa ousar, precisa criar. Acredito que S. Ex^a tenha condições de fazê-lo, porque da sua história ninguém retira o mérito pessoal de ter lutado pela democracia, pela formação do Cebrap e a pela guarida que deu aos principais intelectuais e cientistas políticos, economistas, sociólogos, no âmbito do Cebrap. Há de se reconhecer a participação do ministro na campanha das Diretas-Já, da anistia e tantos temas relevantes que o fizeram um dos mais significativos e respeitados intelectuais.

Em 1978, estive no Cebrap, quando Fernando Henrique Cardoso convidou o economista Edmar Lisboa Bacha para apresentar o seu projeto de democracia para o Brasil. Interessante, ainda hoje relembrei ao economista aquele dia, pois depois fomos à minha residência para discutir um pouco mais sobre suas proposições. Houve um grande debate com a economista Maria da Conceição Tavares, que discordava de algumas proposições. Edmar Lisboa Bacha, em 1978, previa no livro *Participação, Salário e Voto*, junto com Roberto Mangabeira Unger:

"Sobre a Distribuição da Renda:

A seriedade do problema distributivo brasileiro exige a aplicação de uma série de medidas imediatas que constituem o pressuposto econômico da democratização.

Tais medidas podem se classificar em dois programas básicos: renda mínima garantida e reestruturação tributária.

O programa de renda mínima garantida objetiva fornecer a todas as famílias brasileiras uma renda monetária pelo menos equivalente ao salário mínimo do centro-sul do País. No médio prazo, tal objetivo será alcançado e ultrapassado pela implementação da reforma agrária e de outras mudanças institucionais que se discutem mais adiante, bem como pelo redirecionamento da política de crescimento econômico.

No curto prazo, o programa de renda mínima garantida terá duas formas de operação: a primeira é o imposto de renda negativo e a segunda é a provisão comunitária de bens essenciais."

E aí prossegue Edmar Bacha, descrevendo o imposto de renda negativo que, por sinal e por coincidência, está exatamente nos moldes do Programa de Garantia de Renda Mínima e de Imposto de Renda Negativo, já aprovado pelo Senado

Federal em dezembro de 1991, e que hoje tramita na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados.

É interessante, também, verificar que o item sobre Provisão Comunitária de Bens Essenciais está dentro do Programa de Segurança Alimentar, hoje em exame no Conselho coordenado por Betinho e Dom Mauro Morelli, por designação do Presidente Itamar Franco.

Gostaria de salientar que a proposição da renda mínima garantida é algo que, há tempo, vem sendo discutida na literatura econômica entre os principais pensadores da humanidade. Dentre eles, gostaria de salientar Bertrand Russell que, em 1918, no livro *Caminhos para a Liberdade: Socialismo, Anarquismo e Sindicalismo*, disse:

"O plano que estamos preconizando reduz-se essencialmente a isto: que certa renda, suficiente para a necessidade, será garantida a todos, quer trabalhem ou não; que uma renda maior, tanto maior quanto permita a quantidade total de bens produzidos, deverá ser proporcionada aos que estiverem dispostos a dedicar-se a algum trabalho que a comunidade reconheça como valioso."

É longa a história na literatura daqueles que propõem formas de garantia de renda mínima. Em 1986, em Antuérpia, na Bélgica, foi criada a Rede Européia de Discussão da Renda Básica ou da Renda Mínima Garantida, para proporcionar o diálogo entre todos os interessados na implementação de um programa tal como o já introduzido e vigente na França, desde 1988, e como vem sendo discutido na literatura econômica, cada vez mais a partir dos anos 60, por economistas do mais variado espectro.

Gostaria de concluir, dizendo que avalio como da maior importância a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao Ministério da Fazenda, mas considero necessário que S. Exª se mova na direção deste Brasil novo que queremos construir. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O Sr. Pedro Simon — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem V. Exª a palavra como Líder.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a gentileza do Senador Ruy Bacelar, falo em nome da Liderança do Governo, para trazer o meu protesto por essa manchete do jornal *O Globo*: "Análise da CIA para o Brasil prevê do caos à renúncia".

Todos nós sabemos da atuação da CIA ao longo da história nas ditaduras da América Latina e pelo mundo afora.

Chego a questionar a veracidade da notícia, embora acredite que *O Globo* não registraria uma notícia com tal destaque se não fosse real. É, inclusive, uma matéria assinada pelo correspondente em Washington, José Meirelles Passos, e diz:

"A situação política e econômica do Brasil estaria preocupando tanto o recém-empossado Governo Democrata dos Estados Unidos, que a CIA deu-se ao trabalho de fazer uma reunião de avaliação especial de seis horas sobre o País. Ao final, foi formado um grupo de trabalho para observar atentamente os acontecimentos brasileiros. Segundo uma alta fonte americana, a CIA acredita que existe um clima de insatisfação geral no País, que está se transformando, aos poucos, numa situação de intolerância."

Mais adiante, é dito:

"A CIA prevê que se a situação continuar como está, haverá uma desestabilização política e social dentro de seis meses.

Numa visão apocalíptica da situação brasileira, os agentes concluíram que a instabilidade manifestar-se-ia através de saques a supermercados, aumento das falências de empresas e o início de demissões nas companhias multinacionais.

A possibilidade de o Presidente Itamar Franco não conseguir chegar ao final de seu mandato foi classificada como plausível pelos analistas, que enquadraram o País "de acordo como o Plano B". Ou seja, vão estudar as alternativas caso o Presidente venha a ser substituído."

Ora, Sr. Presidente, é claro que o Brasil tem problemas e dificuldades e é claro que a situação social e econômica do Brasil é difícil. Mas parece-me que, hoje, há um controle, um respeito e, talvez, um entendimento, como nunca me lembro ter existido na história deste País.

Olhando, debatendo e analisando, com o conjunto da sociedade, tenho dito, muitas vezes, desta tribuna, que seja a CUT, ou a CGT, ou a Força Sindical, ou o PT, ou os comunistas, ou o PMDB, ou o PDT, ou as lideranças como os Srs. Luiz Inácio Lula da Silva, Miguel Arraes, Leonel Brizola, seja lá quem for —, há hoje um sentimento unânime em torno da busca pelo entendimento. E a mim parece estarmos muito longe do que está a supor a manchete de *O Globo*.

Acaba de deixar a tribuna desta Casa o Líder do PT, saudando a entrada de Fernando Henrique Cardoso no Governo. Venho de uma reunião com as lideranças do PMDB onde todos os Governadores e Líderes recebem com respeito e alegria a indicação de Fernando Henrique Cardoso e com confiança mesmo no plano e na obra que S. Exª poderá realizar.

Não sei, mas achei muito estranha essa manchete a respeito da CIA.

O Governo, na pessoa do Presidente Itamar Franco, sentindo o problema, a dificuldade, o drama apresentou um projeto, do qual o próprio PT participou com propostas e sugestões. Fui, inclusive, intermediário na reunião entre o Presidente da República e o Presidente do PT, onde esteve presente toda a equipe homogênea do Governo para debater, discutir e aprofundar essa questão relativa a um plano de segurança de combate à fome de 33 milhões de brasileiros.

O Plano do Presidente Itamar Franco passa a dar prioridade, na nossa agricultura, à produção de insumos básicos: arroz, feijão, milho e mandioca, quando a tradição da política agrícola brasileira, infelizmente, sempre foi dar força à produção de produtos de exportação: o álcool, o açúcar, a madeira, o café.

É claro que temos problemas e dificuldades. É claro que saindo, como saímos, de um **impeachment** que afastou o Presidente da República, há uma interrogação generalizada, um Governo eclético, composto de forças diferentes. É claro que estamos aprendendo a vencer essas dificuldades. Mas daí a estar a CIA preocupada com a possibilidade de o Presidente Itamar Franco não chegar ao final do seu Governo e de haver uma insurreição, com perspectivas de golpe militar, e nomear um grupo para acompanhar a situação?! Sabemos como termina a história quando a CIA a acompanha. Na realidade, a biografia da CIA está repleta de interrogações.

Acho, Sr. Presidente, que essa advertência, essa manchete que **O Globo** publica, "CIA prevê caos no Brasil em 6 meses", deve nos alertar, se ainda tínhamos dúvidas e interrogações com relação à nossa responsabilidade, para a importância e o momento que estamos vivendo.

O discurso de posse — e eu estava lá — do Sr. Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda foi muito claro no seu chamamento. S. Ex^a chamou homens de todos os Partidos, trabalhadores, empresários e intelectuais, para dizer que ele é um sociólogo, e que precisaria dos economistas, pois sabe o tom da sua limitação; S. Ex^a buscou o diálogo com o conjunto da sociedade.

Creio, Sr. Presidente, que o plano apresentado aqui pelo Governo do Presidente Itamar Franco é singelo; não é um plano revolucionário, que busca reduzir a inflação a zero; não é um plano de impacto, uma maravilha que faz todo mundo feliz, como ocorreu quando do Plano Cruzado, ou como até aconteceu, apesar do confisco, quando do Plano Collor, e havia a expectativa de que ia dar certo — e começou e terminou como sabemos.

Constitui-se o plano em um desafio, pois, ao mesmo tempo em que propõe a diminuição lenta da inflação, fala no combate à recessão; não propõe uma revolução, um plano fantástico de desenvolvimento "à la JK", pois não há condições para isso. Ele tenta promover um combate à recessão com objetivos declarados e determinados de diminuir a recessão. Repito: arroz, feijão, milho, mandioca, incentivo aos produtos básicos, um plano de construção de casas populares, dando trabalho imediato a milhares de trabalhadores, um plano de construção de estradas fundamentais, principalmente as destinadas à exportação de alimentos, e um plano de combate à fome; um plano que, realmente, tenta reunir todas as forças da sociedade brasileira, que não foi, como os demais, entregue ao Ministro. É um plano que foi entregue à sociedade civil no seu conjunto. O Ministro conclamou a sociedade civil e é ela que vai coordenar o plano, no qual o Governo entrará com todas as suas forças.

O Sr. João Calmon — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com o maior prazer.

O Sr. João Calmon — Eminentíssimo Senador, a CIA, como todos nós sabemos, é uma agência do governo americano cujas observações normalmente não são divulgadas. Chego a pôr em dúvida a veracidade dessas informações, porque apesar de o Brasil viver uma grave crise, é, incontestavelmente, uma crise herdada e não gerada pelo Governo Itamar Franco. Disposmos ainda de instrumentos para superar nossas dificuldades. O Senador Eduardo Suplicy apresentou um Programa de Renda Mínima. O Presidente da República colocou à frente do Ministério da Fazenda um notável homem público que tomou a iniciativa do mais alto mérito, que foi a criação no Senado, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre

a evasão fiscal. Estão aí os ingredientes capazes de evitar uma convulsão social.

O Ministro da Fazenda vai ser convidado para prestar depoimento, porque agora não se trata mais da pregação de um Senador, mas da palavra de um Ministro da Fazenda que tem todos os instrumentos para, a curto prazo ou a médio prazo, realizar uma revolução fiscal neste País, mandando para a cadeia, sumariamente, os sonegadores de impostos. Não creio, nobre Senador Pedro Simon, que o Brasil esteja à beira do abismo, porque eu, que já não sou jovem, desde a minha remota infância, ouço dizer que o País está à beira do abismo.

Creio que um mutirão nacional, com a colaboração de todos os setores da sociedade e da classe política, venceremos as dificuldades. Fernando Henrique Cardoso teve oportunidade de declarar, mais de uma vez, que o Estado mais importante da Federação tem um índice de sonegação de impostos tão elevado que o seu total é um pouco superior ao Orçamento Geral da República. O projeto do IPMF ainda está tramitando na Câmara dos Deputados. Acredito que o novo Ministro da Fazenda, que já foi homenageado até mesmo pelo nosso eminente colega Eduardo Suplicy, tem condições de desencadear o combate à sonegação de impostos. Com esse dinheiro S. Ex^a poderá ajudar a financiar a cruzada, que está sendo apoiada pelo Presidente Itamar Franco, contra a fome, a pobreza e a miséria, procurando transformar em realidade o projeto ambicioso do nobre Senador Eduardo Suplicy, que tem como objetivo garantir a todos os brasileiros uma renda mínima.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço o aparte de V. Ex^a

É muito oportuna a sua manifestação. Na verdade, foi o Senador Fernando Henrique Cardoso que pediu uma CPI para investigar a sonegação de impostos, comissão que tem em V. Ex^a e no Senador Ronan Tito dois baluartes que a estão levando adiante. E ela já tem um imenso dossiê. E o que deve ser feito — eu mesmo o farei — é levá-lo ao Ministro Fernando Henrique Cardoso, que deve convocar, com a maior urgência, uma reunião com os membros da referida Comissão para fazer um levantamento da situação. Se S. Ex^a, como Senador, teve a idéia, se os Senadores estão levando adiante os estudos que estão sendo feitos, se há elementos, o Ministro da Fazenda tem tudo para concretizar e executar a sua tarefa.

Também tem razão V. Ex^a quando fala do projeto do Senador Eduardo Suplicy. Nós o aprovamos, se não me engano, por unanimidade, no Senado. É um projeto que, à primeira vista, parece meio ambicioso, meio utópico, meio fora do real, mas, na verdade, como diz o Senador Eduardo Suplicy, o que aquele projeto propõe é melhor do que termos 500 projetos, como a LBA, as bolsas de estudos, as merendas etc. Com projetos dessa natureza, não sabemos quanto se perde no caminho, nem quanto chega à base, quanto o operário, o menor abandonado, a pessoa necessitada recebe. Pelo projeto do Senador Suplicy, vai receber realmente o mais necessitado, e não será caridade, a pessoa não deverá nada a ninguém, e não haverá intermediário.

Acho que as duas questões são realmente da maior importância, mas o que quero salientar aqui — e V. Ex^a também chama a atenção para esse detalhe — é que a CIA quando toma providências, ficamos sabendo depois. Por isso é de se estranhar muito a manchete e a notícia de **O Globo**. Mesmo estranhando, acho que deve ser muito importante nos compe-

netrarmos da responsabilidade, da obrigação que temos de levar este País adiante.

Reparem V. Ex^{as} como as coisas acontecem: determinamos o **impeachment** do Presidente Collor; e, na Venezuela, a Suprema Corte e o Senado repetem o exemplo brasileiro e afastam o Presidente também por corrupção. Trata-se de algo que nunca tinha acontecido na história da América Latina e ocorreu aqui e, também, logo ali na Venezuela pelo mesmo fato.

É melhor que aconteça o afastamento de chefes de governo do que golpes: golpe militar no Brasil, no Chile, na Argentina, no Uruguai, na América Latina. Atualmente, estamos vivendo uma hora de democracia na América Latina, uma hora de afirmação. E causa-nos pena, causa-nos dó quando, de repente, vemos em manchetes, em editoriais, em jornais afirmativas com saudade do tempo da ditadura, achando que o Brasil não tem condições de viver em democracia, como se os fatos que estão acontecendo sejam decorrência de hoje termos democracia, o que não tínhamos, obviamente, durante o regime militar.

O que ocorre hoje — parece-me — é que a imprensa publica tudo o que acontece. Hoje, os jornais têm o direito de informar, de orientar sobre o que ocorre, e há um grande debate. Estamos aprendendo a conviver com o regime democrático; o Congresso Nacional, que viveu um longo período coonestando porque não podia decidir, tem que aprender a decidir, a votar e a assumir a responsabilidade das suas decisões. Mas daí a alguns dizerem que têm saudades do regime de força e imaginarem sua volta, dando a entender que o regime democrático é um regime com o qual não podemos conviver, vamos devagar!

Penso que o Presidente Itamar Franco é um homem de bem, digno, honrado, bem-intencionado. Podemos ter as nossas divergências, é possível que sim. Há lideranças que não admitem o linguajar do Presidente e acham que Sua Excelência está muito preocupado com a fome e com os problemas sociais e que essas não são questões para o Presidente da República. Mas, o Presidente Itamar Franco é um homem que merece a nossa confiança.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy — Avalio que o importante é o Líder do Governo Itamar Franco estar, no momento, dizendo da real necessidade de efetivamente movermos a Nação na direção do combate à fome e à miséria. Não é preciso que a CIA esteja nos advertindo sobre isso. Os dados do IBGE denotam que o número de pessoas em condição de pobreza no Brasil aumentou: em 1980 eram 50 milhões; em 1990 são 60 milhões.

O SR. PEDRO SIMON — Dos anos 80 até hoje houve esse aumento.

O Sr. Eduardo Suplicy — Certo, de 1980 para cá aumentou significativamente o número de pessoas em estado de pobreza.

O SR. PEDRO SIMON — E não de janeiro para cá.

O Sr. Eduardo Suplicy — Exato.

O SR. PEDRO SIMON — Então, não é o Presidente Itamar Franco o responsável por essa situação. Entretanto, Sua Excelência é o primeiro Presidente da República que assume a responsabilidade sobre essas pessoas, que se preo-

cupa com esse problema, que se angustia com essa questão, ao mesmo tempo em que convoca toda a sociedade para debater o assunto. Será que nessa hora em que temos um Presidente da República preocupado com essa questão vamos colocar o sistema, o regime, em conflito, o que poderá levar à queda do Presidente?

Parece-me ilógica a manchete.

O Sr. Eduardo Suplicy — Estará V. Ex^a sempre me encontrando na defesa da democracia e da normalidade democrática, inclusive no que diz respeito ao mandato do Presidente Itamar Franco, especialmente na medida em que Sua Excelência trabalhar para a construção do Brasil novo, de que precisamos, e colocar efetivamente toda a energia na guerra contra a fome e a pobreza.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço a V. Ex^a o aparte.

O Sr. Mário Covas — Senador Pedro Simon, V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Mário Covas — Senador Pedro Simon, algumas questões ligadas a essa notícia são quase incompreensíveis. O jornal **O Globo** de hoje diz:

"A situação política e econômica do Brasil estaria preocupando tanto o recém-empossado governo democrata dos Estados Unidos, que a CIA se deu ao trabalho de fazer ontem uma "reunião de avaliação especial" de seis horas sobre o País."

"Segundo uma alta fonte americana" — é a primeira vez que vejo uma reunião da CIA, ao final, ser traduzida por um observador —, "a CIA acredita que existe um clima de insatisfação geral no País que está se transformando, aos poucos, numa "situação de intolerância". A CIA prevê, que se a situação continuar como está, haverá uma desestabilização política e social dentro de seis meses. Ninguém, exceto os agentes da CIA, sabe que critérios foram adotados na avaliação, que informações foram consideradas e de onde os dados sobre o Brasil foram retirados, além da leitura dos jornais."

Como é que isso vai se dar?

"Numa visão apocalíptica da situação brasileira, os agentes concluíram que a instabilidade se manifestaria através de saques a supermercados, aumento de falência de empresas e o início de demissões nas companhias multinacionais."

Segundo a CIA, crise só existe quando há demissão nas multinacionais. Quando há demissões nas empresas brasileiras isso não representa nenhum tipo de crise.

"Analistas da CIA e do Conselho de Segurança Nacional, da Casa Branca, participaram da reunião. Depois da "análise de conjuntura" dos agentes americanos, o Brasil passou a um estágio de **early warning**, expressão utilizada para classificar países que devem passar a ser monitorados com maior atenção. Trata-se de um sinal de "advertência inicial".

"A possibilidade de o Presidente Itamar Franco não chegar ao final do mandato foi classificada como "plausível" pelos analistas que enquadraram o país "de acordo com o plano "B".

Ninguém sabe o que é o plano "B", mas aparentemente estamos neste plano, ou seja, "vão ser estudadas alternativas caso o Presidente venha a ser substituído".

O Presidente no Brasil será substituído, não há a menor dúvida! No final de seu mandato, haverá eleição e o Presidente será substituído. "É preciso começarmos, desde já, a estudar

as alternativas nascidas dessa substituição". Engraçado, eles afastam a possibilidade de golpe militar.

"A análise do comportamento dos militares ocupou duas horas da reunião."

A reunião foi dividida em tempos para cada assunto. Quem assistiu essa reunião, marcou com muita clareza como foi feito isso.

"Chegou-se a um cenário específico: não haveria grandes reclamações ou protestos, tanto no Brasil quanto no exterior, se houvesse um contrapeso militar no Governo."

Segundo a notícia, todos os problemas do ponto de vista político estariam resolvidos se "uma negociação fizesse com que dois ou três "ministérios civis" passassem a ser ocupados por militares".

"Ao comentar essa situação, um dos analistas disse:

— É preciso haver um contrapeso conservador desse tipo pois se o barco continuar no rumo atual poderá bater nas rochas."

Aí vem a increpação. O que está acontecendo nasce do fato de o Governo ser progressista demais e, segundo a manchete, precisa haver um contrapeso conservador.

Segue, uma análise a respeito das qualificações do Ministro José Aparecido e do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Certamente se superpôs a outras avaliações feitas, por exemplo, a procuradores, nos Estados Unidos. Enfim, a CIA serve a um governo estrangeiro, e não nos cabe determinar o que ela faz.

Em primeiro lugar, esse assunto se tornar público através de alguém que participou da reunião é, no mínimo, estranho. Em segundo lugar, embora concorde com a avaliação de que neste País não há a menor possibilidade de um golpe militar — e não há mesmo — está cheio de gente que não aceita que os militares tratem dos seus problemas profissionalmente, e quer sempre convocá-los para um debate político. Não ficam satisfeitos quando os militares estão cumprindo o seu papel, a sua tarefa. Mas acho que não há a menor possibilidade de isso acontecer no Brasil hoje, nem acho que a solução para esses problemas seja fazer alguém ocupar cargos ministeriais por usar farda ou gravata. Não é isso que vai solucionar as dificuldades que temos.

No final da notícia, há uma análise que me parece muito estranha:

"A CIA acha que a democracia no país — isto é, no Brasil —, assim como em outros países latino-americanos, está em uma transição em que "a velha guarda não abre mão de seus postos e posições".

Confesso que não tenho idéia de que "velha guarda" a referência pretende citar, no caso brasileiro. O que seria isso? Seriam políticos de mais idade? Aí já começaria a ficar ofendido. Quem é a "velha guarda" que no Brasil não quer ceder postos e posições? Que "velha guarda" precisa ser substituída?

O SR. PEDRO SIMON — E a democracia está em transição para o quê?

O Sr. Mário Covas — Ora, no final, se todo esse estudo nasce de uma preocupação com a situação econômica no Brasil, seria interessante se os Estados Unidos suspendessem as sanções que acaba de aplicar ao Brasil, em face da perspectiva de que um projeto sobre patentes, que está tramitando no Congresso Nacional, seja aprovado sem a qualificação que dele se espera. Seria interessante que se contribuisse para a solução desse problema, reconhecido por todos,

inclusive pelo Governo. O Governo — lia ontem uma reportagem — cometeu um erro: o de considerar que a situação social é um problema mais grave do que a inflação. O que mostra que a sua preocupação com a fome, com a miséria, com a convulsão social — que já existe hoje, pois a fome é uma convulsão social — não precisa se exteriorizar em saques. Um governo que se preocupa e que monta em cima disso uma vertente cujo objetivo é combater a fome e a miséria está exatamente na linha de oferecer resistência a isso. Surpreendo-me realmente, mas, pelo menos, tenho um alento: se há essa preocupação com o econômico, com a situação social no País, sem dúvida nenhuma as medidas serão menos reuniões da CIA e mais medidas que possam contribuir para que a solução apareça.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço muito a exposição feliz e oportuna do Líder Mário Covas. S. Ex. ficou tão surpreso como eu e como qualquer cidadão que lesse a matéria. O Senador Mário Covas se antecipou, mas esse final realmente chama a atenção: o que querem dizer essas aspas? Significam que é um documento? Aliás, acho que o correspondente José Meireles Passos deverá esclarecer isso. É um documento que ele pegou, no qual constam essas aspas? Ou é a declaração de alguém que participou da reunião e deu a notícia, colocada entre aspas? Reparem que, de repente, sem mais nem menos, abre-se as aspas e vem essa informação. Realmente há um documento que faz tais afirmações? A reunião concluiu dizendo tudo isso, ou um cidadão que dela participou transmitiu a notícia a um jornalista dessa maneira?

"A democracia no país — assim como em outros países latino-americanos — está num período de transição". Transição para o quê? Penso que no Brasil, Paraguai, Chile, Argentina, Uruguai e Bolívia a transição está se dando para a normalidade total, porém, pelo que diz a CIA, — está num período de transição em que "a velha guarda não abre mão dos seus postos e posições". Quem é essa velha guarda? São os interesses econômicos? Os grupos sociais? Os grupos empresariais? Os militares encastelados? São grupos das multinacionais? Quem é esse pessoal?

O Sr. Mário Covas — Pior, podem ser os idosos. (Risos.)

O SR. PEDRO SIMON — Realmente, é uma afirmativa que nos chama a atenção.

O Sr. Elcio Alvares — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Concedo, com prazer, o aparte ao nobre Líder Elcio Alvares.

O Sr. Elcio Alvares — A notícia de *O Globo*, reportando, evidentemente, uma informação provida da CIA, ou de alguém ligado à CIA, tem de ser examinada dentro da realidade que estamos vivendo e, de início, merece repúdio, porque os Estados Unidos não têm sido muito felizes; inclusive no seu relacionamento com outros povos, vivendo, no momento, uma situação interna muito crítica. Temos tido oportunidade de verificar, através dos documentários e dos noticiários, um clima de guerra civil dentro do país. Recentemente, tivemos oportunidade de assistir àquele conflito racial, em Los Angeles, algo muito sério. Há também um outro aspecto importante que eu gostaria de colocar: essa notícia pode ser apenas mais uma, dentro do vasto noticiário que temos, mas é preocupante a campanha que pode estar sendo montada. É aí a classe política, principalmente o Congresso, tem que reagir com o vigor que o Líder Pedro Simon está demonstrando, não

instante, porque há uma campanha permanente contra o Congresso. Se alguém não quer democracia, a primeira coisa a fazer é exatamente desmoralizar a Casa que representa o pensamento de todos os brasileiros e, mais ainda, o pensamento dos Estados brasileiros. Tenho assistido, muito insistentemente, a essa campanha de desmoralização. Assisti recentemente a um filme americano, na Rede Globo de televisão — um desses enlatados americanos — onde dois meninos conversavam. Um dos meninos falou, em determinado momento, que o seu pai era um homem trabalhador e que o pai do outro não, pois era político. Até dei o desconto, por conta do tradutor, mas fiquei estarelecido. Ou este era o texto original — o que não acredito —, tendencioso para cá, ou, realmente, a campanha de má-vontade com o Congresso é muito séria. Vamos nos preparar agora para a revisão constitucional. O assunto está sendo muito falado, mas talvez esteja sendo examinado muito rapidamente; ninguém está se aprofundando muito nesse ponto, que considero fundamental. Há muito interesse em conflito dentro da revisão constitucional. O Brasil vive, agora, com o Governo Itamar Franco, uma fase de normalidade. Mas tivemos momentos difíceis. O fenômeno Fernando Collor de Mello, se alguém pressupunha que não deixasse consequência, seria ingênuo, um jejuno em matéria de análise política. Com a saída de um Presidente — a CIA precisa examinar isso também — demos uma lição de democracia. Em outros países, o Presidente simplesmente fechou o Congresso. Isso aconteceu recentemente, aqui mesmo, na América. No Brasil, no momento em que todos sentiram que o Presidente não tinha a estima, o apreço desta Nação, o povo foi à rua. Encontramos uma solução democrática. Senador Pedro Simon, tenho reiterado publicamente: o apoio ao Presidente Itamar Franco não é um gesto de simpatia partidária, mas o apoio de todos os brasileiros que têm noção do momento que estamos vivendo, um momento pós-governo do Presidente Fernando Collor de Mello. E nós, que detemos o mandato, que somos Senadores e Deputados Federais, temos a obrigação de dar solidariedade e de nos colocarmos na posição, quando necessário for, de críticos construtivos. O que não podemos é fazer com que os pleitos e as pretensões, principalmente a nível partidário, inviabilizem o Governo no sentido da governabilidade. Tenho certeza absoluta de que estamos em uma fase de democracia, com ampla liberdade de imprensa, uma das características do sistema democrático. Quem quer acabar com a democracia, além de fechar o Congresso, tem de tornar silenciosos os veículos de comunicação. Estamos vivendo uma fase muito parecida com aquele período pós-revolução de Portugal, quando todos tiveram liberdade de falar amplamente e fazer os seus comentários. Dentro dessa notícia referente à CIA, temos que fazer alguma reflexão: a notícia, evidentemente, representa uma avaliação destoante da realidade que estamos vivendo aqui no Brasil, mas, de uma forma ou de outra, há medidas importantes que o Governo está mandando para o Congresso; devemos votá-las e dar o instrumental necessário para que o Presidente Itamar Franco possa trabalhar em paz e com tranquilidade. Temos que ficar atentos. O discurso de V. Ex^a faz uma colocação, dentro do seu estilo de oratória característica, esse sistema de pergunta e de resposta. Ele é muito claro. A intervenção do Senador Márcio Covas, lendo e dissecando totalmente a notícia, traduz bem a realidade, de acordo com esse panorama que estamos vivendo no Congresso. Tenho dito publicamente, não escondo, que a preocupação é com o quadro político. O Presidente Itamar Franco tem que compor a força de apoio

político no Congresso. Mas isso nem de leve representa o estremecimento de uma democracia que aprendemos a estimar através dos tempos e pela qual temos lutado. Solidarizo-me com V. Ex^a neste momento. Quero deixar claro o meu apoio, como Senador, ao Governo Itamar Franco, que tem, acima de tudo, a visão imensa da governabilidade. Temos a certeza de que somos aqui, de uma forma ou de outra, responsáveis pela prática do sistema democrático.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço o oportuno aparte de V. Ex^a, que muito bem sintetizou o final do meu pronunciamento.

Se tivéssemos alguma dúvida de que deve haver o grande entendimento nacional na hora que estamos vivendo, a resposta seria que o Presidente Itamar Franco foi colocado na Presidência da República por um movimento do qual não participou, a sociedade brasileira foi às ruas, movimentou a Câmara e o Senado, e o Presidente Itamar Franco está lá.

O seu governo possui a representatividade dessas forças. Críticas? Erros? É provável que sim, que o Presidente Itamar Franco não satisfaça a *a* ou *b*, ou a tal partido, é provável que sim. O Presidente diz — e eu gostaria que discutíssemos esta questão — que devemos estimular a produção dos produtos básicos de alimentação popular que, ao invés de dar força somente aos produtos agrícolas destinados à exportação, o seu governo vai incentivar a produção de arroz, feijão, milho e mandioca.

Alguém é contra isso, seja do PT, do PSDB, do PMDB, do PC, ou seja de qualquer outro partido? Parece-me que não há cunho ideológico na racionalidade desse argumento. Será que algum partido, ideologicamente, é contrário a que se faça um plano que reúna o conjunto de toda a sociedade para diminuir o problema da fome? Será que algum partido é contrário a um esquema de construção de casas populares e de estradas, que dá mão-de-obra, diminui a recessão, que é a maneira de estimular a queda da recessão, numa forma construtiva de resposta mais imediata?

E se alguém for contrário a tudo isso que apresente uma emenda, venha a esta tribuna e diga: “Olha, eu acho que o problema da fome não é por aí. Anulem esse programa e substituam por este, que é mais importante”. Ou então: “Acho que o problema dos produtos básicos de alimentação não é o mais importante, retirem esse programa, porque apresentarei um outro que o substitua”.

Sr. Presidente, estamos vivendo momentos em que não interessa o nosso pensamento. Não interessa se a candidatura é do Lula, do PT, ou do Brizola, do PDT, ou do Maluf, do PP. Seja qual for a candidatura, seja qual for o futuro, seja qual for a ideologia, não temos por que não estarmos juntos neste momento. Se não estivermos nesta hora para fazermos a travessia, pode acontecer o que estão querendo: o colapso no âmbito da economia, da sociedade brasileira, da organização deste País.

Creio que a manchete, o estilo, a torcida, a maldição, ou a praga que estão querendo jogar sobre o Brasil deve alertar, quer a grande imprensa nacional, quer a classe política, quer os empresários, quer o conjunto da sociedade. Temos que vencer esses obstáculos. Não se trata de reduzir a inflação a zero, nem de acabar com a fome, nem de uma explosão de desenvolvimento, mas sim de vencer etapas que sejam suportáveis, para que a situação do povo brasileiro possa se normalizar, voltar a uma calma relativa em que se possa ter o direito de ter esperança. E que uma manchete como esta nos alerte para essa situação!

Lembro-me muito de 1964, quando eu era um estudante de faculdade. Naquela época, pensávamos que estávamos salvando o Brasil. Andávamos pelas ruas certos de que as reformas de base, de estrutura, eram a coisa mais fantástica e que, com elas, o Brasil mudaria o seu rumo e atingiria o seu desenvolvimento. No entanto, não aconteceu exatamente isso. Quando imaginávamos que estávamos na plenitude democrática, caímos no vazio do regime da força.

Isso deve nos chamar a atenção! Não temos o direito de seguir os mesmos caminhos, cometendo os mesmos equívocos! Temos a obrigação de nos prevenir. Vamos salvar a democracia e a normalidade e dar força às instituições, ao Tribunal de Justiça, ao Congresso Nacional, ao Presidente da República! Vamos respeitar as críticas da imprensa ao Congresso. Se há corrupção e erros, que a imprensa os aponte, não com o objetivo de esmagar ou de esvaziar mas, sim, de colaborar.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Senador Pedro Simon, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Senador Pedro Simon, estou achando estranha a divulgação da reunião da CIA. A meu ver, a forma como foi divulgada constitui uma interferência do governo de um país sobre os negócios de outro país. É bastante estranho e até desrespeitoso. Não sei se caberia uma providência do Governo brasileiro. A meu ver, a divulgação dessas análises agride o nosso País. Recentemente, o ex-Presidente George Bush esteve no Brasil — inclusive é a segunda visita que faz ao Brasil depois de deixar o governo americano — e se absteve de fazer qualquer comentário a respeito da situação interna do País. Agora, vem uma agência do governo americano e deixa vaziar comentários desprimorosos acerca da situação do País. É muito estranho.

O SR. PEDRO SIMON — Tem razão V. Ex^a, é muito estranho. Contudo, como já disse o Senador Mário Covas, sabemos que a CIA age assim. Eles entram nessas questões, às vezes com interferência. Não quero falar, por amor de Deus! Mas dizia-se que em 1964 havia navios na costa. Argumentou-se que na Guiana estão sendo feitas experiências. Mas, na verdade, é estranho.

É muito importante a responsabilidade do Congresso para evitar que essas condições se criem em nosso País. A fórmula — volto a repetir — é termos a obrigação, o mesmo entendimento que tivemos para afastar o Presidente Collor, a mesma competência para passar por cima de 35 milhões de brasileiros que votaram no Sr. Collor. Temos a obrigação de encontrar condições para a transição até que o novo Presidente da República seja eleito pelo voto popular. Essa é a nossa responsabilidade, esse é o nosso compromisso.

Muito obrigado. Peço desculpas ao Senador Ruy Bacelar pelo afastamento do seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, acabamos de ouvir o eloquente discurso do Senador Pedro Simon, Líder do Governo nesta Casa, abordando um tema muito importante. De imediato, tem o nosso repúdio a nota da CIA, Agência de Inteligência dos Estados Unidos.

S. Ex^a aborda também questão de bastante relevância, a ação do Governo Itamar Franco, ao voltar suas vistas para um programa visando a incrementar a produção de produtos básicos, aqueles que dizem respeito à alimentação do povo brasileiro. O plano dá ênfase à produção de milho, feijão, arroz, mandioca e farinha.

Sr. Presidente, o nosso pronunciamento é a respeito da agricultura. É bom que se diga que todos os Chefes de Governo inserem o desenvolvimento da agricultura entre as suas ações de máxima prioridade. Não obstante, passa o tempo e se sucedem as administrações, permanecendo apenas a intenção, sem ser superada a imobilidade das prescrições habituais. Dessa forma, o setor primário da economia, que deve em tese alimentar 150 milhões de brasileiros, continua produzindo aquém de sua proclamada potencialidade.

Esperamos, Sr. Presidente, que os propósitos do atual Presidente da República, Itamar Franco, não sejam somente boas intenções e surtam os efeitos que todos desejamos, no sentido de que possamos produzir mais para que esta não seja uma Nação de famintos.

Assim, Sr. Presidente, tornam-se inúteis e inócuos os planos de governo e as repetidas orientações. O quadro, em grande parte, pode ser atribuído à problemática do crédito rural — desafio permanente às autoridades da área econômica e aos condutores da política desenvolvimentista de nossa agropecuária. Constitui fato incontestável que as linhas de financiamento, existentes no sistema de crédito rural, são de custo extremamente alto para o agricultor.

A rentabilidade média da maioria das culturas e criações não é compatível com os elevados encargos financeiros dos empréstimos. Os produtores, em sua grande maioria, ficam proibidos de, sequer, tentar comprometer-se financeiramente.

Sem o aporte desses recursos, que se somariam ao capital próprio aplicado na produção, os agricultores e criadores obrigam-se a manter, ou mesmo a diminuir, a área cultivada ou a quantidade de animais, e a reduzir o nível de tecnologia empregada. Cada vez produzindo menos, o homem do campo, em breve período de acumulação de perdas, terá consumido todo o seu investimento.

Noutro extremo, o produtor passa a contrair empréstimos cada vez maiores, vislumbrando, com isso, destinar parte do crédito para o pagamento de dívidas anteriores e empregar o saldo eventual em novos empreendimentos. A médio prazo, acaba intimado a honrar as garantias de tomador, entregando ao credor, em face de absoluta incapacidade de pagamento, a safra, as máquinas, as instalações e até mesmo a propriedade. Na esteira da crise surgem até aproveitadores que, a pretexto das dificuldades do segmento, se recusam a honrar suas obrigações, mesmo podendo fazê-lo.

É óbvio que, na ponta do crédito, a inadimplência exaure o fundo de recursos para novas operações, em consequência do desfalque havido no retorno programado. Inviabilizada, portanto, a capacidade de concessão de financiamentos, a saída, em geral, consiste no apelo à autoridade pública para que injete no setor os escassos recursos do Tesouro, e assim se restabeleça a continuidade funcional do sistema.

Recente estudo, divulgado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, conclui que a inadequação do crédito rural às suas verdadeiras necessidades é dos mais graves problemas enfrentados pelo setor. Sobre tudo, nos aspectos concernentes às condições de operação e à relevância dessa área produtiva, em geral, não há sintonia entre a oferta e a demanda do crédito agrícola.

Há motivo, como se vê, para o quadro desfavorável: o total de créditos à disposição da agricultura soma hoje entre US\$ 5,5 a 6 bilhões contra cerca de US\$ 20 bilhões, há dez anos. Ainda assim, não há demanda para os recursos que sobram nos estabelecimentos bancários.

Os produtores têm medo de contrair empréstimos, à vista do exemplo de milhares de agricultores que, nos últimos anos, foram obrigados a vender as suas propriedades, a fim de saldar as dívidas rurais que contraíram. São as vítimas da TR, do BTN e de outros indexadores financeiros, que exercem função perversa na nossa agricultura.

O Sr. Cid Saboia de Carvalho — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Tem V. Ex.^a o aparte.

O Sr. Cid Saboia de Carvalho — V. Ex.^a toca, neste exato momento, no discurso que pronuncia, aqui, em uma das questões mais graves do País, que diz respeito exatamente àquele momento em que as entidades de crédito alcançam efeitos ao inverso do que seria a destinação natural de cada ente financeiro, isto é, alguém se vale de um empréstimo para uma produção que termina por não ocorrer. Depois, exatamente pelos acréscimos, pelas despesas financeiras, inclusive impostos sobre operações financeiras, diversas incidências ocorrentes, o cidadão, ou a pequena empresa que operou o empréstimo termina não podendo saldar a dívida por falta da produção e, ainda de quebra, perde a própria terra. Há alguns meses, tentei uma solução junto ao Banco do Nordeste para um pequeno proprietário do Município de Lavras da Mangabeira. Ele pediu um empréstimo e fora surpreendido pela impossibilidade advinda da seca e, como resultado, sua propriedade não vale nem o débito. O dinheiro que pediu emprestado era, de certo modo, insignificante, mas, devidamente corrigido, vale algumas vezes a propriedade do devedor, a propriedade da pessoa inadimplente. Veja que o discurso de V. Ex.^a fere uma questão da maior gravidade e clama por uma solução: ser adotada, quando formos estabelecer o sistema financeiro nacional, para termos critérios especiais, atentos à letra da Constituição, critérios especiais para as carteiras agrícolas dos bancos, notadamente para o Banco do Nordeste, ou para outros bancos regionais, de tal sorte que pedir um empréstimo não seja a falência total do contratante desse valor. Quero felicitar V. Ex.^a pelo tema que aborda, e momento no Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. RUY BACELAR — Agradeço e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, Senador Cid Saboia de Carvalho. V. Ex.^a tem toda razão, o que advém da terra não está sendo considerado, como estão sendo considerados os recursos ou o dinheiro público.

Prossigo, Sr. Presidente. Os produtores têm medo de contrair empréstimos, à vista do exemplo de milhares de agricultores, que, nos últimos anos, foram obrigados a vender as suas propriedades para saldar as suas dívidas rurais. Outro fato significativo, revelado pelo estudo, informa que em 1986 eram necessárias 247 sacas de feijão para comprar um trator de 61 cavalos. Esse bem, para ser adquirido atualmente exigiria nada mais, nada menos, do que 1.445 sacas. Isso demonstra a forte deterioração dos preços agrícolas, daí a tão grave situação por que passa a nossa agricultura. As máquinas e implementos da maioria dos produtores do País estão prestes a virar sucata, diante da impossibilidade de manutenção adequada ou renovação, contribuindo seriamente para o aumento

dos custos de produção e para a redução da capacidade produtiva.

Portanto, conjugados os fatores do alto custo do crédito e dos baixos preços dos produtos agrícolas, é possível entender as razões que levaram a agropecuária nacional a sofrer perdas que se estimam em cento e noventa milhões de dólares de sua renda anual.

Adverte o estudo que, devendo a área financeira fomentar a produção — e não ser algoz do produtor rural — não cabe aos bancos ficarem brigando na Justiça com o agricultor inadimplente e sim investirem na produção agrícola, obtendo com isso a melhoria da atuação da indústria, do comércio, dos serviços e da economia em geral.

É fácil perceber que esse conjunto de erros do sistema de crédito rural anula o atrativo da atividade agropecuária, seja como opção mais acessível para a retomada do crescimento econômico do País, seja como estratégia governamental direcionada a combater a fome e os elevados índices de inflação.

Outro efeito, não menos nocivo, das atuais regras de funcionamento do crédito agrícola, resume-se no desestímulo que contagia a imensa maioria dos agricultores. Impossibilitada de prosseguir na atividade, em troca de um padrão mínimo de sobrevivência pessoal e familiar, toda uma geração de novos agricultores está abandonando o trabalho do campo.

Essas as considerações que desejávamos expor, para, então, reivindicar do Governo completa reformulação do sistema de crédito rural, hoje vigente no País. As novas regras, necessariamente, devem prever o subsídio estatal à agricultura, assim como é praticado, com êxito, nos Estados Unidos, na Comunidade Econômica Européia, na Austrália e no Japão, abandonando-se de vez a conceituação neoliberal, que o condena, sob o vazio argumento de que “o mercado cuida de tudo”.

Será, também, a oportunidade propícia ao estudo para concessão de uma anistia parcial ou total dos débitos, zerando todas as contas do sistema de crédito rural, adotando-se, a partir daí, rigorosas sanções à malversação dos recursos, de modo especial os do PROAGRO. O sistemático atraso do pagamento das indenizações devidas pelo Banco Central aos produtores rurais, em razão do PROAGRO, resulta em prejuízos ao segmento, vez que as taxas de juros pagas são inferiores às devidas pelos rurícolas aos agentes financeiros. Ao mesmo tempo, deve-se promover a extinção de incentivos fiscais, tais como os do FINOR e do FINAM, que, contrariando os interesses maiores da Nação, funcionam basicamente para prover de recursos uma elite parasitária, constituída de grupos empresariais sem qualquer experiência prática na agropecuária.

Como se sabe, as administrações federais adotaram, em maior ou menor grau, inúmeros instrumentos para o desenvolvimento agrícola. Entre eles, a assistência técnica e extensão rural, o ensino e a pesquisa, a implantação da infra-estrutura, a tributação adequada, o crédito e o seguro rural, além das políticas de estabilização de renda, incluindo os preços mínimos de garantia, os subsídios de preços ao produtor e a formação de estoques reguladores.

Esses meios, infelizmente, não observaram a prática integrada, deixando, por isso, de produzir os resultados previstos. A partir de 1983, adotaram-se restrições à concessão de crédito rural, levando a que o total das verbas aplicadas no referido exercício correspondessem ao concedido em 1974.

O Sr. Divaldo Suruagy — Permite V. Exª um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Com prazer ouço V. Exª

O Sr. Divaldo Suruagy — V. Exª aborda um dos problemas mais importantes que a economia brasileira vem enfrentando. Um País de uma extensão continental como o nosso importando alimentos é um escárnio, um insulto à capacidade de trabalho do nosso povo. Os países mais ricos do mundo, ao contrário do que se costuma afirmar no Brasil, protegem, através de financiamentos subsidiados, as suas atividades agrícolas. E o Brasil está se dando ao luxo de levar culturas tradicionais a um estado de insolvência, em virtude de uma política desastrosa adotada pelo Governo. Portanto, neste momento congratulo-me com V. Exª, que traduz a angústia e o anseio que vêm dominando milhões e milhões de trabalhadores e produtores agrícolas brasileiros. V. Exª, que representa e dignifica a Bancada baiana nesta Casa, é uma voz abalizada, pois conhece de perto as angústias que vêm dominando as atividades agrícolas no Nordeste. Ao fazer esta denúncia, merece receber o nosso apoio e a nossa solidariedade, visto que está interpretando o sentimento de milhões de brasileiros que estão sendo prejudicados por uma política cujos resultados negativos estão afetando a economia como um todo. Meus parabéns, Senador Ruy Bacelar. O nobre representante da Bahia, neste instante, traduz o pensamento e a angústia que dominam os brasileiros envolvidos em atividades do campo.

O SR. RUY BACELAR — Agradeço o aparte de V. Exª, Senador Divaldo Suruagy. O problema da agricultura do Nordeste em geral e o do crédito agrícola em particular, ainda em menor escala é o mesmo que sofre o Brasil como um todo. De norte a sul, leste a oeste verificamos a falência total dos agricultores e, evidentemente, da própria agricultura.

O Sr. Teotônio Vilela Filho — V. Exª permite um aparte, Senador Ruy Bacelar?

O SR. RUY BACELAR — Com todo o prazer, Senador Teotônio Vilela Filho.

O Sr. Teotônio Vilela Filho — Senador Ruy Bacelar, em primeiro lugar, quero parabenizar o nobre Colega pela relevância do tema que traz à tribuna do Senado Federal. V. Exª faz alusão a fatos importantíssimos na tribuna. As máquinas dos agricultores brasileiros — como disse V. Exª — estão sendo sucateadas. Essa é a grande verdade. Essa é a triste realidade, não somente do Nordeste — do nosso Nordeste, que vive uma seca sem precedentes nos últimos 80 anos — mas também aqui do cerrado e do Sul do País. Não é privilégio de nenhuma região em particular esse abandono que a agricultura vem sofrendo. Ao ler uma revista européia recentemente deparei-me com um número impressionante: o subsídio à agricultura na Comunidade Comum Européia e nos Estados Unidos, no ano de 1992, foi da ordem de 150 bilhões de dólares. Não há a menor possibilidade de modificar o quadro terrível de abandono à agricultura brasileira, se o Governo não programar, como prega V. Exª em seu discurso, uma política agrícola, dirigindo a produção com incentivos, através de subsídios. Essa é uma política adotada em todo o mundo. Se o Brasil não seguir o exemplo dos outros países, corremos o risco de que se agrave mais ainda o quadro que hoje presenciamos de inteiro abandono da agricultura em um País onde cidadãos morrem de fome, como ocorre no Estado de V. Exª e no meu Estado também, com esta seca que tanto tem maltratado

os nordestinos. É fundamental que haja uma política agrícola. Portanto, parabenizo-o por seu pronunciamento. Penso que o Governo Federal, ao adiar a elaboração de uma política para a agricultura, estará aumentando o ônus da correção dessa distorção para resolver o problema dos imigrantes, dos sertanejos, que partem para a periferia das grandes cidades, onde o custo para viver-se com o mínimo de dignidade é muito maior do que o subsídio à agricultura e os investimentos necessários a uma infra-estrutura que permita a fixação do homem no campo. Parabenizo V. Exª, como nordestino e como Senador da República, por esse importante pronunciamento.

O SR. RUY BACELAR — Incorporo, com muita satisfação, o aparte de V. Exª, meu nobre colega de Alagoas e brilhante Senador. V. Exª tem toda razão quando diz ser necessária uma mudança radical na política de crédito agrícola do Brasil.

Todos os países subsidiam a sua agricultura, mas o Brasil, parece-me, quer ser diferente. Em sendo diferente, estamos criando um segmento social que poderá, amanhã, migrar completamente para os grandes centros, inchando as cidades. Esse segmento, inclusive, que é um segmento muito produtivo, de garra, de vontade de crescer, de fazer com que este Brasil prospere, pode-se transformar num segmento de aventureiros, de inadimplentes, através dessa política de crédito agrícola que, na verdade, é uma mentira no atual Brasil.

Daí acreditar e esperar que essa vontade do Presidente Itamar Franco de direcionar o seu Governo para produzir alimentos básicos não seja como foi a de outros governos, apenas uma boa vontade, mas que, de fato, essa sua ação seja uma realidade e mude completamente a política de crédito para a agricultura no Brasil.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — V. Exª me permite um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Com muita honra, eminente Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Senador Ruy Bacelar, estou acompanhando atentamente o discurso de V. Exª e gostaria apenas de acrescentar um ponto sobre a situação do crédito agrícola no Nordeste. Venho referir-me à situação da seca, bem como ao Banco do Brasil. Hoje, ao solicitar um financiamento para viabilizar a sobrevivência do seu rebanho no período de seca, um criador terá que pagar, além da correção da poupança, juros de quase 12% ao ano, superior à correção cambial. A esse custo, torna-se inviável tomar qualquer tipo de empréstimo. Esse o aparte que faço ao abrangente pronunciamento de V. Exª sobre a situação da nossa agropecuária.

O SR. RUY BACELAR — Agradeço e incorporo o aparte de V. Exª ao meu modesto discurso, nobre Senador Garibaldi Alves Filho. V. Exª tem toda razão, mas o problema não é só do Nordeste, é de todo o Brasil.

O Sr. Ney Maranhão — V. Exª me permite um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Ouço V. Exª, Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Ruy Bacelar, ouvi os aparies de todos os companheiros, que se solidarizaram com tão importante pronunciamento. Gostaria de acrescentar que o único país que, ainda hoje, mantém um partido comunista forte e que talvez, dentro de mais dez anos, torne-se um

partido democrata é a China. Mao Tsetung afirmava que "povo de barriga cheia não pensa em revolução". A União Soviética, por sua vez, formou um exército de Primeiro Mundo, mas permitiu que o povo morresse de fome, o que causou a queda do Muro de Berlim. Setenta e cinco por cento da população da China, a maior do Globo — 22% da população terrestre — vive no campo. O governo chinês prioriza a agropecuária, pois se trata de uma safra de 500 a 600 milhões de grãos, sem perdas, praticamente, Senador Ruy Bacelar. A nossa safra, entretanto, quando é recorde (70 a 75 milhões de grãos), sofre ainda uma perda de 30% nos próprios armazéns e no campo, além de não ser subsidiada. Não existe agricultura, e a fome grassa neste País, Senador Ruy Bacelar, que tem tudo para ser o celeiro do mundo: abastecer-se internamente e exportar seus produtos. Essa questão que V. Exª aborda, devido a sua importância, deveria ser melhor refletida pelo Congresso Nacional, pelas classes dirigentes e pelas elites, a fim de se adotar as medidas necessárias ao subsídio da agricultura, oferecendo, assim, melhores condições para o homem do campo, evitando-se assim a sua migração para os grandes centros, onde ele não tem condições dignas de sobreviver. Parabéns a V. Exª

O SR. RUY BACELAR — Agradeço a V. Exª, nobre Senador Ney Maranhão.

Entendo ser melhor subsidiar do que correr o risco de emprestar o dinheiro público, que pode não retornar, pois diante de juros tão altos, o agricultor, para saldar sua dívida, precisa, às vezes, vender a sua propriedade, o seu maquinário, a sua última cabeça de gado. Por isso, poucos empréstimos estão retornando aos cofres dos bancos. Acredito, portanto, que seja muito melhor mudar essa problemática de crédito agrícola, fazendo com que esse crédito retorne, mesmo que subsidiado. Com isso, o agricultor pensará mais antes de solicitar um financiamento.

Prossigo, Sr. Presidente, com a minha exposição.

Como se sabe, as administrações federais adotaram, em maior e menor grau, inúmeros instrumentos para o desenvolvimento agrícola. Entre eles, a assistência técnica e extensão rural, o ensino, a pesquisa, a implantação da infra-estrutura, a tributação adequada, o crédito e o seguro rural, além das políticas de estabilização de renda, incluindo os preços mínimos de garantia, os subsídios de preços ao produtor e a formação de estoques reguladores.

Esses meios, infelizmente, não observaram a prática integrada, deixando, por isso, de produzir os resultados previstos. A partir de 1983, adotaram-se restrições à concessão do crédito rural, levando a que o total das verbas aplicadas no referido exercício correspondessem ao concedido em 1974. Apenas em 1988, com o advento da nova Carta, passando o controle da expansão da dívida pública à competência do Congresso Nacional, tornou-se mais transparente a destinação de recursos para o financiamento agrícola.

A penúria das finanças públicas e a desigualdade das transferências da União para os Estados e os Municípios, sem a contrapartida da prestação dos serviços, formaram o painel demonstrativo da dependência da atividade agrícola, de sua carência de financiamentos oficiais e do verdadeiro custo dos empréstimos, inviabilizados para a maioria dos produtores, como vimos.

As lideranças rurais, em sua unanimidade, prescrevem, como única alternativa para a recuperação do setor, a criação de um novo modelo, mais eficiente e objetivo, para o crédito

rural. A par disso, é imperativo que se preserve e estimule a parceria entre produtores e estabelecimentos oficiais de crédito, em especial o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, pois o antagonismo entre aqueles e esses será prejudicial para todos.

É indispensável fortalecer os órgãos de pesquisa, principalmente a EMBRAPA, para propiciar elaboração tecnológica idônea e minimizar a crescente dependência de modelos que privilegiam a utilização intensa de insumos químicos.

Os desacertos da economia — é preciso que se enfatize — militam no sentido de inviabilizar a atividade agrícola, prejudicando o produtor e em nada beneficiando o consumidor de alimentos. Considerando-se, ainda, a drástica redução do número de contratos de custeio, investimento e comercialização, a agropecuária transformou-se em empreendimento de alto risco.

Os índices apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE — apontam que, de 1980 até 1991, o valor da produção de grãos decresceu 5,46% anualmente. A área plantada, assim como o consumo de sementes, fertilizantes e defensivos, também diminuíram. Acrescentando-se que o Governo descumpriu a política de preços mínimos, temos como resultado que os produtores sofreram perdas de 1 bilhão de dólares em 1992.

O processo inflacionário prossegue inabalável, vitimando o homem do campo e toda a sociedade. A população experimenta continuada perda de poder aquisitivo, enquanto as autoridades governamentais repetem o inconsequente discurso que a agricultura é a grande prioridade da política econômica. Pregam, por isso, o crescimento da produção e da oferta de alimentos, para melhorar a renda do agricultor e reduzir a níveis mínimos o preço cobrado dos consumidores.

Esqueceram-se, porém, de que esses objetivos, para serem alcançados, exigem menor incidência de tributos, juros menores e maiores investimentos em infra-estrutura e absorção de tecnologia. A agropecuária só mereceu do Governo iniciativas prejudiciais ao seu funcionamento, amargando os danos do congelamento de preços dos produtos, do favorecimento tarifário para a importação do trigo, das indefinições para a observância dos preços mínimos, da manutenção de uma política econômica que privilegia a prática de juros e impostos escorchantes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A situação da agricultura em nosso País é de calamidade. Se essa é uma constatação indesmentível e de amplo conhecimento público, não constitui verdade menor que o plano de ação do Presidente Itamar Franco procura responder afirmativamente a algumas dessas questões. Entre as medidas propostas à apreciação do Legislativo, para socorrer, nessa emergência, o produtor rural, podemos relacionar o aporte de 4 bilhões de dólares de investimentos, com os quais se conta reanimar os mecanismos de incentivo à produção agropecuária. Além disso, e ao tempo em que se extingue a TRD, processam-se estudos destinados a contornar o problema da incidência da TR nos financiamentos agrícolas, substituindo-a, por exemplo, pelo sistema de equivalência-produto.

A iniciativa governamental atende em parte as fortes reivindicações da agricultura. No entanto, é muito pouco; e temo que o desfecho dos produtores conduza-os a justificado movimento de desobediência. Na sua revolta, os agricultores, contando com a solidariedade dos Congressistas, podem descumprir suas obrigações junto ao sistema de crédito rural para cobrar do Governo a atenção prioritária que merecem e as

soluções de longo prazo que os problemas da agropecuária há tanto estão a exigir.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Ruy Bacelar, Permite V. Exª um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Ney Maranhão — Senador Ruy Bacelar, já que V. Exª falou nos financiamentos da SUDENE, devo dizer que alertei, no início do Governo Collor — falando em nome do então Secretário-Geral, Egberto Batista — sobre essas incorreções, mostrando que esses grandes financiamentos não davam o retorno social e que estes teriam de ser redimensionados, como hoje estamos tentando fazer para micro, médias e pequenas empresas, aquelas que dão retorno, não só social, como também econômico. Como sabemos, Senador Ruy Bacelar, são as micros, médias e pequenas empresas responsáveis por 80% do emprego no País. Essa era a ressalva que queria fazer a esse magnífico discurso de V. Exª

O SR. RUY BACELAR — Quero agradecer o aparte de V. Exª, Senador Ney Maranhão. V. Exª tem toda razão, precisamos democratizar o crédito no País, sobretudo o crédito público, o empréstimo público, proveniente do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. É muito melhor empregar esses recursos a muitos do que a meia dúzia de aproveitadores que estão se enriquecendo às custas do dinheiro do povo. E o pior: em detrimento da maioria do povo brasileiro, já que vivemos numa sociedade injusta, em que poucos têm tudo e a grande maioria nada tem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ruy Bacelar, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário.

O SR. NEY MARANHÃO — Sr. Presidente, peço a palavra como líder do PRN para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Tem a palavra V. Exª

O SR. NEY MARANHÃO (PRN—PE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, este Senador está pagando caro por ter tido a coragem cívica para declarar, há algum tempo, que a maioria do empresariado brasileiro sonhava imposto e estava inadimplente. E próprio Governo reconhece. V. Exª sabe que, hoje, o Ministério da Fazenda, através de um decreto do Presidente, está dando condições aos empresários inadimplentes para regularizarem suas situações junto à Receita. Então, o Senador Ney Maranhão tinha razão!

E há muitas outras coisas. Vemos hoje homens sérios recebendo a pecha de corruptos, de lobistas de empreiteiras. Isso está acontecendo no meu Estado, com homens da estatura moral de Jarbas Vasconcelos e Joaquim Francisco. Não podemos aceitar isso porque atinge o Estado de Pernambuco, que teve, até hoje, governadores e prefeitos de ilibado conceito público e moral. E isso se dá, por quê? Porque não temos uma lei eleitoral séria. Nós, políticos, não temos coragem de dizer e agir com transparência.

Nos Estados Unidos da América e em qualquer país onde há democracia, empresários e organizações determinam que vão ajudar um parlamentar, deputado ou senador, e transfe-

rem para o partido daquele candidato as importâncias com que desejam ajudá-lo. E ele recebe a ajuda.

Mas aqui o que existe é o cinismo, é a falta de algo que a classe política precisa enfrentar — a transparência.

Se houvesse no Brasil essa lei eleitoral e se os partidos políticos ou os candidatos fossem autorizados por lei a receber ajuda dos empresários, das associações, etc., não estaríamos vendo serem massacrados, humilhados, políticos como um Jarbas Vasconcelos ou um Joaquim Francisco. Isso me toca fundo.

É também o caso deste Senador, hoje. A imprensa tem recebido informações que não são corretas e, com razão, publica aquilo que recebe. Sou sócio de algumas empresas, mas as informações dão a entender que sou dono delas. Posso, na realidade, apenas 20% da sociedade. E desde que assumi o Senado da República, há seis anos, renunciei a todas as interferências nessas empresas. Não tenho nenhuma responsabilidade administrativa nelas.

Falo olhando dentro dos olhos de qualquer pessoa, de qualquer autoridade. Fui investigado oito anos, quando tive o meu mandato cassado e os meus direitos políticos suspensos. Tenho a documentação no meu gabinete. Vesti o traje de detento com o nº 20.402. Depois de oito anos, os militares mandaram me dizer que nada tinham contra mim, política ou moralmente. Portanto, não tenho medo de assombração nem de linchamento. Se eu tivesse medo, não teria defendido o Presidente Fernando Collor até o fim.

Quero dar uma satisfação ao Senado da República e à imprensa do meu País. Este Senador prestou e continua prestando um grande serviço à Nação brasileira ao dizer a verdade. Eu disse a verdade sobre aqueles que não podem pagar e agora me dirijo a V. Exª. Senador Beni Veras, que é um empresário, para dar um exemplo. Se V. Exª, em sua empresa, no final da semana, tem dinheiro, e se deve usá-lo para pagar impostos ou para pagar seus trabalhadores, tenho a certeza de que V. Exª e qualquer um dos que me ouvem vai pagar os trabalhadores e deixar de pagar os impostos.

Existe neste País uma série de impostos, quase sessenta, emaranhados numa lei que muda a cada dia. As empresas são obrigadas a contratar pessoas para orientá-las com relação ao pagamento de impostos. E se a fiscalização federal for a qualquer uma dessas empresas, mesmo que ela seja organizada, mesmo que receba toda a orientação sobre o pagamento de impostos, ainda encontrará problemas.

Portanto, vamos acabar com o cinismo, vamos passar este País a limpo. A classe política tem que assumir responsabilidades. Muitas vezes acontecem coisas das quais não temos condições de nos defender.

Recebi um ataque da revista **Veja**, porque pedi que fosse furado um poço em uma de minhas propriedades, uma solicitação de duzentos e tantos camponeses. Ali há uma escola, com mais de 100 alunos, que trabalha em dois turnos. No verão falta água. Na minha propriedade, tenho mais de 8 hectares de lâmina de água, mas é uma água que não serve para o consumo humano, só serve para gado. Tenho esses dados. Mas o que foi que a revista fez? Colocou a minha fotografia na matéria e deu a entender que eu pedia água para me beneficiar. Mandeí uma carta para essa revista, que não me deu aquilo a que tinha direito, ou seja, resposta. Foi a primeira notícia que ficou.

Portanto, Sr. Presidente, meus amigos Senadores, estou aqui de cabeça erguida, tranqüilo. A minha receita física, que foi investigada, está aqui. Recebi, no dia 19 de março

de 1993, um informe de ordem bancária remetida pela Delegacia da Receita Federal de Pernambuco para a minha conta. Não é muito dinheiro, porque não sou um homem rico, mas declarei a mais aproximadamente 600 e tantos mil cruzeiros.

Este Senador presta serviços ao País. É um homem que tem 40 anos de vida pública. Foi Prefeito de sua terra com 19 anos e aos 24, deputado federal. Representei Pernambuco durante 16 anos, tive meu mandato cassado e meus direitos políticos suspensos. E volto hoje para o cenário federal, representando Pernambuco no Senado da República, e o faço com autoridade, olhando nos olhos daqueles que estão pensando que vão me linchar e fazer terrorismo comigo.

E estão muito enganados. Contratei um advogado, que vai me defender, e tenho certeza que justiça é o que se fará comigo. São essas as explicações e as satisfações que estou dando a meus Pares.

Quando subi àquela tribuna e falei o que falei, como força de expressão, recebi apartes de 18 Senadores, que me deram apoio e solidariedade. Digo a V. Ex.^a, Senador Beni Veras, que está na Presidência, que no dia que sair do Senado, eu o farei de cabeça erguida, olhando meus Colegas nos olhos, porque meu pai me ensinou três coisas: ter palavra, ser grato e não adular macho; ser, acima de tudo, sério.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB—CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, chego à tribuna desta Casa depois de uma série de relevantes pronunciamentos, inclusive do Senador Eduardo Suplicy, do Senador Pedro Simon, do Senador Ruy Bacelar e, agora, do Senador Ney Maranhão. Os temas que aqui desfilarão foram todos de magna importância, inclusive aquela denúncia de que, quanto ao Brasil, há manipulação de informações no exterior, de divulgação de dados para desestabilizar internamente o nosso País.

Sabemos o quanto estamos sofrendo neste momento, inclusive porque, de repente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, querem nos igualar ao Peru ou à Guatemala, como se estivéssemos no mesmo rol de experiências, na mesma idade histórica, na mesma maturidade.

É certo que o Brasil já não está em tempo de golpe; o Brasil já não está em tempo da falta da democracia. Estamos na época da consolidação de todas as fórmulas democráticas, de todas as aptidões da cidadania, de todas as defesas da nacionalidade, acima de tudo das normas atinentes ao convívio do cidadão relativamente ao Estado ou do convívio do cidadão para com o Estado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesse rol de assuntos importantes trazidos hoje ao Senado Federal quero incluir, sem dúvida, uma preocupação minha que não pôde ser exercitada hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por falta de quorum. Tantas têm sido as preocupações parlamentares, tantas têm sido as reuniões partidárias que os Parlamentares não puderam se chegar a uma das Comissões mais importantes da Casa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir um substitutivo do Senador José Fogaça a respeito da organização dos partidos no Brasil.

Confesso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que estou preocupado com essas propostas atinentes aos grêmios partidários, aos grêmios políticos do nosso País. Tenho uma preocupação muito grande, principalmente no que diz respeito ao poderio

econômico, à força econômica diante dos partidos e não somente diante do eleitorado. Não se trata daquele candidato que é escolhido em convenção para disputar um cargo proporcional ou um cargo majoritário e que, de repente, se dá a corromper o eleitorado. Não. Trata-se da corrupção sobre os próprios partidos.

É preciso denunciar esse fato à Nação, porque no momento temos grande preocupação em inibir a existência dos partidos de aluguel. Por vezes, Srs. Senadores, torna-se difícil distinguir se ser partido pequeno é ser partido de aluguel. Na verdade, há de existir uma maneira pela qual seja possível distinguir o que é um pequeno partido, o que é um partido de aluguel.

Além do mais, há uma preocupação bem maior sobre a qual conversei com o Senador Beni Veras, adverti o Senador Mauro Benevides e, hoje, conversei com o nosso nobre companheiro Mário Covas — para mim uma das maiores expressões políticas deste País — e advertia esse cidadão, ex-Líder do meu partido na Assembléia Nacional Constituinte sobre um detalhe: não se trata somente de inibir a existência dos partidos de aluguel, mas é preciso, Senador Elcio Alvares, é preciso Senador Ney Maranhão, é preciso Srs. Senadores aqui presentes, inibir que eventualmente os grandes partidos aluguem vagas, candidaturas para milionários que vão tomando espaço do partido que ditam normas, subvertem pelo poder do dinheiro.

Que normas há no substitutivo do Senador José Fogaça? Que normas existem ali para inibir que os grandes partidos também sejam alugados? Quais as normas para inibir que os verdadeiros políticos, os parlamentares abnegados, as pessoas de respeito que labutam nos grêmios políticos praticamente sejam expulsas, expurgadas pelo poderio financeiro de um grupo econômico que se achega a um partido para competir com outro partido ou para competir, quem sabe, nos próprios interesses financeiros ou divergências outras que não podem ser reveladas.

O Sr. Elcio Alvares — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Ouço o nobre Senador Elcio Alvares com todo o prazer.

O Sr. Elcio Alvares — A matéria sobre Organização Partidária e Funcionamento dos Partidos está tramitando nesta Casa e infelizmente, na manhã de hoje, não houve número suficiente de senadores para estabelecer o **quorum** referente à matéria. O Senador José Fogaça, que já teve oportunidade de conversar com todos os senadores, com a liderança e com os grupos partidários, ficou impedido de apresentar à Comissão o seu parecer, que se constitui, na verdade, num trabalho louvável, não só de aprofundamento da matéria que veio da Câmara, mas também na síntese do pensamento de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, têm a responsabilidade de representar as legendas partidárias. Logicamente o problema da legenda de aluguel fere aqueles que fazem a vida pública com dignidade, porque é incrível que um partido muitas vezes até se preste, em determinadas campanhas eleitorais, a servir de instrumento de ataque a um candidato. Conversava outro dia com um colega nosso, candidato em uma eleição majoritária, e ele revelou um fato realmente diabólico: um outro candidato, que disputava com ele os primeiros lugares, até certo ponto abonou um candidato bem pequeno para se transformar diariamente num algoz impenitente da candidatura majoritária que comandava o processo. Como ao segundo, que disputava com ele, não ficava bem fazer a crítica

da maneira como estava sendo feita, instrumentalizaram financeiramente um cidadão sem qualquer expressão para ocupar os horários de televisão e fazer uma crítica até certo ponto desprimorosa e contundente. Esse é um aspecto do partido de aluguel. Temos que enfrentar uma realidade: o processo político, através do artifício, perde a sua substância e a sua seriedade. O que está acontecendo? O partido tem o seu horário, hoje, na televisão — um horário absurdo de uma hora —, como existe um político maior que tem condições de fazer a edição da matéria, que tem condições de financiar o partido e as suas vinhetas, ele ocupa praticamente a metade do programa exaltando ou a sua administração, quando está no desempenho da função pública, ou, quando é um pretensão candidato, tem oportunidade de exaltar os seus méritos. É o lado odioso da história. Mas eu gostaria de chamar a atenção, Senador Cid Sabóia de Carvalho, e sei da sua preocupação sobre esse tema, para um ponto que me parece muito positivo no trabalho do Senador José Fogaça. Depois de as eleições terem sido realizadas, vamos ter uma outra etapa que é importante, de acordo com o projeto, trata-se do funcionamento parlamentar. Poderemos ter dez, quinze, vinte partidos funcionando, disputando eleição mas, na hora em que o partido tiver a sua representação aqui, nesta Casa ou na Câmara dos Deputados ou em qualquer casa legislativa do País, será necessário obter um percentual, traduzido em número de votos, seja nos Estados ou dentro do resultado geral das eleições. Creio que aí, talvez, resida o ponto mais importante do projeto, porque é insuportável verificarmos hoje a plethora imensa de legendas que temos. Até certo ponto, queria citar aqui uma observação do meu líder, Marco Maciel, que, no aceso dos debates, com tanto partido, ele dizia que começava a discutir um assunto com os vários líderes e, quando chegava no último líder, S. Ex.^a já havia esquecido o início da conversa porque os líderes eram tantos que, realmente, a coisa se torna uma difícil.

Eu tive oportunidade de ler, e V. Ex.^a também o deve ter feito, o trabalho do Senador José Fogaça. Com a seriedade de sempre, até certo ponto temos que reconhecer que ele teve um critério ímpar de análise da matéria da Câmara, produzindo um trabalho que vai merecer o nosso apoio. E sem entrar, como tema principal do debate da matéria eleitoral, na legenda de aluguel, — e considero também uma prática inominável a pessoa ceder a sigla ou para o proselitismo pessoal de um candidato ou para atacar um candidato em plena campanha — acho que o grande mérito que vamos ter é exatamente depurar o funcionamento da sigla partidária na prática parlamentar. O cidadão pode se eleger por um partido pequeno —, que foi um grande questionamento — mas, na hora de compor os quadros partidários dentro do Parlamento, ele terá de provar que o partido dele passou daqueles percentuais que estão consagrados no parecer do Senador José Fogaça. Então, louvo V. Ex.^a pela preocupação.

Gostaria de fazer um apelo a todos os nossos colegas, principalmente aos da Comissão de Constituição e Justiça — e eu tenho notícia de que o Presidente Iram Saraiva hoje está pensando na convocação de uma sessão extraordinária — para votarmos imediatamente o parecer do Senador José Fogaça. Com isso, em curto prazo, a vida partidária brasileira terá o seu estatuto básico, produto exatamente da acuidade do Senador José Fogaça, mas consagrado pela vontade das Lideranças partidárias e de Senadores como o Senador Cid Sabóia de Carvalho, que, sempre preocupado com o tema, realiza um discurso que, penso, possa ser inserido como peça

de fundamento para reflexão e conclusão do Projeto da Reforma Partidária.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — O trabalho do Senador José Fogaça traz a marca da responsabilidade, do empenho, do critério ético. Tudo que o Senador José Fogaça tem feito nesta Casa tem sido de muito peso e merecedor da mais alta consideração, principalmente pelo critério da dedicação e seriedade.

Mas isso nos leva, Senador Elcio Alvares, a meditações profundas, inclusive nessa parte atinente a quem pode realmente constituir-se em partido. Isso é importante, porque não sabemos como o Brasil, por exemplo, poderia ter prescindido da clandestinidade do Partido Comunista, que, com toda a clandestinidade, com todos os impedimentos, com todas as proibições, teve um papel na história política do País.

Lembro-me que no Ceará o PT era diminuto. O Partido dos Trabalhadores, em 1982, era diminuto, quase inexistente no País; obteve pouco mais de 10 mil votos no Estado do Ceará, disputando o governo. Três anos depois, elegeu a prefeita da Capital do Ceará, a nossa Fortaleza, essa cidade tão bela e tão decantada. Vejam que em três anos aquele partido, que não tinha a menor expressão, alcançou a prefeitura daquela capital, uma das mais importantes do País.

Poderia eu confundir o PT com um partido de aluguel, naquela época, por causa do seu tamanho e das suas impossibilidades? É exatamente para isso que quero chamar a atenção de V. Ex.^s, porque enquanto combato os partidos de aluguel, enquanto combato os grandes partidos que se alugam esporadicamente, sou obrigado a reconhecer — e para isso queria chamar a atenção do Senador Lucídio Portella — que o pensamento político se altera ao longo do tempo, ao longo da história.

O comunismo era uma tese fascinante. Quantos não se fascinaram pelo comunismo? O comunismo tinha uma condição do quadro ideológico de todos os países; tinha uma posição. O marxismo, o leninismo, a filosofia defendida por Engels, tudo tinha um lugar e, de repente, esse lugar foi-se esvaindo. Hoje, criar um novo partido comunista, ou até manter os que já existem, vem se tornando uma tarefa árdua em qualquer parte do mundo, mesmo na China, tão querida do nosso Senador Ney Maranhão, que está me escutando com tanta atenção.

O Sr. Beni Veras — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Ouço V. Ex.^a com todo o prazer, Senador Beni Veras.

O Sr. Beni Veras — Senador Cid Sabóia de Carvalho, não tenho dúvidas em concordar com o ponto de vista de V. Ex.^a, de que os pequenos partidos precisam de espaço para serem vistos no parlamento. Entendo que a existência de muitos partidos, alguns com representações muito pequenas, tornam a vida parlamentar muito complexa, e muito difícil a manutenção de uma hegemonia parlamentar que possa ajudar o Governo a encaminhar os seus problemas. Realmente, é uma questão muito delicada. Acredito que também há que se pensar que os pequenos partidos dão margem a que as pessoas apresentem inovações à vida partidária, através de idéias novas que ainda não têm aceitação ampla, a tal ponto de poderem ter uma representação condizente. Mas V. Ex.^a toca em um aspecto que me chama muito a atenção: é o aluguel do grande partido; diz respeito ao parlamentar que encontra pouco espaço no seu partido para permanecer dispu-

tando o seu mandato com legitimidade, baseado num trabalho feito no parlamento e nas credenciais que ele naturalmente possui. Vejo em vários partidos grandes um trabalho de bilionários; pessoas que têm dinheiro, tentando deslocar parlamentares sinceros, honestos, trabalhadores, que honram o Parlamento Nacional. Vejo isso no Estado do Ceará, por exemplo, com bastante cuidado e preocupação. Creio que é um aspecto muito negativo da nossa vida partidária. Penso que para o Senador José Fogaça um pequeno partido teria uma representação estadual e somente quando ele chegasse a uma certa dimensão estaria presente no Parlamento Federal. Isso tem um aspecto bom: poder homogeneizar a posição governamental ou uma posição dominante do Parlamento, capaz de tornar a vida parlamentar mais eficaz. Obrigado.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Senador Beni Veras, o aparte de V. Exª ilustra bastante o meu pronunciamento e me leva a aprofundar o meu raciocínio.

Note bem, Partido Verde. Essa tese do Partido Verde poderia ter existido em meados do século passado. Conheço publicações do século passado — revistas, livros, jornais, porque sou pesquisador; sou um homem de biblioteca, que consulta velhas revistas e velhos jornais. Tenho esse hábito. Em 1857, 1860, já se debatia no Brasil a destruição da Amazônia e essa questão relativa à cólera ou ao cólera — não sei bem o termo mais adequado; linguisticamente, prefiro a expressão “a cólera” do que “o cólera”, porque acredito que o último deve se referir mais ao embrião do que propriamente à enfermidade, à doença; ao estado patológico a que pode ser levada a criatura humana. O Senador Lucídio Portela, como conhecedor do sanitarismo, entende bem disso. Mas isso não importa agora. O fato é que havia grandes precauções, há mais de cem anos, muito parecidas com as preocupações de agora, que levam as emissoras de televisão e jornais a fazerem propaganda por um procedimento sanitário para evitar a propagação desse mal. Tudo isso no século passado. Mas quem há de negar que é esse o momento histórico, esse momento em que se teme pela sorte do planeta, em que se fala de ozônio, em camadas protetoras da terra — isso não se falava no século passado. Não será agora o momento exato de existir o Partido Verde? Então, vejam bem. Como posso parar as idéias, como posso parar o pensamento, como posso parar a filosofia e dizer: “Os partidos são esses e estamos conversados. Daqui para frente não surgirão mais quaisquer partidos”. Por quê?

O Sr. Bello Parga — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Ouvirei o aparte de V. Exª em poucos minutos.

Porque nos Estados Unidos só preponderam dois? Igualmente na Inglaterra? E lá vamos nós, com a velha mania de tomarmos os nossos padrões pelos padrões americanos, como se tivéssemos alguma semelhança cultural. Na realidade, não temos a menor semelhança cultural com os ianques, pois somos latinos-americanos, de influência hispânica, romana; somos daquela mesma influência que se localizou na Romênia e fez lá uma ilha cultural. É aquela influência de lá que está aqui. Somos o País de uma linha cultural diametralmente oposta aos Estados Unidos e à Inglaterra. Então, por que partidária, financeira e socialmente vamos criar leis à semelhança dos Estados Unidos ou do Reino Unido? Não há, evidentemente, nenhuma razão para isso.

Não podemos paralisar as idéias e dizer: “Os partidos são esses e daqui para frente não surge mais partido algum”. Como? E se surgir alguém que leia Bertrand Russell e resolva

transformar os seus ideais num programa partidário, consiga adeptos e inicie uma luta, um trabalho pela paz? Um partido de paz, pacifista, de amizade, de união de esforços, contra a guerra, contra as lutas. Quem pode impedir? E quem sabe até se não vamos perpetuar partidos sem ideologia alguma?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, lamento comunicar a V. Exª que foi convocada uma sessão extraordinária para às 18h32 min, e uma sessão extraordinária do Congresso para às 19hs. De modo que, para a realização da sessão extraordinária do Senado às 18h32min, eu pediria que V. Exª, nesses dois minutos que lhe restam, se possível, encerrasse suas considerações.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sendo assim, Sr. Presidente, concedo o aparte ao nobre Senador Bello Parga, nos dois minutos que me restam.

O Sr. Bello Parga — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, atento ao que o Presidente dos trabalhos acaba de enunciar, não irei, com o meu aparte, retardar e prejudicar o tempo que lhe resta. Reservo-me para outra ocasião. Sempre ouço V. Exª com a maior atenção e respeito, porque os seus pronunciamentos são próprios de pessoa que reflete, portanto, têm embasamento teórico e filosófico. Eu teria algumas ressalvas a fazer ao que V. Exª disse no tocante ao substitutivo do Senador José Fogaça, mas não quero mais me alongar. Peço a V. Exª que prossiga, concluindo o seu raciocínio. Muito obrigado.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Nobre Senador, lamento não ouvir as suas ponderações, que são sempre de um homem experiente e atento. Suas observações têm sempre me trazido um enriquecimento, mas vou esperar porque amanhã tentarei continuar este discurso. Hoje, inscrevi-me na esperança de falar mais cedo, mas tantas são as interrupções e mudanças de ordem na lista de oradores por interveniência de Lideranças que amanhã falarei como Líder do PMDB, para concluir este assunto.

Nutro, neste momento em que estou na tribuna, uma grande preocupação com todo o quadro partidário. Por ter o máximo de respeito pelo substitutivo do Senador José Fogaça, terei o máximo prazer em discuti-lo, contestá-lo e apoiá-lo, dependendo daquilo que vamos observar. Mas serei um defensor de que possam surgir partidos, sim, dentro do contexto social, no âmbito da criação ideológica e dentro da filosofia que se renova e que há de sempre refletir na vida política de cada país.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou inscrito para amanhã, ocasião em que pretendo concluir esta apreciação sobre a organização partidária. Encerro agradecendo aos que me apoiaram, ilustrando o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Cid Sabóia de Carvalho, o Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL—MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.s. e Srs. Senadores, no âmbito das mudanças que se processaram no mundo contemporâneo, cujos desdobramentos ainda não se esgotaram, particular-

mente no que diz respeito ao término da guerra fria e à queda dos regimes políticos totalitários coletivistas, constitui marco de grande importância e atualidade a iniciativa do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, de propor a criação de uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa.

Hoje, todos os países que desejam participar do assim chamado "núcleo dinâmico das relações internacionais" encontram-se em um momento de profunda avaliação de suas prioridades e esforçam-se com denodo para manter controle, em termos de acompanhamento e conhecimento, sobre as novas situações que modificam o panorama mundial com rapidez nunca vista.

O Brasil não foge à regra e, nesse contexto, a instituição da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa surge como "uma imposição da realidade que nos mostra que o terceiro milênio está sendo precedido pelo reordenamento das relações internacionais".

A constituição da Comunidade Européia, o surgimento de novas divisões territoriais, nascidas de separações acordadas ou de guerras encarniçadas dentro de um mesmo país, colocam indagações marcantes sobre o sentido e o alcance da soberania dos Estados, a realidade das suas constituições, a jurisdição dos órgãos legislativos e o peso e papel das identidades histórico-culturais.

No mundo hodierno e diante da representatividade da população lusófona no cenário internacional, a constituição de uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa encerra perspectivas promissoras no campo da cooperação, do estreitamento dos laços diplomáticos e, como afirma o Chanceler Fernando Henrique Cardoso, do crescimento do espírito de fraternidade que se instaura através "de um diálogo franco e direto que só é possível entre nações com indiscutíveis afinidades étnicas, culturais e históricas".

A comunidade lusófona abriga "uma população superior a 200 milhões de habitantes e seu idioma é o terceiro mais falado no mundo ocidental, sendo superado apenas pelo inglês e pelo espanhol".

Em 1953, Brasil e Portugal, através do Tratado de Amizade e Consulta, definiram, como figura de direito público, a comunidade luso-brasileira, mas, naquela ocasião, os países da África ainda não haviam adquirido a dimensão que obviamente deveriam conquistar uma vez vitoriosa a luta pela independência.

Os tempos são novos. Não somente as relações entre os países se encontram em processo de reordenamento, mas também uma concepção, ou melhor, uma maneira nova de ver o relacionamento entre os homens está sendo descoberta.

Não apenas a língua e a herança cultural comum constituirão a estrutura da comunidade futura, mas também os valores dos ideais democráticos, do respeito aos direitos humanos, do repúdio ao racismo e a todo tipo de bafio eugênico, da boa convivência e da solução discutida das contendas. "O primeiro desafio da novel comunidade", como afirma o Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso, "estará em ajudar Angola e Moçambique a superar o trágico processo de pacificação interna, mercado ainda hoje por guerras fratricidas".

Uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não é uma questão efêmera. Na atual situação mundial, o reagrupamento é uma tendência entre países, a partir de interesses e objetivos específicos, no campo do desenvolvimento econômico e no dos valores políticos e culturais.

Para o Brasil, a comunidade não seria uma alternativa substitutiva dos entendimentos de natureza econômica que têm como base a geopolítica, em prejuízo, por exemplo, do Mercosul e de outros acordos como o Tratado da Bacia do Prata e o Tratado de Cooperação Amazônica, para citar os mais recentes, mas teria nitidamente uma feição histórico-cultural e refletiria a diversidade de opções que sempre foram muito bem-utilizadas pela diplomacia universalista do Brasil.

A comunidade tornar-se-ia instrumento apropriado de intercâmbio e coordenação dos posicionamentos dos países-membros no amplo panorama dos temas políticos e econômicos da atualidade e do futuro, para promoção e defesa dos interesses comuns e para avaliação dos momentos e das circunstâncias em que a conjuntura vivida pelos povos se manifesta.

Não será apenas a língua o elemento justificante da existência da comunidade; sem dúvida, o idioma é uma poderosa ferramenta para o entendimento, é o código comum par a leitura do mundo, mas, além do idioma, uma visão nova do mundo haverá de constituir-se para ser uma inegável contribuição da presença luso-afro-brasileira, com dimensão decisiva no concerto das nações do planeta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB—RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, desejo incorporar aos Anais da Casa a nota oficial que, nesta data, o nobre Deputado Ney Lopes, na qualidade de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano divulgou, profligando os brutais atentados praticados contra a ordem constitucional na Guatemala, e assim redigida:

Documento a que se refere o Sr. Nelson Carneiro em seu discurso.

"O Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, diante da ruptura institucional ocorrida na Guatemala, vem de público manifestar o seu protesto, considerando que:

1 — É ilegítima a manutenção do Presidente Jorge Serrano no Poder, tendo em vista os métodos usados de suspensão do texto Constitucional, dissolução do Congresso e destituição de membros da Corte Suprema e procuradores da República e dos direitos humanos.

2 — O golpe consumado põe em risco a estabilidade política da América Latina, sendo dever deste Parlamento Latino-Americano reafirmar a defesa da democracia no continente, autodeterminação dos povos, pluralidade política e ideológica com base numa comunidade latino-americana democraticamente organizada e a condenação ao uso da força contra a independência política e a integridade territorial de qualquer Estado.

3 — A via constitucional preserva instrumentos eficazes para combater crises, bastando lembrar o exemplo recente do Brasil, quando a legalidade se sobrepôs e a ordem institucional foi mantida.

4 — Ao ensejo, este Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano reafirma a sua confiança na prevalência da democracia, bem como condena todas as manifestações de apoio a episódios políticos lamentáveis como o ocorrido recentemente na Guatemala."

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores:

Os Secretários Estaduais de Agricultura e as entidades ligadas à atividade agropecuária, em todo o País, discutem já os detalhes finais para a proposta de adoção, nas linhas de crédito rural, do sistema equivalência/produto. É hora de toda a sociedade se conscientizar da importância desse mecanismo, que poderá significar a redenção de considerável parcela de um setor básico e até estratégico da economia nacional, e que no entanto tem sido obliterado sistematicamente e pelos últimos governos.

Temos, agora, uma oportunidade ímpar, que não pode ser desperdiçada, de redimir parte do setor agrícola. Temos a necessária mobilização política, temos uma proposta consistente, com bons resultados nos Estados onde foi experimentada, e temos, complementando essa convergência, a determinação do Presidente Itamar Franco, de combater com denodo a fome e a desnutrição.

O sistema de equivalência-produto surgiu como reação ao custo financeiro dos empréstimos, que há muitos anos vem ocasionando a descapitalização do setor e a inadimplência dos agricultores. Apraz-me salientar que o embrião desse sistema desenvolveu-se no Estado de Santa Catarina, que tenho a honra de representar nesta Egrégia Casa, mediante o pagamento dos financiamentos com o próprio produto da colheita. O êxito desse mecanismo, que agora toma formas mais elaboradas, não se baseia necessariamente no subsídio oficial, mas na garantia contra as oscilações do mercado.

O atual sistema de crédito agrícola, que estabelece a correção monetária acrescida dos juros contratuais para a liquidação dos financiamentos, tem sido forte empecilho para o incremento da produção agrícola. Os números deixam patente essa realidade, como se pode concluir mediante o exame dos contratos celebrados nos últimos anos: em 1987, firmaram-se 2.039.223 contratos para custeio e comercialização, em todo o Brasil; no ano seguinte, incluídas novamente as três modalidades, foram firmados 1.325.429 contratos. Em 1991, de acordo com o Anuário Estatístico do Banco do Brasil, esse número baixou para 617.285 operações de crédito.

É evidente, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que as dificuldades com que se defrontam os agricultores não se resumem à forma de cálculo dos financiamentos. Desde 1980, a correção monetária vem incidindo sobre os empréstimos, inicialmente, de forma parcial, e desde 1983, em valores plenos. A crise no setor, no entanto, é preciso reconhecer, existe em decorrência de múltiplos fatores: a escassez de recursos para o financiamento, as condições de resgate dos empréstimos, a inconsistência ou inobservância da política de preços mínimos e muitos outros, como os reflexos da estagnação tecnológica e da recessão econômica.

A agricultura tem sido, de longe, o setor mais injustiçado da economia nacional. Diante da insensibilidade de nossos governantes, muitos produtores têm procurado, nos últimos anos, atividades mais rendosas e menos arriscadas, o que pode comprometer gravemente a produção de alimentos no País. A desatenção do Governo para com a classe produtora é destacada pelo presidente da Sociedade Rural Brasileira, Roberto Rodrigues. Citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ele demonstra que, na década de 80, a produção da agropecuária brasileira aumentou em 50%, enquanto a renda teve acréscimo de 40%. Além disso, é preciso atentar para a redução da área plantada, em 2,4% por cento, para a queda vertiginosa na venda de máquinas agríco-

las, e para o baixo consumo de fertilizantes, defensivos e sementes.

Os apuros do setor agrícola vêm-se acumulando há muitos anos, como resultado da inércia das autoridades e da falta de estímulos para a classe produtora, e a eventualidade de algumas safras mais felizes não nos dá tranquilidade em relação ao desempenho das safras vindouras.

Um breve histórico pode facilitar a compreensão de como a agricultura tem-se comportado nas últimas décadas. A safra 83/84 foi de 52,4 milhões de toneladas de grãos, para uma área plantada de 38,2 milhões de hectares. As safras seguintes apresentaram os seguintes resultados: 1984/85, 58,1 milhões de toneladas em área de 39,6 milhões de hectares; 1985/86, 54,7 milhões de toneladas em 41,9 milhões de hectares; 1986/87, 64,9 milhões de toneladas em 42 milhões de hectares; 1987/88, 66 milhões de toneladas em 42,7 milhões de hectares; 1988/89, 71,4 milhões de toneladas em 42,2 milhões/ha; 1989/90, 58,3 milhões de toneladas em 38,9 milhões hectares; 1990/91, 57,8 milhões de toneladas em 37,8 milhões de hectares; 1991/92, 69 milhões de toneladas em 38,5 milhões; para a atual safra, estima-se uma produção acima de 69 milhões de toneladas de grãos e uma área plantada de 37,7 milhões de hectares.

Observa-se que as safras apresentaram variações, tendo atingido o ápice no período 88/89, e que a última e a próxima colheitas aproximam-se bastante desse recorde. Esses números, entretanto, são ilusórios, e não nos credenciam a um otimismo com bases reais, como se pode depreender do exame da área plantada: hoje, a exemplo dos últimos anos, ela é inferior àquela de uma década atrás.

Torna-se evidente, portanto, que o aumento da produção prevista para este ano, bem como os resultados da última safra, são decorrentes da melhoria de níveis de produtividade e de fatores outros, como eventuais condições climatológicas, que vêm compensando a falta de estímulos ao setor. É importante constatar, também, que os quantitativos, tomados isoladamente, são insuficientes para fornecer a noção exata do que ocorre na agricultura. A colheita deste ano, por exemplo, deve igualar, ou superar ligeiramente, a do ano passado, mas isso no resultado global. Um dos fatores desse desempenho é a expansão de 11% do plantio de soja, produto que em sua maior parte se destina à exportação: sua cotação no mercado internacional é mais estimulante para o agricultor do que a política governamental de financiamentos ou de garantia de preços. Ao mesmo tempo, precisamos estar atentos para o fato de que outros produtos devem apresentar queda na produção, sendo alguns deles de primeira necessidade, como o milho e o feijão. Este é um aspecto importantíssimo para o Governo Itamar, que se propõe a combater a fome.

Além da área plantada, outros indicadores deixam patente, como disse, a situação de penúria da agricultura brasileira. Referi-me, há pouco, à venda de equipamentos. Os dados são impressionantes: em 1976, foram vendidos, no mercado brasileiro, 63.957 tratores agrícolas; em 1980, 51.130; em 1986, 46.738; e, no ano passado, acompanhando a tendência declinante, 11.728. De 1986 para cá, esse número, a cada ano, foi invariavelmente menor do que o do ano anterior.

Se eu disser, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que a agricultura, como os demais setores, está sofrendo as consequências do empobrecimento geral do País, não estarei mentindo, mas estarei dizendo apenas meia verdade. A verdade se completa com a constatação de que o setor agrícola tem sido penalizado com maior rigor do que os demais, na nossa

conjuntura econômica. A agricultura, para este ano, dispõe somente de 8,5 bilhões de dólares para custeio da safra de verão, a um custo financeiro geralmente elevado. No orçamento plurianual, dispõe de mais 1,4 bilhão de dólares, alocados pelo Governo para a compra de calcário e de máquinas, e construção de armazéns. Nos últimos anos, além de suportar a escassez de crédito e os altos juros, o agricultor recebia os empréstimos com muito atraso, o que comprometia sua atividade. A ineficácia da política de preços mínimos, nem sempre cumprida efetivamente pelo Governo, também prejudica o produtor rural, assim como o fato de os títulos bancários vencerem no período de baixos preços, quando o mercado está saturado.

A excessiva carga tributária que incide sobre a produção agrícola, com destaque para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e que equivale a 30% do faturamento do produtor, é mais um elemento a asfixiar a agricultura brasileira. O Brasil, como se vê, marcha na contramão, adota uma política diversa daquela predominante nos países ricos. Ainda assim, porém, o agricultor brasileiro não reclama subsídios ou paternalismo do Governo, mas a adoção e o cumprimento de uma política coerente, que não o deixe refém do sistema financeiro e não avilte o valor de sua produção.

O Governo Itamar Franco parece sensível ao drama da agricultura, a julgar por algumas medidas recentes. Entre elas, incluem-se o financiamento para a compra de máquinas e construção de armazéns, apesar de os recursos anunciados serem ainda insuficientes; a liberação dos empréstimos para custeio em tempo hábil, ao contrário do que vinha ocorrendo nos últimos anos; e a promessa de correção do preço mínimo três vezes por mês, em vez de uma só, reduzindo, portanto, o descompasso entre a remuneração obtida pelo produtor e os seus débitos junto aos bancos, que são corrigidos diariamente.

Sr. Presidente, Sr's. e Srs. Senadores, as dificuldades da agricultura brasileira são muitas, e decorrem de fatores diversos, alguns deles de ordem estrutural. A adoção do sistema equivalência-produto não representa uma cura milagrosa para o setor, mas uma medida que contribuirá para a sua reabilitação. Por esse mecanismo, o agricultor tem uma referência de quanto custa o empréstimo que toma junto ao banco, em relação à previsão de colheita. Por ocasião do financiamento, faz-se a conversão do valor em mercadoria; por ocasião do resgate da dívida, converte-se a mercadoria em valor financeiro, acrescido dos juros, para determinar a importância da dívida. Esta conversão poderia se efetuar por fórmulas diferentes — preço do mercado no dia da transação, preço mínimo estabelecido pelo Governo, ou mesmo o preço médio dos últimos 60 meses, que é o sistema em vigor, instituído pela Portaria Ministerial nº 593, de 19 de agosto do ano passado. O importante, na equivalência/produto, é fazer a conversão do financiamento em mercadoria, para que o produtor não fique atrelado ao comportamento do sistema financeiro.

As experiências feitas até agora, sempre a nível regional, e sem a participação do Governo Federal, surtiram bons efeitos, e o Secretário de Agricultura do Distrito Federal, Nuri Andraus, também presidente do Fórum de Secretários de Agricultura, observa que uma simulação desse tipo de operação, feita pelo Banco do Brasil, apresentou resultados promissores. A simples adoção desse mecanismo, segundo Nuri Andraus, seria suficiente para elevar a safra de grãos para 80 milhões de toneladas. Ele destaca, além disso, os efeitos sociais

e econômicos desse impulso à agricultura. Num País com déficit habitacional estimado em 10 milhões de moradias e êxodo rural intenso, a recuperação da agricultura poderia ensejar a redução desse drama, com a ocupação de cinco milhões de casas em fazendas e pequenas propriedades, hoje desocupadas em consequência do fluxo migratório para as cidades.

A agricultura brasileira, Sr. Presidente, Sr's. e Srs. Senadores, vive dias difíceis. Não bastasse a violenta queda no valor dos financiamentos para o setor, indicativa da descrença que se dissemina entre a classe produtora, 250 mil pequenos e médios produtores estão inadimplentes. A área de plantio reduziu-se, e os ganhos de produtividade começam a inviabilizar-se diante dos desacertos e da desatenção das autoridades. No entanto, existem soluções, e uma delas é a adoção do sistema de equivalência/produto. Esta providência não pode tardar, sob pena de comprometermos as próximas safras, de perdermos todo o investimento direcionado para a produção agrícola, e de não termos, amanhã, como alimentar milhões de brasileiros, tornando irremediavelmente impossível aquilo que hoje é difícil e precário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB—ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) lança nos próximos dias, em colaboração com as Secretarias de Estado da Educação e Cultura e da Justiça e Cidadania, o Projeto Consciência Tributária, atendendo aos termos da Lei Estadual nº 4.628, de 14 de janeiro de 1992, que estabeleceu a obrigatoriedade da inclusão do tema tributação nos currículos de primeiro e segundo grau das escolas públicas e particulares do Estado. O objetivo é promover a conscientização dos cidadãos, a partir da escola, a respeito da função social dos tributos e desenvolver neles uma clara noção de cidadania quanto aos deveres de recolher tributos e fiscalizar a sua boa e correta aplicação, em benefício das coletividades.

Segundo o Secretário da Fazenda, o Projeto Consciência Tributária é resultado de um esforço conjunto de todas as forças políticas e administrativas do Estado no sentido de, a médio e longo prazos, criar um decisivo apoio ao esforço de arrecadação com enérgico combate à sonegação e à evasão fiscal. A Assembléia Legislativa votou e o Governador Albuino Azeredo sancionou a lei instituindo a obrigatoriedade do ensino de tributação nas escolas públicas e particulares. Em seguida, vieram as adesões à idéia dos dirigentes da Educação e de outros setores responsáveis do Estado.

Já estão em fase de impressão — e deverão estar prontos antes do final do mês — os cinco volumes que contém todo o material pedagógico do projeto. São quatro destinados aos estudantes dos vários estágios do primeiro e segundo graus e um à orientação dos professores. A confecção desse material pedagógico esteve a cargo de especialistas da Secretaria de Educação, da Secretaria da Fazenda e da Universidade Federal do Espírito Santo, que se empenharam em produzir textos e ilustrações adequados aos diversos estágios de ensino a que se destinam.

Esses volumes começam relatando aos jovens a história dos tributos, desde que eles eram uma imposição dos vencedores aos vencidos, até os dias atuais, quando eles se tornaram um poderoso instrumento de transformações sociais e distribuição das riquezas.

Paralelamente, procuram criar nos estudantes uma forte noção de cidadania, incentivando-o a participar das organizações sociais que fiscalizam o poder público, exigindo a correta aplicação dos recursos vindos da cobrança dos tributos.

Numa segunda fase, o Projeto Consciência Tributária procurará atingir a sociedade como um todo, através de campanhas permanentes e consistentes de conscientização coletiva sobre a função social dos tributos e a necessidade de recolhê-los e fiscalizar sua correta aplicação, como dever e direito de cidadania.

“O Governo tem consciência de que não colherá diretamente os frutos desse trabalho”, reconhece o Secretário da Fazenda. “Por ser um projeto de maturação lenta — mas segura — o Projeto Consciência Tributária se configura numa importante contribuição que o atual Governo vai deixar aos seus sucessores, com vistas ao futuro do Estado.”

Apresentação

Em sucessivas reuniões orientadas por técnicos da Fazenda e da Educação, o Projeto Consciência Tributária já foi apresentado e discutido com os diretores de escolas do Estado e com os secretários de Educação dos municípios, e será apresentado, nos próximos dias, a todo o magistério público do Espírito Santo em reuniões regionais, atualmente em fase de preparação.

Nesses encontros “de capacitação” será exibido aos professores um vídeo de 20 minutos e fornecidas explicações sobre as formas de aplicação do programa, por técnicos das Secretarias da Fazenda e da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS (PSDB—CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é com alegria que esta tarde venho ao Plenário desta Casa, fiadora da Federação Brasileira, dar conta dos trabalhos da Comissão Mista do Congresso Nacional que estuda os desequilíbrios interregionais brasileiros, a qual vem de realizar sua derradeira audiência pública, concernente à Região Sudeste, ocorrida segunda p.p., nas dependências da Federação das Indústrias de São Paulo, FIESP.

Em que pese já calejados pela realização de audiências país afora, e elas não foram menos que seis — Fortaleza, Palmas, Cuiabá, Belém, Manaus e Recife —, sabíamos do significado, do teste para nossas pretensões e trabalho, que dar-se-ia na região sudestina, pela reconhecida importância, peso e tradição de suas indústrias, proletariado, cultura, recursos e expressão política. Sem dúvida, estávamos certos, como mais estávamos ao divisar na oportunidade o nascedouro de uma aliança e de uma convocação. Pela primeira Aliança, responde nosso propósito, que é de toda Comissão, de realizar uma ampla costura de um Pacto Interregional, condição essencial para a correção das desigualdades e, já agora, manutenção da unidade nacional, não tenhamos dúvidas.

Convocação, como anteriormente dito, pelo simples fato que cabe ao Sudeste, de forma intransferível, o papel de líder da economia e da política nacionais; da forma a que venha a tomar a Federação, o desenvolvimento futuro e a redução das disparidades de renda e espaciais em nosso país.

Assim sendo, distribuímos temas e debatedores de modo a acabar a complexidade e abrangência dos assuntos em pauta, iniciando pela fala dos Governadores de Estado e Prefeitos

das capitais do Sudeste sobre o tema e o papel do Sudeste na unidade nacional. Em seguida, abordamos o tema que nos desafia a longos anos, as bases para um desenvolvimento nacional equilibrado; seguindo-se a revisão constitucional e os desequilíbrios — tema assaz atual, considerando a proximidade da revisão da nossa Carta Magna. Encerrando o temário, tivemos o tema crítico da questão social, de nossa dolorosa e incompleta cidadania, *vis-à-vis* a situação das regiões.

Na abordagem destes temas, tivemos a hora de contar com nomes do quilate de Helio Garcia, Paulo Maluf, Patrus Ananias, Paulo Hartung, Antonio Ermírio de Moraes, Luiz Eulálio Bueno Vidigal, Mário Amato, Luciano Coutinho, Antonio Kandir, Alcides Lopes Tápias, Aspasia Camargo, José Alencar, Vicentinho, José Serra, Max Sharap, Ives Gandra, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Olavo Setúbal e José Midilín, os quais destaquei, os dois últimos, não apenas pelo que são e representam, mas pelo belo exemplo de civismo ao permanecerem do primeiro ao último momento atentos e presentes numa atitude que muito nos sensibilizou.

No tocante aos resultados alcançados podemos destacar, em primeiro lugar, a oportunidade mesma, a representatividade e a repercussão da audiência na mídia nacional e local. Sem dúvida, não apenas a comissão da qual sou com muita honra relator auferiu ganhos nesta última audiência, e foram muitos os depoimentos, como esta Casa, o Senado Federal teve, de modo unânime, destacadas suas qualidades e elogiada sua disposição de ir aos Estados e regiões, e da oportunidade de se ouvir o Sudeste em tão relevante tema — com o que me congratulo com todos os Srs. Senadores.

Em segundo lugar, a audiência fechou um ciclo; agora perfeito, em que tiveram assento todas as regiões, sem exceção pela voz de parcelas expressivas de suas lideranças. Não obstante a responsabilidade e dimensões da tarefa, estão dadas as pré-condições para que o relatório e parecer final retratem as diversas realidades, problemas e potencialidades de nossas regiões. E que, em decorrência, se estabelecem bases para um autêntico pacto interregional e federativo, voltado não apenas para os aspectos sociais e econômicos, mas também políticos; com destaque, no aspecto, para representação dos Estados no Congresso Nacional.

Não fica aí esse nosso balanço preliminar. Temos que computar a emergência de uma nova visão da questão regional, não mais afeta a este ou aquele espaço apenas, mas comum a todos, sobretudo num momento em que nossa economia se abre, como bem frisou o professor Antonio Kandir, e que se reduzem dependências a um centro interno, ao passo que solidariedades e parcerias, de fora para dentro, se vão estruturando e que demandam outros arcabouços jurídicos, técnicos e administrativos.

Importa destacar que se o regional é cada vez mais plural e, em decorrência pactável, então, o caminho para sua solução e necessária correção das desigualdades, é a via democrática e nenhuma outra mais. Como ainda que se os desequilíbrios se pluralizam, sua agressividade e rebatimentos dão-se com maior intensidade nas regiões mais frágeis, Norte e, particularmente, o Nordeste à frente.

Tal constatação nos coloca diante da necessidade de uma outra engenharia institucional, que combine a atenção redobrada às regiões periféricas, ou menos devolvidas, às questões e potencialidades que tocam as demais, mormente o Sudeste e o Sul, às quais necessitam ter orientados seus projetos e respectivas em consonância com as demais e no contexto de uma nação independente, justa e soberana.

Concluindo este balanço preliminar, constamos, mais uma vez, a importância da credibilidade no trato geral da coisa pública e em particular no delicado terreno dos desequilíbrios interregionais.

Exemplar, neste sentido, foi a fala desta notável Liderança Sindical, o Vicentinho, para o qual, independentemente de posições sociais e/ou ideológicas, quando homens de boa vontade e empenhados sentam-se para negociar, os caminhos tornam-se realidade e aptos à caminhada rumo aos crescimento e a Justiça. *Mutatis mutandis*, a construção de um pacto interregional que reduza desequilíbrios, imprescindível, igualmente, de coragem e de credibilidade.

Esta, em particular no controle e transparência dos fundos públicos postos à disposição de nossas regiões para a alavancagem do desenvolvimento e equalização de oportunidades.

Ao encerrar, quero deixar o meu mais elevado agradecimento aos Srs. Membros da Mesa Diretora desta Casa, pelo apoio e atenção sem os quais teria sido impossível a realização desta e das demais audiências. Agradecimentos que estendo aos nossos companheiros Esperidião Amim, Garibaldi Alves, Gilberto Miranda, João Calmon, Ronan Tito e a este grande brasileiro, presidente de nossa Comissão, Elcio Álvares. Compartilho-os, os agradecimentos, com os companheiros Deputados Federais presentes, Luiz Girão, Pinheiro Landin, Luiz Gushiken e Osvaldo Coelho, finalizo com agradecimentos especiais, e em nome de toda Comissão, ao ilustre Presidente da FIESP Carlos Eduardo Moreira Ferreira e toda sua equipe, pela acolhida, dedicação e atenção com que a todos nos distinguiu e aos meios de comunicação do Sudeste, pela competência na cobertura desta que foi nossa última audiência pública antes da entrada do Relatório Final.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Na presente sessão, terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 42, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 152, de 1993), que autoriza a República Federativa do Brasil a celebrar contrato de assunção de dívida de responsabilidade da antiga Empresas Nucleares Brasileiras S/A — Nuclebrás, no valor de 9 milhões, 136 mil e 800 marcos alemães.

O projeto não recebeu emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotou-se hoje o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido de inclusão em Ordem do dia, das seguintes matérias:

— Projeto de Lei do Senado nº 159, de 1991, de autoria do Senador Nelson Wedekin, que isenta do imposto de renda os rendimentos auferidos a qualquer título por pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, exceto os de capital;

— Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1991, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que altera a Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, de autoria do

Senador Márcio Lacerda, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução e dá outras providências; e

— Projeto de Lei do Senado nº 240, de 1991, de autoria do Senador João Rocha, que fixa normas para a aquisição da merenda e do material escolar e dá outras providências.

Os projetos de Lei do Senado nºs 159 e 240, de 1991, rejeitados, em apreciação conclusiva pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, respectivamente, vão ao Arquivo; e o de nº 176, de 1991, aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a extraordinária das 18h34min, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

REQUERIMENTO Nº 450, DE 1993

Votação, em turno único, do Requerimento nº 450, de 1993, do Senador Darcy Ribeiro e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a criação de uma Comissão Temporária, composta de seis membros para, no prazo de oito meses, elaborar um Programa Decenal de Salvação do Nordeste.

— 2 —

REQUERIMENTO Nº 468, DE 1993

Votação, em turno único, do Requerimento nº 468, de 1993, do Senador Ney Maranhão, solicitando, nos termos regimentais, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 405, de 1991, de autoria do Senador Telmo Vieira, dispondo sobre a alienação de imóveis residenciais de propriedade da União e de suas autarquias, além de Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

— 3 —

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 1990

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1990, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, que fixa diretrizes para conservação de energia e dá outras providências, tendo

PARECER sob nº 146, de 1993, da Comissão

— **Diretora**, oferecendo a redação do vencido.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 35 minutos.)

Ata da 100ª Sessão, em 26 de maio de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura — EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Chagas Rodrigues

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRs. SENADORES:

Afonso Camargo _ Alfredo Campos _ Amir Lando _ Aureo Mello _ Bello Parga _ Beni Veras _ Carlos De'Carli _ Carlos Patrocínio _ César Dias _ Chagas Rodrigues _ Cid Sabóia de Carvalho _ Dario Pereira _ Dirceu Carneiro _ Divaldo Suruagy _ Eduardo Suplicy _ Elcio Alvares _ Epitácio Cafeteira _ Esperidião Amin _ Flaviano Melo _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Iram Saraiva _ Irapuan Costa Júnior _ João Calmon _ João França _ João Rocha _ Jonas Pinheiro _ José Fogaça _ José Paulo Bisol _ José Richa _ Júlio Campos _ Júnia Marise _ Juvêncio Dias _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _ Louremberg Nunes Rocha _ Lourival Baptista _ Lucídio Portella _ Luiz Alberto Oliveira _ Magno Bacelar _ Mansueto de Lavor _ Marco Maciel _ Mário Covas _ Marluce Pinto _ Mauro Benevides _ Meira Filho _ Moisés Abrão _ Nabor Júnior _ Nelson Carneiro _ Nelson Wedekin _ Ney Maranhão _ Odacir Soares _ Onofre Quinan _ Pedro Simon _ Pedro Teixeira _ Rachid Saldanha Derzi _ Raimundo Lira _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito _ Ruy Bacelar _ Teotônio Vilela Filho _ Valmir Campelo _ Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 502, DE 1993

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara, nº 100, de 1993, que concede antecipação de reajuste de vencimento e de soldos aos servidores civis e militares do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1993. — Afonso Camargo — Alfredo Campos — Aluizio Bezerra — Amir Lando — Aureo Mello — Bello Parga — Beni Veras — César Dias — Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Dario Pereira — Eduardo Suplicy — Elcio Alvares — Epitácio Cafeteira — Flaviano Melo — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata — Gilberto Miranda — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João Rocha — Jonas Pinheiro — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa

— Júlio Campos — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Juvêncio Dias — Lavoisier Maia — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Mário Covas — Marluce Pinto — Mauro Benevides — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Onofre Quinan — Pedro Simon — Pedro Teixeira — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma regimental.

Passa-se á

OREM DA DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 447, de 1993, do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senador Federal, do artigo "Imagens de uma vida", de autoria do escritor Antônio Carlos Villaça, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 3 de maio de 1993.

Em votação o requerimento, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É O SEGUINTE O ARTIGO CUJA TRANSCRIÇÃO É SOLICITADA:

Jornal do Brasil — 3 de maio de 1993
IMAGENS DE UMA VIDA

Antônio Carlos Villaça

Guardo algumas imagens de Américo Jacobina Lacombe que o caracterizam. Imagens fugidias e nítidas. De um homem tímido, cauteloso e, no entanto, corajoso.

O enterro de San Tiago Dantas, em 1964, foi uma consagração. Mais de 500 pessoas. Falaram Roberto Campos, Alceu Amoroso Lima, Afonso Arinos (este fez uma quase confidência a respeito da geração da San Tiago).

De repente, um rapaz — que se identificou apenas como do PTB de Niterói — subiu num túmulo e começou a discursar. Repetia-se enfadonhamente. E não achava o fim do discurso. Foi ficando penoso. Nós nos entreolhávamos, aflitos. Lacombe subitamente se postiro a gritar, cheio de convicção — muito bem, muito bem, falou muito bem. Foi e queda. O rapaz calou-se.

Lacombe tinha o senso da oportunidade, o senso da circunstância, o senso político. Era de fato o *homo politicus*.

Aquele que sabia intervir na hora exata, com energia, com vivacidade.

Em 1946, o Presidente Eurico Dutra visitava a Casa de Rui Barbosa com o seu Ministro da Educação, Clemente Mariani, baiano e banqueiro. Estava presente dona Maria Augusta Rui Barbosa, viúva de Rui, havia 23 anos.

Lacombe fazia as honras da casa. Ele e dona Maria Augusta eram os anfitriões do Presidente Dutra. Paramos diante do retrato dela, seu corpo inteiro, moça, de bonita. Fez-se um silêncio longo. Dona Maria Augusta comentou: Presidente, veja como eu era bonita". Lacombe interveio, delicado "O Presidente há de concordar comigo que era e continua bonita..." Dutra sorriu, concordante. Dona Maria Augusta sorriu, consolada.

Dois anos depois, em 1948, estávamos ali no velório da mesma dona Maria Augusta. O corpo repousava no salão de visitas. Lacombe, junto ao caixão, parecia um filho daquela que morrera nonagenária. João Mangabeira fez o discurso de despedida. "Foste a grande mulher do grande homem"... Um discurso brilhante, forte, como só ele sabia fazer. Falava com a boca cheia. E às vezes era um pouco difícil entendê-lo. Foi Lacombe quem fechou o caixão de dona Maria Augusta, os olhos cheios de lágrimas, exatamente como um filho.

Com esse carinho filial ele governou a Casa de Rui ao longo de 54 anos. Jorge Amado disse no seu discurso de posse na Academia, sucedendo a Otávio Mangabeira, que ele governara a Bahia com muita delicadeza. O mesmo podendo dizer de Lacombe em relação à Casa de Rui, na Rua São Clemente.

Essa delicadeza era nele permanente. Todos se lembram do seu discurso de posse na Academia, como sucessor de Silva Melo. Este foi um agnóstico, um ántificista. Embora pouco dasse com Félix e Dandê, que disse a Elisabeth Lescur — "não há ateu lógico"... Lacombe era um católico, dir-se ia um jesuíta. Pois tratou o seu antecessor com o maior respeito, com a maior delicadeza. Com uma compreensão profunda e fraternal. Lacombe morou, aliás quando mocinho, na mesma casa do Cosme Velho em que moraria Silva Melo.

Os grandes mestres do seu espírito foram o padre Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima, de quem foi um dos primeiros discípulos, ao lado de Rubens Porto, Paulo Sá, Luís Augusto do Rego Monteiro. Era o grupo da AUC — Ação Universitária Católica, 1929.

Os amigos mais íntimos de Lacombe nesse período se chamavam Francisco Clementino San Tiago Dantas e Plínio Doyle. Ficaram unidos ao longo do tempo.

Ouvi o discurso de saudação a André Malraux feito por Lacombe, no auditório do Ministério da Educação, 1959. Um discurso escrito. Extremamente digno. Era esta a marca de Lacombe, a dignidade. Malraux visivelmente gostou da saudação, impregnada de cultura francesa, de literatura francesa. E fez-nos depois uma longa e erudita conferência, muito à maneira dele, poética e trágica.

Mas o grande momento da vida de nosso Lacombe foi o centenário de Rui, em 1949. Estava com apenas 40 anos. E preparou tudo com meticulosidade e carinho. Os restos de Rui voltaram à Bahia, num navio de guerra. Foi uma comemoração nacional.

Lacombe escolheu Pedro Calmon para fazer o discurso oficial, quando os restos do grande homem passassem pelas escadarias da biblioteca Nacional. Calmon fez então o seu maior discurso. Ele falara no cemitério de São João Batista, em março de 1923, com 19 anos, junto ao corpo de Rui —

em nome dos estudantes. Falava agora, a 5 de novembro de 1949, na porta da Biblioteca Nacional, no meio de tanta gente, em nome do Brasil.

Comentando, depois, o discurso perfeito de Calmon, Lacombe justificava a escolha — "o que o Calmon é mesmo é um tribuno"... O tato de Lacombe era como a sua ironia — notável. Não chegou a escrever a biografia de Rui. Mas serviu à causa de Rui com discrição e dedicação exemplar. Escritor, membro do IHGB, do Pen Clube do Brasil e da Academia Brasileira de Filosofia.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 502/93, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1993.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1993 (nº 3.832/93, na Casa de origem), que concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos aos servidores civis e militares do Poder Executivo. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do disposto no art. 140, letra a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho para proferir o parecer, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de parecer de Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1993 (nº 3.832/93, na Casa de origem), "que concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos aos servidores civis e militares do Poder Executivo".

Vem a exame desta Casa revisora o Projeto de Lei de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República que concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos aos servidores civis e militares do Poder Executivo.

O índice de reajuste proposto pelo Primeiro Mandatário, para ser aplicado a partir de 1º de maio do corrente, é de 85% (oitenta e cinco por cento), incidente sobre os vencimentos, soldos e demais retribuições, a título de antecipação a ser compensada por ocasião da implantação da política de remuneração dos servidores públicos federais.

O art. 2º da proposta determina a aplicação do mesmo adiantamento aos proventos da inatividade e às pensões decorrentes do falecimento do servidor. E o art. 3º especifica que há dotações orçamentárias para dar suporte ao acréscimo de despesa provocado por esta antecipação.

Do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nenhum óbice existe impeditivo da aprovação da matéria.

Quanto ao mérito, dois aspectos devem ser considerados: o primeiro é que o índice de antecipação de reajuste, mais uma vez, tem como parâmetro principal, não a perda de poder aquisitivo dos salários dos servidores públicos, devido à inflação, mas as disponibilidades de caixa do Tesouro; o segundo

é que o funcionalismo público continua sem uma política de remuneração, se bem que, desta vez, o próprio texto do projeto, no seu art. 2º, acena com a iminente implantação de tal política.

Entendemos que este é o caminho que poderá diminuir a intranquilidade hoje existente no seio dos servidores, toda vez que se aproxima a época de concessão de reajuste.

Neste momento, só nos resta aprovar o presente projeto de lei, compreendendo que se trata do índice suportável pelas combatidas finanças públicas do nosso País, conforme nos assegura o Poder Executivo.

Opinamos, portanto, pela aprovação do presente Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1993.

É o parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 1993

(Nº 3.832/93, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Concede antecipação de reajuste de vencimento e de soldos aos servidores civis e militares do Poder Executivo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica concedido aos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, da administração direta, autárquica e fundacional, bem como dos extintos Territórios, a partir de 1º de maio de 1993, antecipação de reajuste de 85% (oitenta e cinco por cento) incidentes sobre os vencimentos, soldos e demais retribuições, a ser compensada por ocasião da implantação da política de remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se aos proventos da inatividade e às pensões decorrentes do falecimento de servidor público federal civil e militar.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul o Ofício nº S.53, de 1993 (nº 486/93 na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para emitir e colocar no mercado Letras Financeiras do Tesouro do Estado — LFT-RS, vencíveis no 2º semestre de 1993.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 450, de 1993, do Senador Darcy Ribeiro e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a criação de uma Comissão Temporária, composta de seis membros para, no prazo de oito meses, elaborar um Programa Decenal de Salvação do Nordeste.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 468, de 1993, do Senador Ney Maranhão, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 405, de 1991, de autoria do Senador Telmo Vieira, dispondo sobre a alienação de imóveis residenciais de propriedade da União e de suas autarquias, além da Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

— 3 —

Discussão em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1990, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, que fixa diretrizes para conservação de energia e dá outras providências, tendo

PARECER sob nº 146, de 1993, da Comissão — **Diretora**, oferecendo a redação do vencido.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

RETIFICAÇÃO

Na publicação da Ata da 12ª Reunião Ordinária, da Comissão Diretora, realizada em 28 de abril de 1993, feita no DCN II, de 5 de maio de 1993, na página 4038, 1ª coluna, onde se lê:

“Lúlio Campos, Primeiro Secretário”;

Leia-se:

“Júlio Campos, Primeiro Secretário”;

ATAS DE COMISSÃO

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, EM CONJUNTO COM A MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1993

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte de maio de um mil, novecentos e noventa e três, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, em conjunto com a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, na Sala de Reuniões da Presidência do Senado Federal, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores: Humberto Lucena, Presidente, Levy Dias, Segundo Vice Presidente, Júlio Campos, Primeiro Secretário, Nabor Júnior, Segundo Secretário, Júnia Marise

Terceira Secretária, Nelson Wedekin, Quarto Secretário, e dos Excelentíssimos Senhores Deputados: Inocêncio Oliveira, Presidente, Adylson Motta, Primeiro Vice Presidente, Fernando Lyra, Segundo Vice Presidente, Wilson Campos, Primeiro Secretário, Roberto Cardoso Alves, Segundo Secretário, e Aécio Cunha, Terceiro Secretário.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Excelentíssimo Senhor Senador Chagas Rodrigues, Primeiro Vice Presidente.

O Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena, dá início aos trabalhos, sugerindo a realização de reuniões conjuntas periódicas das Mesas Diretoras das duas Casas, visando a uma maior integração e à agilização das tarefas legislativas. Com isso, como notou, será possível estabelecer com mais precisão um calendário para as sessões do Congresso Nacional.

Por proposta do Presidente do Senado Federal, as duas Mesas deliberaram, dentro da programação pretendida, a realização de sessões noturnas, às vinte e uma horas, às quartas-feiras, reservadas para a discussão e votação de matérias relevantes e/ou polêmicas.

A sugestão suscitou debates, assinalando o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Inocêncio Oliveira, que a iniciativa merecia acolhida, pela sua oportunidade e por ser possível antever bons resultados.

Também intervieram, com manifestações a favor da idéia, os Senhores Senadores Júlio Campos, Levy Dias, Nabor Júnior e Júnia Marise, bem como os Senhores Deputados Adylson Motta, Primeiro Vice Presidente, que disse ser ótima a idéia, e Roberto Cardoso Alves, igualmente a favor.

O Presidente da Câmara dos Deputados, numa segunda intervenção, apontou o excesso de trabalho como motivo principal, do reduzido comparecimento de parlamentares, que ocorre às vezes às sessões noturnas atualmente realizadas às dezenove horas.

Foi também acertada a realização de sessão conjunta na manhã de quinta-feira, dia 27 de maio de 1993, para votação de vetos que compõem extensa lista à espera de deliberação.

As duas Mesas deliberaram ainda sobre os seguintes itens:

a) Projeto de Resolução que altera a estrutura e o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento.

O assunto é debatido, com a elaboração do Projeto de Resolução, assinado pelos presentes e que será objeto de discussão e votação na sessão do Congresso Nacional convocada para a noite do próximo dia 26 de maio de 1993.

b) Projeto de Resolução que dispõe sobre a composição da Mesa do Congresso Nacional.

Acolhida pelos presentes, que assinam o Projeto de Resolução, a matéria será discutida e votada na sessão conjunta do Congresso Nacional, marcada para o dia 26 de maio de 1993.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão Diretora do Senado Federal declara encerrada a reunião, às doze horas e dez minutos, pelo que eu, Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora do Senado Federal, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 20 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA

REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1993

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte de maio de um mil, novecentos e noventa e três, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, na Sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Humberto Lucena, Presidente, Levy Dias, Segundo Vice Presidente, Júlio Campos, Primeiro Secretário, Nabor Júnior, Segundo Secretário, Júnia Marise, Terceira Secretária, e Nelson Wedekin, Quarto Secretário.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Excelentíssimo Senhor Senador Chagas Rodrigues, Primeiro Vice Presidente.

O Senhor Presidente dá início à reunião e submete aos presentes os seguintes assuntos:

a) Expediente do Senhor Senador Gilberto Miranda solicitando o pagamento de fatura emitida pela Sociedade World Stream Turismo Ltda., a ser descontado de sua cota de passagens aéreas.

Após exame, o pagamento é autorizado pelos presentes.

b) Processo nº 007957/93-9, em que o Chefe do Serviço de Segurança indica o servidor Silvio Luís Damico Raposo para prestar serviços na Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro.

É designado o Senhor Primeiro Secretário para relatar a matéria.

Com a palavra, o Senhor Quarto Secretário apresenta parecer à prestação de contas da Fundação Pedrosa Horta, relativa ao exercício de 1992, no qual conclui pelo acatamento do parecer da Auditoria, considerando comprovada a aplicação do valor de Cr\$72.400.000,00, devendo a Fundação Pedrosa Horta, por força do art. 9º do Ato nº 54/88, da Comissão Diretora, proceder a devolução à Subsecretaria de Administração Financeira do Senado Federal da diferença não comprovada de Cr\$3.769.148,28 — valor nominal de 1º-1-93, correspondente a 508,48 UFIR diária —, a ser atualizada monetariamente pelo valor da UFIR estabelecida no dia de efetivação do depósito (Processos nºs 003248/93-3, 007839/92-8 e 014931/92-3).

Após discussão, o parecer é aprovado.

Por fim, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Diretor-Geral, que leva à apreciação dos presentes as seguintes matérias:

a) Proposta de Ato da Comissão Diretora que “divide em especialidades as áreas integrantes das categorias funcionais de Analista Legislativo e de Técnico Legislativo”.

Após discussão, os presentes aprovam a proposta e assinam o respectivo Ato, que vai à publicação.

b) Proposta de Ato da Comissão Diretora que altera o parágrafo único do artigo 67 do Ato nº 31, de 1987.

Após discussão, os presentes aprovam a proposta e assinam o respectivo Ato, que vai à publicação.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, às dez horas e vinte minutos, pelo que eu,

Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 20 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena – PMDB – PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues – PSDB – PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias – PTB – MS

1º Secretário

Júlio Campos – PFL – MT

2º Secretário

Nabor Júnior – PMDB – AC

3º Secretário

Júnia Marise – PRN – MG

4º Secretário

Nelson Wedekin – PDT – SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia – PDT – RN

Lucídio Portella – PDS – PI

Beni Veras – PSDB – CE

Carlos Patrocínio – PFL – TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS**Líder**

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC**Líder**

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Márcio Lacerda	MS-3029/30
Ney Suassuna	PB-4345/46	Alufio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MT-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Álvares	ES-3131/32	Vago	

PSDB

Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Luiz Alberto	PR-4059/60	Affonso Camargo	PR-3062/3063
Carlos D'Carli	AM-3079/80	Louremberg N. Rocha	MT-3035/36

PDT

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Áureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3001/02
-------------	------------	--------------	------------

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------------	------------	---------------	------------

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
-----------------	------------	-------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
----------------	------------	-------------	------------

PSB+PT

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	Alufio Bezerra	AC-3158/59
Ney Suassuna	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão
Gribaldi A. Filho
Márcio Lacerda
José Sarney

RR-4052/53
RN-4382/92
MT-3039/30
MA-3429/31

Nelson Carneiro
Iram Saraiva
Vago
Vago

RJ-3209/10
GO-3133/34

PFL

Lourival Batista
João Rocha
Odacir Soares
Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

SE-3027/28
TO-4071/72
RO-3218/19
RJ-3082/83
TO-4058/68
SE-3032/33

Dario Pereira
Álvaro Pacheco
Bello Parga
Vago
Elcio Álvares
Vago

RN-3098/99
PI-3085/87
MA-3069/70
ES-3131/32

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

PA-3245/46
CE-3242/43
BA-3171/72

Dirceu Carneiro
Eva Blay
Teotônio V. Filho

SC-3179/80
SP-3117
AL-4093/94

PTB

Marluce Pinto
Affonso Camargo
Jonas Pinheiro

RO-4062/63
PR-3062/63
AP-3206/07

Valmir Campelo
Luiz Alberto de O.
Carlos D'Carli

DF-3188/89
- 4059/60
AM-3080/81

PDT

Lavoisier Maia

RN-3240/41

Nelson Wedekin

SC-3151/53

PRN

Saldanha Derzi
Áureo Mello

MS-4215/16
AM-3091/92

Ney Maranhão
Albano Franco

PE-3101/02
SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira

MA-4073/74

Moisés Abrão

TO-3136/37

PDS

Lucídio Portella

PI-3055/57

Vago

PSB + PT

Eduardo Suplicy

SP-3213/15

José Paulo Bisol

RS-3224/25

PP

Pedro Teixeira

DF-3127/28

Meira Filho

DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio de Brito
Ramais 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito
Garibaldi A. Filho
Ruy Bacelar
Ronaldo Aragão
César Dias
Mansueto de Lavor
Alufio Bezerra
Gilberto Miranda
Onofre Quinan

MG-3038/39
RN-4382/92
BA-3161/62
RR-4052/53
RO-3064/65
PE-3182/83
AC-3158/59
AM-3104/05
GO-3148/50

Mauro Benevides
José Fogaça
Flaviano Melo
Cid S. de Carvalho
Juvêncio Dias
Pedro Simon
Divaldo Suruagy
João Calmon
Wilson Martins

CE-3194/95
RS-3077/78
AC-3493/94
CE-3058/59
PA-3050/
RS-3230/32
AL-3185/86
ES-3154/56
MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio
Vago
Raimundo Lira
Henrique Almeida
Dario Pereira
João Rocha

AL-3245/47
PB-3201/02
AP-3191/93
RN-3098/99
MA-4071/72

Odacir Soares
Bello Parga
Marco Maciel
Álvaro Pacheco
Elcio Álvares
Josaphat Marinho

RO-3218/19
MA-3069/70
PE-3197/98
PI-3085/87
ES-3131/32
BA-3173/75

	PSDB		
Beni Veras	CE-3242/43	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

	PTB		
Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63

	PDT		
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40

	PRN		
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Áureo Mello	AM-3091/92

	PDC		
Moisés Abrão	GO-3136/37	Gerson Camata	ES-3203/04

	PDS		
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

	PP		
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho

Ramais: 311-3515/3516/4354.

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)

Presidente: Alfredo Campos

Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	ES-3154/56
Divaldo Suruagy	RS-3185/86	Mansueto de Lavor	RS-3076/78
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AC-3227/29
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RO-3064/65

	PFL		
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Marco Maciel	PE-3197/98	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3301/02
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Hydekel Freitas	RJ-3082/83

	PSDB		
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

	PTB		
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

	PDT		
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75

	PRN		
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215

	PDC		
Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74

	PDS		
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 3496 e 3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dario Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3111/12
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Ney Suassuna	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3929/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

	PFL		
Dario Pereira	RN-3098/	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Álvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	

	PSDB		
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
Vago		José Richa	PR-3163/64

	PTB		
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	

	PDT		
Lavoisier Maia	RN-3229/40	Magno Bacelar	BA-3074/75

	PRN		
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56

	PDC		
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37

	PDS		
Vago		Lucídio Portella	PI-3055/56

	PP		
João França	RR-3067/68	Irapuan Costa Jr.	GO-3089/90

Secretário: Celson Parente - Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14:30 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Valmir Campelo

Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares**Suplentes****PMDB**

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Ney Suassuna	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Márcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Bello Parga	MA-3069/72	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Vago		Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
---------------	------------	------------	------------

Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Luiz A. de Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Valmir Campelo	DF-3188/89	Carlos D'Carli	AM-3080/81

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais 3496/3497/3321

Reuniões: Terças-feiras, às 17 horas**Local:** Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

J. avulso Cr\$ 8.168,35

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.